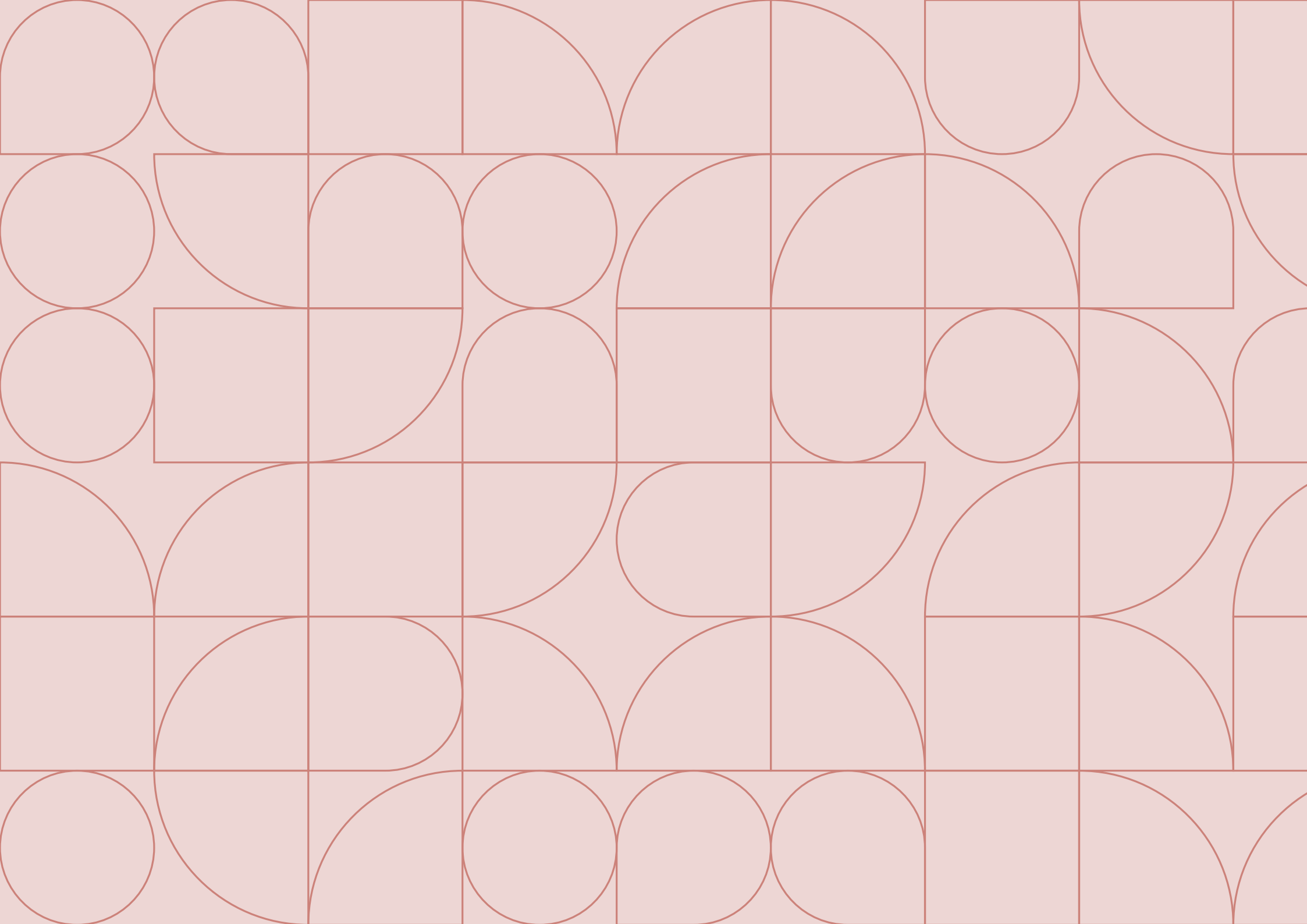


Relatório Anual de

Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados

Ciclo 2023

IPHAN



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Leandro Grass

Diretoria do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão
Marcia de Figueiredo Lucena Lira

Departamento dae Patrimônio Imaterial
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade
Alessandra Rodrigues de Lima

Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados
Luan Silveira Alves de Moura

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Marcia de Figueiredo Lucena Lira

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
Clara Marques Campos

Divisão de Editoração e Publicações
Ronaldo Nogueira



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Relatório Anual de **Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados**

Ciclo 2023

Iphan, Brasília 2024.

Organização
Alana de Fátima Andrade Santos
Luan Silveira Alves de Moura

Revisão de Texto
Giulia Diegues e Reinaldo Rodrigues - Tikinet Edição LTDA

Direção de arte
Ronaldo Nogueira

Projeto gráfico e Diagramação
David Arantes

Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

I59r

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Relatório anual de monitoramento das ações de salvaguarda de bens registrados : ciclo 2023 / Organização : Alana de Fátima Andrade Santos e Luan Silveira Alves de Moura ; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2024.
172 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-440-0

1. Bens registrados. 2. Patrimônio cultural imaterial. 3. Salvaguarda. I. Santos, Alana de Fátima Andrade. II. Moura, Luan Silveira Alves de. III. Título.

CDD 363.69018

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

SUMÁRIO

8 **Equipe Técnica**

9 **Apresentação**

11 **Introdução**

14 **Informações gerais**

15 Regiões beneficiadas

16 Bens Registrados beneficiados

18 Eixos e Tipologias das Ações de Salvaguarda

21 **Detalhamento das Ações de Salvaguarda**

22 Planejamento

23 Estágio da execução

23 Tempo de execução

25 Público beneficiado

27 Processos Administrativos Vinculados

27 Ações de Salvaguarda Emergenciais

30 Formato de Realização das Ações de Salvaguarda

32 Abrangência das Ações de Salvaguarda Monitoradas

33 **Produtos**

35 Entrega de produtos nas ações monitoradas

35 Categorização dos produtos entregues

39 **Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda**

40 Atuação em parcerias

42 Atuação do Iphan

43 **Parceiros Institucionais**

46 Frequência de Atuação

48 **Recursos utilizados**

51 Aplicação de recursos orçamentários do Iphan

55 Restos a Pagar

57 **Avaliação das Ações de Salvaguarda**

58 Engajamento dos detentores e dos parceiros

61 Relação entre Iphan, detentores e parceiros

65 Impacto da ação no processo de salvaguarda

68 Resultado consolidado das avaliações

71 **Considerações Finais**

74 **Anexos**

SUMÁRIO

75 Anexo 1 – Material de apoio

76 Anexo 2 – Listagem das ações monitoradas em 2023

82 Anexo 3 – Abrangência dos bens registrados

84 Anexo 4 – Eixos e tipologias das ações de salvaguarda

88 Anexo 5 – Lista de Produtos

88 Capacitações

89 Criação ou manutenção de espaços

89 Eventos

90 Materiais audiovisuais

92 Materiais gráficos

93 Planos de Salvaguarda

93 Produtos artísticos

94 Produtos de pesquisa

96 Publicações

97 Outros formatos de produtos

98 Anexo 6 – Lista de Parceiros institucionais em 2023

98 Atuação em projetos nacionais e regionais

98 Atuação em projetos estaduais e locais, por bem registrado

123 Anexo 7 – Detalhamento dos planos de ação com execução iniciada em 2023

157 Anexo 8 – Detalhamento dos planos de ação de anos anteriores executados com RAP

EQUIPE TÉCNICA

Alana de Fátima Andrade Santos (CGPS)
Alessandra Rodrigues Lima (CGPS)
Alessandro Barbosa Lopes (TO)
Allana Barbosa de Medeiros (RN)
Amanda Camylla Pereira Silva (CGPS)
Ana Carolina Lessa Dantas (DF)
Bárbara Pinós Moraes (RS)
Beatrice Santos Oliveira (BA)
Carla Ferreira Cruz (SC)
Carlos Vinicius Frota de Albuquerque (CE)
Cejane Pacini Leal Muniz (TO)
Cícera Patrícia Alcântara Bezerra (PI)
Cleber Ribeiro Dias (AC)
Corina Maria Rodrigues Moreira (SP)
Cristina Vasconcelos Nunes (PA)
Daniel Oliveira Terto (AP)
Diego Luiz Vivian (RS)
Emanuel de Oliveira Braga (PB)
Emanuel Messias Arcas Vieira (ES)
Eric Ferreira Souza (SE)
Evandro Domingues (SP)
Evandro Elias de Barros Neto (AP)
Fernanda Araujo Marques da Silva (MT)
Filipe Oliveira da Silva (ES)
Francimário Vito dos Santos (MT)
Gabriel Felipe da Costa Mota Miranda (AC)
Giorge Patrick Bessoni e Silva (PE)
Igor de Menezes Soares (CE)
Ítala Byanca Morais da Silva (CE)
Izaurina Maria de Azevedo Nunes (MA)
Janila Betânia de Oliveira (CGPS)
Jeferson Tadanori Sobral Hamaguchi (CE)
João Paulo Pereira do Amaral (MS)
Jorge Claudio Machado da Silva (RN)
José Augusto Carvalho dos Santos (MS)
Juliana de Souza Silva (DF)
Juliano Martins Doberstein (PR)
Krislane de Andrade Matias (CGPS)
Lady Loreine Amorim Silva (RR)
Larissa Maria de Almeida Guimarães (RR)
Letícia Ribeiro (RJ)
Livia Moraes e Silva (PE)
Luan Silveira Alves de Moura (CGPS)
Lucas Paranhos Netto Bernardes (AL)
Lucas Petri Gonçalves (ES)
Luciana da Veiga Moura (BA)
Maicon Fernando Marcante (AL)
Manoel Gustavo Souto Maior de Lima (RN)
Marcell Machado dos Santos (RJ)
Marcelo Gruman (PR)
Marcos Monteiro Rabelo (SP)
Maria Paula Fernandes Adinolfi (BA)
Marilia Oliveira (RN)
Marina Cañas Martins (SC)
Marina Leão de Aquino Barreto (BA)
Marinalva Batista Santos (BA)
Marycléa Carmona Maués Neves (PA)
Mauro Augusto Dourado Menezes (AM)
Mônica Castro de Oliveira (RO)
Morena Barroso Martins de Freitas (SE)
Nina Vincent Lannes (PB)
Rafael Belló Klein (CGPS)
Rafael Bezerra Gaspar (MA)
Rebecca Velloso de Luna Guidi (ES)
Renata Silva de Oliveira Galvão (GO)
Ricardo Augusto Pereira (PI)
Tainah Victor Silva Leite (MG)
Thaisa Lumie Yamauie (AC)
Thamires Helena Oliveira Neves (PE)
Vanilza Jacundino Rodrigues (MG)
Vinicius Prado Januzzi (DF)
Yuri Batalha de Magalhães (ES)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

APRESENTAÇÃO



Cena de brincadeira do Mamulengo Sem Fronteiros, no Distrito Federal. Foto: Davi Mello, 2019. Acervo: DPI/Iphan.



APRESENTAÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan é o responsável pela implementação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Tendo a gestão compartilhada como diretriz e com base em princípios como a participação social e a articulação interinstitucional, espera-se que as ações voltadas para a salvaguarda dos Bens Registrados sejam realizadas em parceria, por instituições públicas ou privadas, aí incluída a sociedade civil organizada, sempre em diálogo permanente com as comunidades detentoras.

Desde a publicação do Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, uma série de procedimentos e instrumentos de gestão tem sido criados e aperfeiçoados no âmbito da implementação do que se conformou ao longo dos anos como Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Esses instrumentos de gestão se referem aos diferentes macroprocessos que compõem o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, quais sejam, a identificação, o reconhecimento e o apoio e fomento aos bens culturais de natureza imaterial. Nesse sentido e, considerando a especificidade de cada um desses macroprocessos, existem ferramentas cuja centralidade é evidente, já que são fundamentais para a produção e gestão de informações e dados resultantes dos processos de implementação e execução dessa política pública.

No âmbito das ações de apoio e fomento aos Bens Culturais Registrados, destacam-se as estratégias de monitoramento e avaliação das ações e planos de salvaguarda. Além de promover uma reflexão continua acerca dos impactos das ações de apoio e fomento no fortalecimento das comunidades detentoras, possui como objetivo fundamental a produção e a sistematização de dados para avaliação periódica dos processos de salvaguarda.

O monitoramento e a avaliação da salvaguarda de bens registrados são construídos, portanto, a partir da produção de relatórios anuais para documentação, acompanhamento, análise e avaliação das ações de salvaguarda implementadas pelas Superintendências do Iphan. A análise desses relatórios permite o acompanhamento dos processos de salvaguarda de bens registrados, a identificação de adequações e ajustes, além da avaliação contínua da gestão da salvaguarda dos Bens Culturais, de seus instrumentos e, em última instância, da própria política patrimonial voltada aos bens imateriais.

Assim, considerando a importância de promover a difusão de informações relacionadas à implementação e avaliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, apresentamos os resultados do monitoramento das ações de apoio e fomento aos Bens Registrados realizadas ao longo do ano de 2023, incluindo aquelas executadas diretamente pelo Iphan, as executadas por meio da articulação com outras instituições, e as realizadas por entidades da sociedade civil representativas das comunidades detentoras. Os resultados estão divididos em duas partes: o *"Relatório Anual de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados – Ciclo 2023"*, que apresenta uma avaliação integrada das ações de salvaguarda monitoradas; e o *"Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados Monitoradas em 2023,"*, que descreve detalhadamente as ações de salvaguarda monitoradas por bem registrado.

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

INTRODUÇÃO



Berimbau sendo tocado em roda de capoeira. 2023. Banco de imagens, Adobe Stock.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos



INTRODUÇÃO

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo **Decreto nº 3.551,** de 4 de agosto de 2000, e regulamentado pela **Portaria Iphan nº 200,** de 18 de maio de 2016, apresenta os objetivos, os princípios, as diretrizes, as linhas de atuação, os macroprocessos, os processos e os instrumentos de execução, monitoramento e avaliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Entre os macroprocessos do PNPI, destacamos o Apoio e Fomento a Bens Culturais de Natureza Imaterial, que se subdivide em quatro processos: (1) promover ações de apoio e fomento a Bens Culturais Imateriais; (2) promover a difusão das ações de apoio e fomento; (3) realizar ações e planos de salvaguarda de Bens Culturais registrados; e (4) monitorar e avaliar ações e planos de salvaguarda.

Para execução deste último processo, dentre os instrumentos de gestão e avaliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial propostos pelo PNPI, destacamos o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Bens Registrados, destinado a recolher informações e monitorar a execução das ações de salvaguarda para os Bens Registrados.

No intuito de contribuir com o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Bens Registrados e de executar o processo de monitorar e avaliar as ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo Iphan no âmbito do Patrimônio Cultural Imaterial Registrado, a Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados (COMAS), subordinada à Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS), está responsável por produzir, atualizar e aplicar instrumentos de coleta de dados para o monitoramento e a avaliação da salvaguarda dos Bens Registrados, tratar dados e difundir informações e apoiar as unidades descentralizadas nas ações relativas a esse procedimento, conforme estabelecido na **Portaria Iphan nº 141,** de 12 de dezembro de 2023.

Em seu propósito, a COMAS disponibilizou às unidades do Iphan, entre os dias 11 de outubro de 2023 e 18 de fevereiro de 2024, o Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados – Ciclo 2023, com o objetivo de coletar informações relacionadas ao planejamento, à execução, aos resultados e aos impactos das ações de salvaguarda desenvolvidas ao longo do ano e, consequentemente, a produção de relatórios anuais que sirvam à documentação, ao acompanhamento, à análise, à gestão e à avaliação de ações e processos de salvaguarda de bens registrados.

Entre os objetivos dos ciclos de monitoramento das ações de salvaguarda dos Bens Registrados, destacam-se: sistematizar o registro documental das ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan; permitir a avaliação conjunta das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo Iphan; subsidiar técnicos ou gestores na tomada de decisão e na produção de documentos institucionais que necessitem quantificar os resultados das ações de salvaguarda; acompanhar a evolução dos processos de salvaguarda de bens registrados nas Unidades Federativas; e contribuir com a avaliação de políticas públicas para os Bens Culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, bem como com a avaliação continuada da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

É importante mencionar que tanto a Avaliação dos Processos de Salvaguarda dos Bens Registrados, quanto a avaliação do Bem Registrado de modo ampliado, são realizadas por outro instrumento com periodicidade própria, isto é, outro formulário, conforme prevê o **Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados.** A avaliação dos processos de salvaguarda não será, portanto, objeto deste relatório.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Durante a leitura deste relatório, recomenda-se sempre consultar os anexos quando forem citados, uma vez que eles desdobram informações analíticas daquilo que está apontado sinteticamente. O único relatório complementar a este que consta em publicação separada é o *Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados Monitoradas em 2023*, o qual reúne a descrição de todas as ações de salvaguarda monitoradas pelos técnicos das unidades do Iphan, incluindo os processos administrativos vinculados, as tipologias da ação e o estágio de execução, sistematizando-as por Bem Registrado e Unidade Federativa.

Por fim, caso o leitor deseje compreender o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, a salvaguarda de Bens Culturais Registrados e os instrumentos de salvaguarda utilizados pelo Iphan, recomenda-se consultar os materiais de apoio indicados no **Anexo 1.**

A COMAS espera que este relatório torne-se um material de apoio a agentes e gestores servindo à preservação da memória das ações de salvaguarda realizadas ao longo do ano monitorado; ao intercâmbio de conhecimento sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas com aplicabilidade em outros Bens Culturais ou outras localidades; à execução de ações integradas ou ações complementares executadas por outros agentes culturais; e à produção de conteúdo institucional que demande informações compiladas sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas para bens registrados executadas em 2023.

Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados



Berimbau, instrumento de capoeira.2013.Banco de imagens, Adobe Stock.

- Introdução
- **Informações gerais**
- Detalhamento das Ações de Salvaguarda
- Produtos
- Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
- Parceiros Institucionais
- Recursos utilizados
- Avaliação das Ações de Salvaguarda
- Considerações Finais
- Anexos

INFORMAÇÕES GERAIS



Movimento Salva da Capoeira, Salvador/BA. Foto: Iara Pereira, 2018. Acervo: CNFCP/Iphan.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Introdução
- **Informações gerais**
- Detalhamento das Ações de Salvaguarda
- Produtos
- Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
- Parceiros Institucionais
- Recursos utilizados
- Avaliação das Ações de Salvaguarda
- Considerações Finais
- Anexos

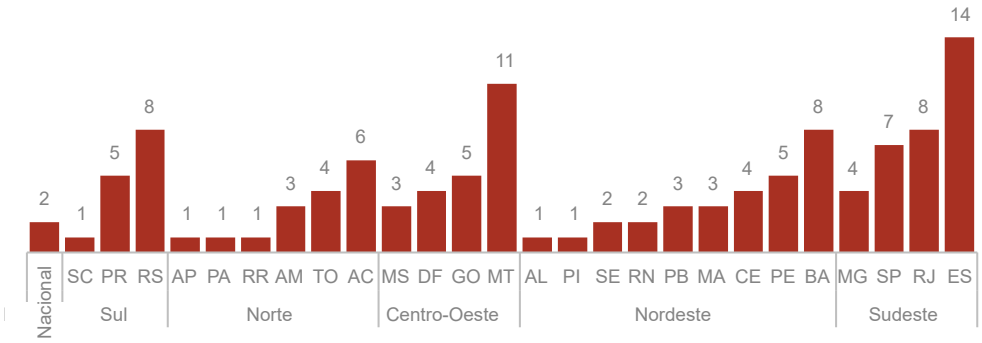
Regiões beneficiadas

O formulário relativo ao Ciclo 2023 de Monitoramento das Ações de Salvaguarda dos Bens Registrados foi aplicado aos técnicos das superintendências do Iphan entre os dias 11 de outubro de 2023 e 18 de fevereiro de 2024.

A Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados (COMAS), responsável por esse processo, recebeu **117 formulários de monitoramento (Anexo 2)** relativos às ações de salvaguarda realizadas em 2023 para os Bens Culturais Registrados. Das 27 superintendências estaduais do Iphan, **26 unidades enviaram formulários,** resultando numa média de 4,5 formulários por superintendência. Além disso, houve o envio de dois formulários pela Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS). As ações registradas pela CGPS foram consideradas ações nacionais por beneficiarem múltiplos bens registrados de diferentes Unidade Federativas.

O Gráfico a seguir apresenta a distribuição do número de ações de salvaguarda monitoradas nas Unidades Federativas (UF) brasileiras.

Gráfico 1: Ações de salvaguarda monitoradas por Unidade Federativa



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Conforme apresentado no Gráfico 1, Rondônia foi a única Unidade Federativa que não enviou formulários de monitoramento. No entanto, em processo administrativo, a equipe técnica da superintendência informou sobre a excepcionalidade da não execução das ações de salvaguarda para bens registrados em 2023.

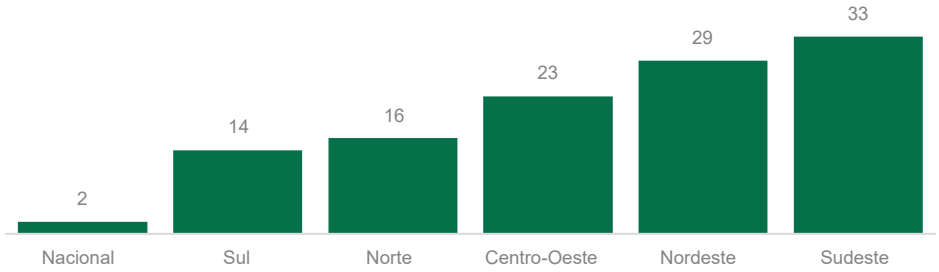
Resta destacar que a comparação entre números de diferentes superintendências deve ser avaliada sempre com cautela e considerando os seguintes fatores: os diferentes graus de complexidade das ações de salvaguarda; a necessidade de mobilização de parceiros institucionais; o número de bens registrados que as UF possuem na sua área de abrangência; a existência de processos de salvaguarda para instrução de Registro e de inventários de referências culturais; a extensão territorial da UF; a densidade populacional; o acesso ao território ocupado pelas comunidades; disputas ou conflitos políticos inerentes ao processo de salvaguarda; dimensão do corpo técnico do Iphan dedicado ao Patrimônio

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Cultural Imaterial; os recursos orçamentários investidos nos últimos anos; as priorizações definidas a nível departamental e/ou institucional etc.

O gráfico a seguir mostra a distribuição das ações de salvaguarda nas cinco regiões brasileiras.

Gráfico 2: Ações de salvaguarda monitoradas por regiões do Brasil



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Bens Registrados Beneficiados

As ações monitoradas pelas Superintendências beneficiaram um total de 48 bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Considerando a lista com 52 registros até o término de 2023 **(Anexo 3),** o valor representa uma cobertura aproximada de 91% da totalidade dos bens registrados. Esse resultado se mostrou superior em 10%, quando comparado com o ciclo anterior[1]. Os bens culturais registrados que não foram beneficiados com ações de salvaguarda executadas em 2023 estão listados a seguir:

1. Arte Kusiwa.....Livro das Formas de Expressão
2. Feira de Campina Grande.....Livro dos Lugares
3. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.....Livro das Formas de Expressão
4. Produção Tradicional da Cajuína no Piauí..... .Livro dos Saberes

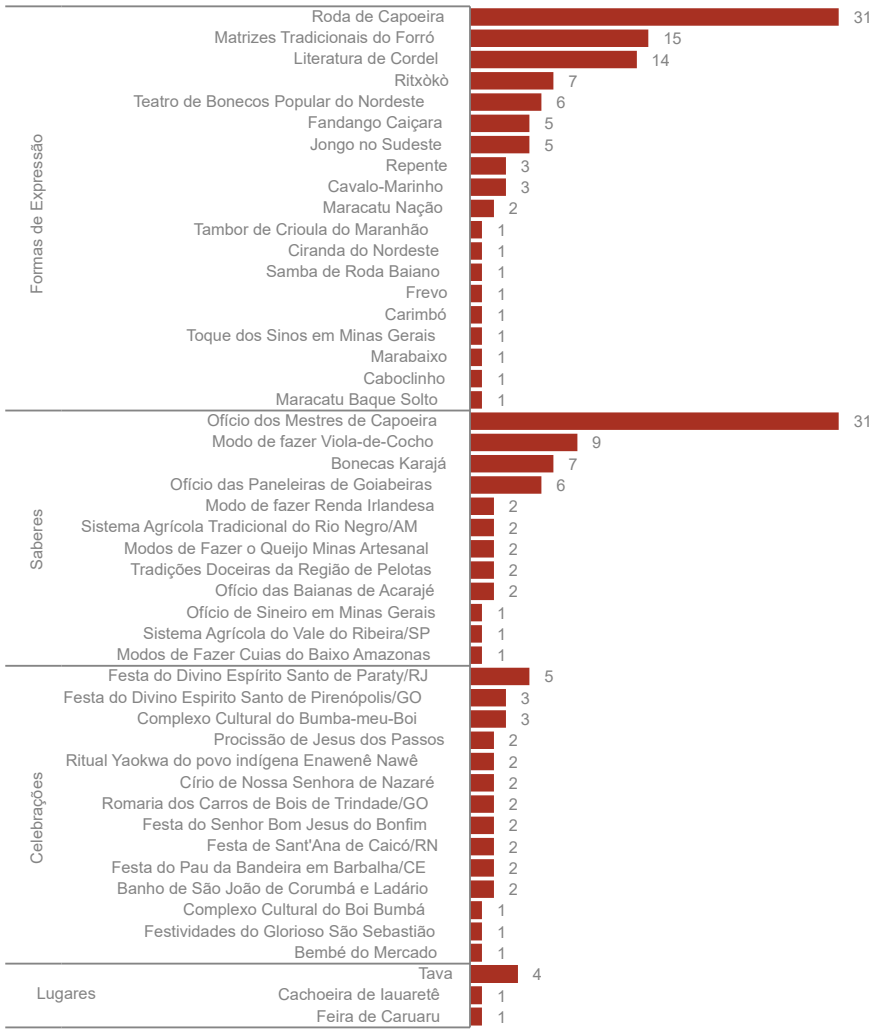
Ressalta-se que a lista atual de bens imateriais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil contempla 55 bens. Os últimos três reconhecimentos realizados foram: o Choro, no Livro das Formas de Expressão, durante a 103ª reunião do Conselho Consultivo, em 29 de fevereiro de 2024; o Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil, no Livro dos Saberes, durante a 104ª reunião do Conselho Consultivo, em 9 de maio de 2024; e o Samba de Bumbo Paulista, no Livro das Formas de Expressão, também na 104ª reunião. Portanto, estes bem recentemente registrados não foram contemplados no monitoramento das ações de salvaguarda para o Ciclo 2023.

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição das ações de salvaguarda monitoradas por Bem Registrado e por livro de registro. É importante pontuar que uma mesma ação de salvaguarda pode beneficiar mais de um bem registrado, por esse motivo, o somatório das ações de salvaguarda, observado nos Gráficos 3 e 4, não coincide com o número de formulários enviados (117).

1. As ações de salvaguarda monitoradas em 2022 beneficiaram 42 de 52 bens registrados (81%).

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

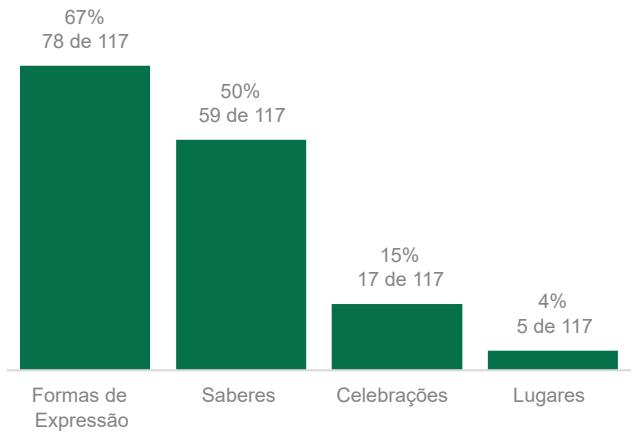
Gráfico 3: Ações de salvaguarda monitoradas por Bem Cultural Registrado



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Ao considerar a abrangência do Bem Registrado no Livro dos Saberes e no Livro das Formas de Expressão, constata-se que Bens de abrangência nacional ou regional foram beneficiados com um maior número de ações de salvaguarda. Pela natureza dos bens registrados no Livro das Celebrações e no Livro dos Lugares, em regra, a abrangência fica restrita a uma localidade ou a uma Unidade Federativa.

Gráfico 4: Ações de salvaguarda monitoradas por Livro de Registro



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

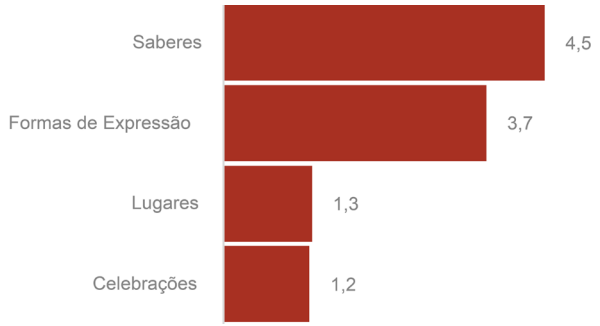
Ao analisar o Gráfico 4, é importante considerar o número de bens registrados inscritos em cada Livro de Registro:

1. Livro dos Saberes..... .13 registros
2. Livro dos Lugares..... .4 registros
3. Livro das Formas de Expressão.....21 registros
4. Livro das Celebrações.....14 registros

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

O cálculo da razão entre o número de ações monitoradas por livro e o número de Registros por livro, permite comparar de forma proporcional quais livros de Registros tiveram mais ou menos ações de salvaguarda monitoradas. O livro de Registro com maior índice foi o Livro dos Saberes (4,5), seguido do Livro das Formas de Expressão (3,7), Livro dos Lugares (1,3) e, por último, Livro das Celebrações (1,2), conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 5: Taxa de ações de salvaguarda monitoradas por total de Registros nos livros



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Eixos e Tipologias das Ações de Salvaguarda

O Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, publicado pela Portaria Iphan nº 299/2015, apresenta quatro eixos e quinze tipologias de ação para a Salvaguarda de Bens Culturais Registrados.

Contudo, sem perder de vista os objetivos da Política de Patrimônio Imaterial, traçados pela Portaria Iphan nº 200/2016, e tomando como referência as orientações do Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda, a COMAS utilizou uma categorização acessória para agrupar as ações de salvaguarda semelhantes, baseando-se no histórico de ações realizadas nos últimos anos e nas perspectivas de trabalho adotadas pelo Iphan. Nesse sentido, a categorização utilizada consta detalhada no **Anexo 4** e resumida na tabela a seguir:

Tabela 1: Eixos e tipologias de ações de salvaguarda

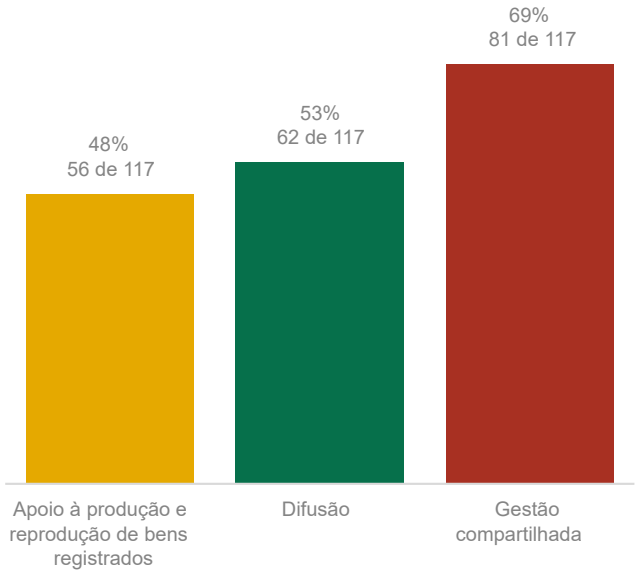
Eixos	Tipologias
Gestão Compartilhada	Formação e mobilização de detentores e parceiros
	Gestão participativa de planos e ações para Bens Registrados
	Cooperação institucional para a salvaguarda de Bens Registrado
Difusão	Produção de conhecimentos sobre o Bem Registrado
	Produtos, eventos e serviços para a divulgação do Bem Registrado
	Ações educativas sobre o Bem Registrado
Apoio à produção e reprodução de bens registrados	Ações de transmissão de saberes
	Condições materiais de produção e reprodução
	Atenção e defesa de direitos culturais coletivos
	Espaços físicos de referência destinados à prática do Bem Cultural
	Fomento a projetos e valorização de trajetórias de detentores
	Formação e assessoria para detentores sobre a Gestão Cultural
	Implementação de iniciativas para ampliação de mercado e fortalecimento de cadeias produtivas

Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

O gráfico a seguir mostra o número de ações de salvaguarda monitoradas em 2023 por eixo de ação. Ressalta-se que uma mesma ação pode ser enquadrada em mais de um eixo temático e/ou tipologia de ação de salvaguarda. Por esse motivo, o somatório do número de ações observadas nos eixos ultrapassa a totalidade das ações monitoradas (117).

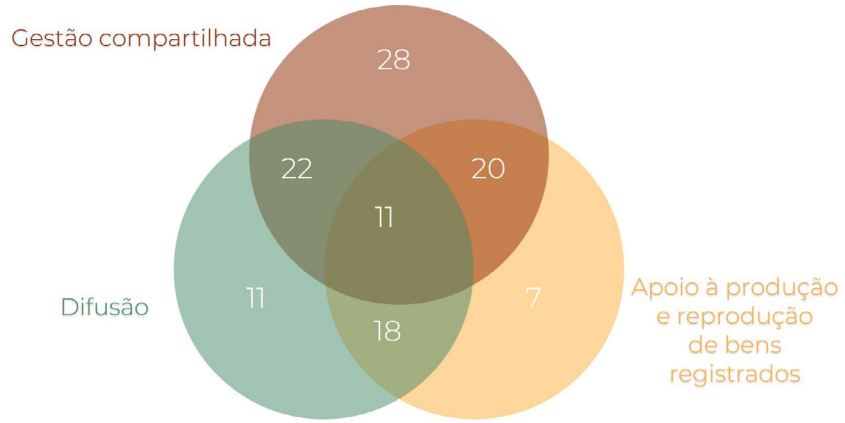
Gráfico 6: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Eixo de Ação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

O Diagrama 1 detalha a distribuição das ações monitoradas por eixo de ação, explicitando aquelas que tiveram mais de uma categorização. Acerca da visualização do Diagrama 1, cabe esclarecer que: cada círculo representa um eixo temático; cada eixo é composto por quatro números, separados pela interseção dos outros dois eixos/círculos; a soma dos quatro números no mesmo círculo representa o total de ações monitoradas no eixo correspondente, dialogando com o Gráfico 6; e os números inseridos nas interseções dos círculos indicam ações de salvaguarda categorizadas em mais de um eixo de ação, respeitadas cada interseção.

Diagrama 1: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Eixo de Ação

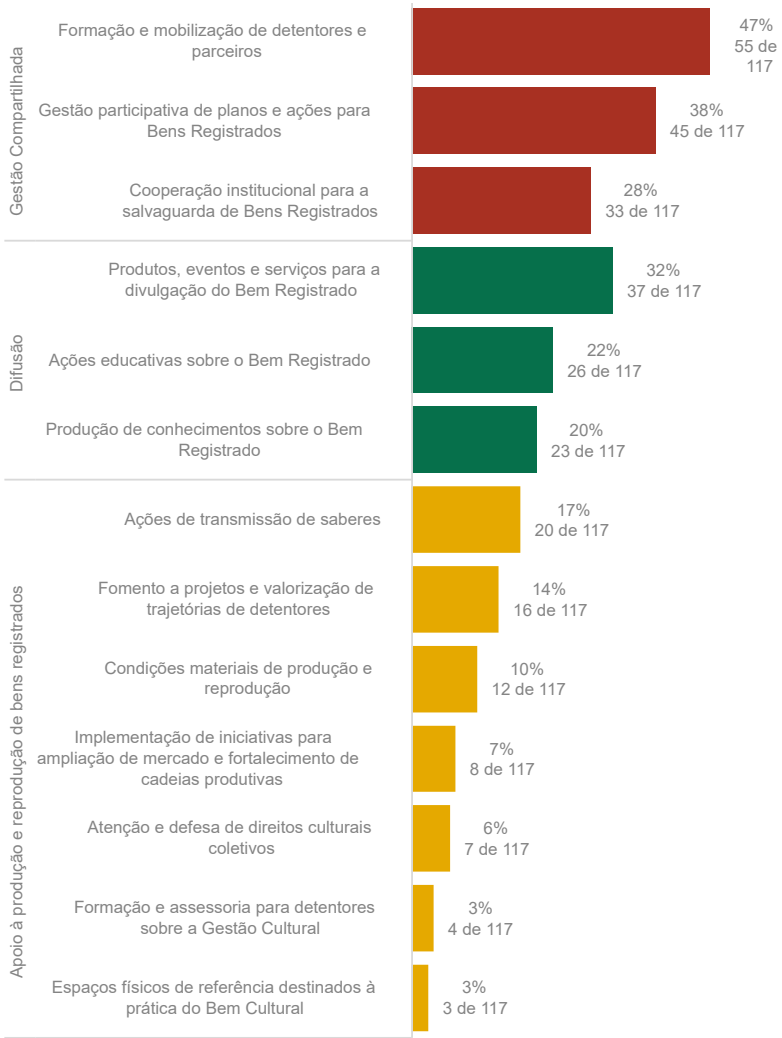


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Em complemento, o Gráfico 7 apresenta a distribuição das ações monitoradas por tipologias de ação de salvaguarda agrupadas em seus respectivos eixos.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 7: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Tipologia de Ações



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)



Ornamentação de Igreja durante a Festa de Sant'Ana de Caicó. Foto: Maria Iglê, 2007. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA



Carimbó, Festival Zimbarimbó em Marapanim/PA. Foto: Ana Lima Kallás, 2019. Acervo: DPI/Iphan.

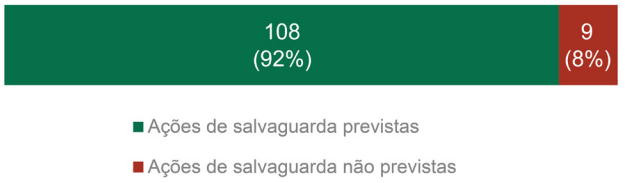
DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

- Introdução
- Informações gerais
- **Detalhamento das Ações de Salvaguarda**
- Produtos
- Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
- Parceiros Institucionais
- Recursos utilizados
- Avaliação das Ações de Salvaguarda
- Considerações Finais
- Anexos

Planejamento

Acerca do planejamento das ações de salvaguarda monitoradas no ciclo 2023, 108 ações (92%) foram previstas em pelo menos um dos instrumentos de planejamento utilizado pelo Iphan. Entre os instrumentos de planejamento do Iphan para a realização das ações de salvaguarda estão os Planos de Salvaguarda, os planos de difusão, os planos de ação, o planejamento anual de diárias e passagens, o planejamento estratégico do Iphan e as recomendações de salvaguarda dos Dossiês de Registro. Apenas nove ações monitoradas (8%) não foram figuradas como ações de salvaguarda previstas nos instrumentos citados acima, conforme ilustra o gráfico a seguir:

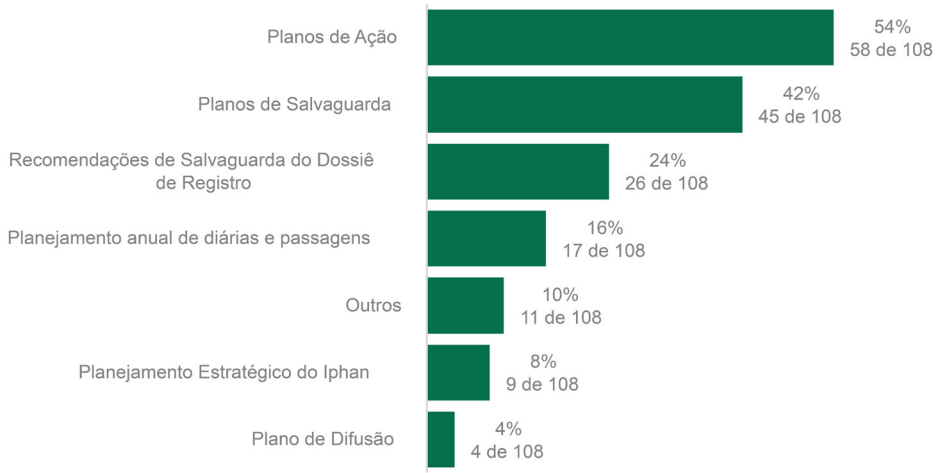
Gráfico 8: Previsão das ações monitoradas em instrumentos de planejamento do Iphan



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Das 108 ações de salvaguarda previstas em instrumentos de planejamento do Iphan, é possível especificar quais foram os mais utilizados para o desenvolvimento da ação de salvaguarda, conforme aponta o Gráfico 9. Contudo, destaca-se que uma mesma ação de salvaguarda pode constar em mais de um instrumento, logo, o gráfico a seguir indica a razão entre o número de ações previstas em algum instrumento específico e o total das ações previstas em tais instrumentos.

Gráfico 9: Principais instrumentos de planejamento utilizados



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

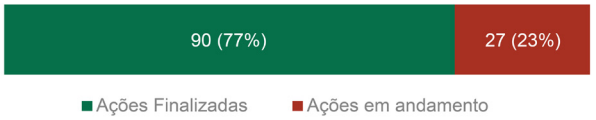
Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

A opção "outros" (instrumentos de planejamento) representou 10% das opções de resposta, nela, segundo detalhamento apresentado pelos técnicos do Iphan, constam acordos de cooperação técnica, plano anual de contratações do Iphan, manual de inventário participativo, portarias do Iphan, consultorias contratadas e documentos técnicos diagnósticos.

Estágio da execução

Das 117 ações monitoradas em 2023, os técnicos das unidades do Iphan indicaram que noventa delas foram finalizadas no ano corrente (77%) contra 27 ações com execução em andamento (23%), conforme ilustra o gráfico a seguir:

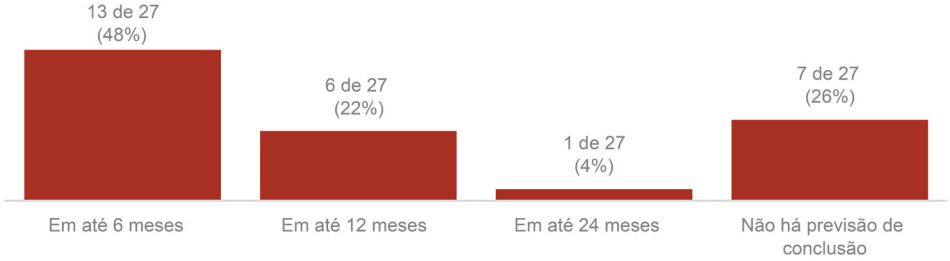
Gráfico 10: Estágio de execução das ações de salvaguarda monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Para as 27 ações monitoradas com execução em andamento, o formulário questionou qual será a previsão de conclusão da ação de salvaguarda, com opções de respostas variando em intervalos semestrais (de 6 a 24 meses) ou com tempo de conclusão indefinido. Conforme observado no gráfico seguinte, treze ações monitoradas com execução em andamento (48%) possuem previsão de conclusão em até seis meses, e sete ações constam com a indicação de não haver previsão de conclusão. Observando a descrição das ações, a maior parte delas que não têm previsão de conclusão se refere ao acompanhamento de processos em que o Iphan não figura como o principal gestor.

Gráfico 11: Previsão de conclusão das ações de salvaguarda com execução em andamento

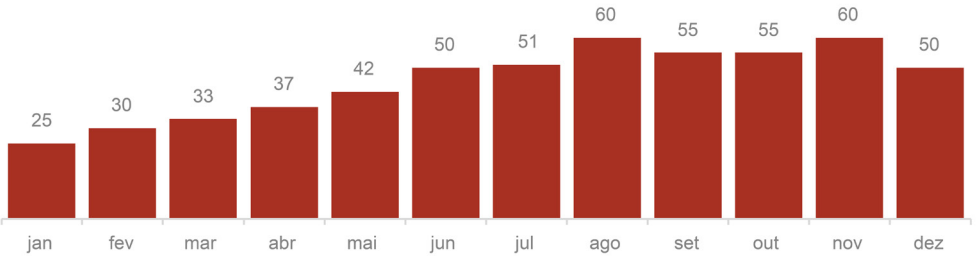


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Tempo de execução

A partir das datas de início e de término das ações de salvaguarda monitoradas, foi possível traçar um panorama do número acumulado de ações em andamento para cada mês do ano de 2023, permitindo detectar os meses com maior e menor volume de trabalho ao longo do ano e aderir à possibilidade de melhor distribuir o trabalho em projetos futuros. Os resultados podem ser vistos no gráfico a seguir:

Gráfico 12: Acumulado de ações de salvaguarda em andamento ao longo dos meses



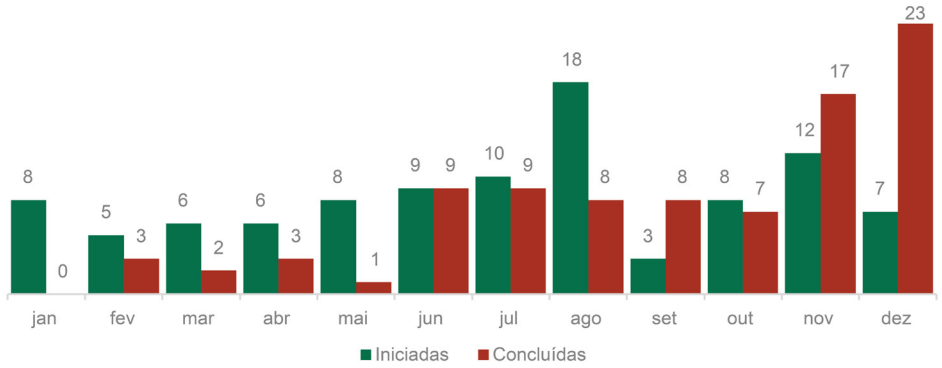
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Já é esperado que o volume de trabalho no primeiro quadrimestre seja menor que o volume dos quadrimestres seguintes. Dentre os motivos frequentes estão a limitação dos recursos orçamentários aos duodécimos quando do orçamento do ano corrente; a continuidade apenas de ações cujos recursos estão garantidos em restos a pagar; e o andamento das ações não orçamentárias.

Ainda considerando as datas de início e de término das ações de salvaguarda monitoradas e que dezessete ações de salvaguarda monitoradas no ciclo 2023 iniciaram em anos anteriores, também é possível indicar quantas ações foram iniciadas e concluídas a cada mês, conforme aponta o gráfico a seguir.

Gráfico 13: Ações de salvaguarda iniciadas e concluídas a cada mês



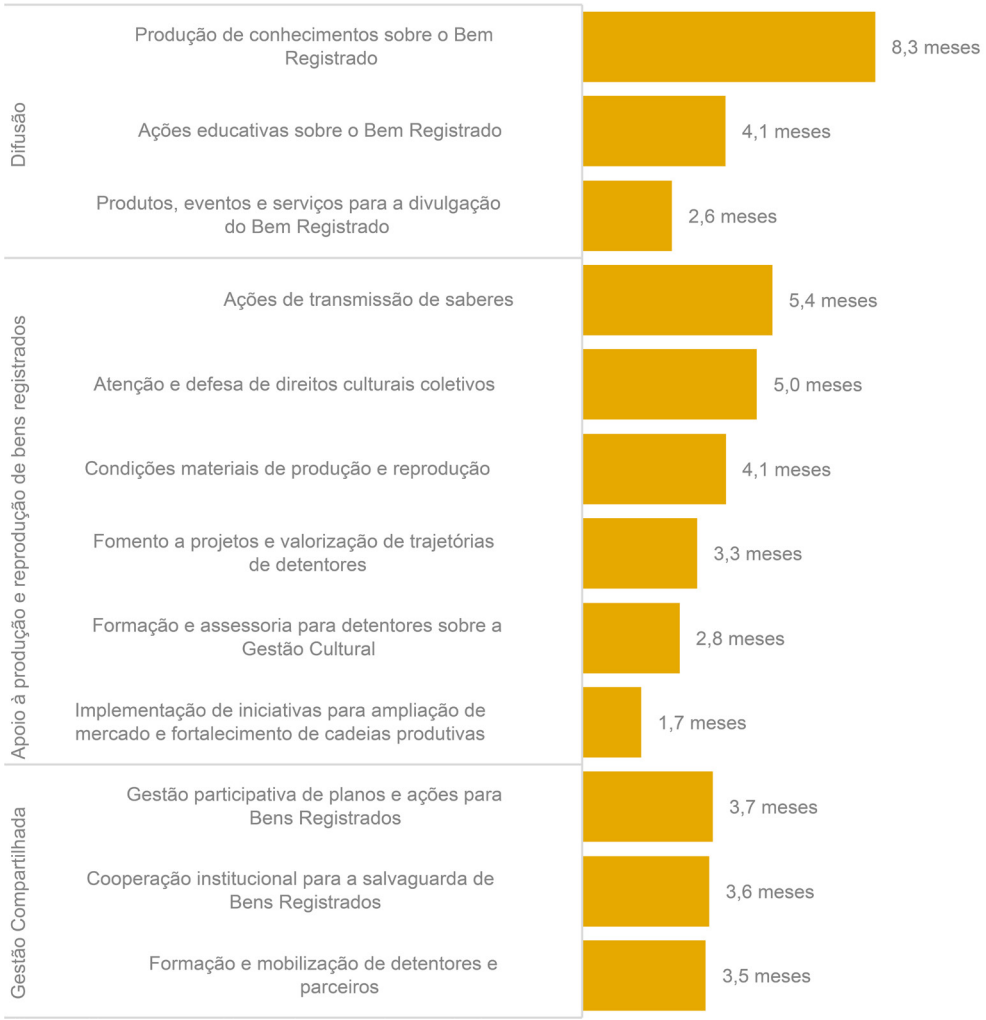
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Para uma interpretação combinada entre os valores apresentados nos Gráficos 12 e 13, considere que uma ação de salvaguarda concluída permanece no cálculo do mês de sua conclusão para efeitos de acumulado de ações, sendo removida do cálculo somente no mês subsequente.

Também é possível definir o tempo médio de execução (em meses) das noventa ações de salvaguarda finalizadas por tipologia de ação, conforme demonstrado no gráfico a seguir, visto que as tipologias são bastante heterogêneas e demandam tempos distintos de execução.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 14: Duração média das ações de salvaguarda monitoradas por tipologia de ações



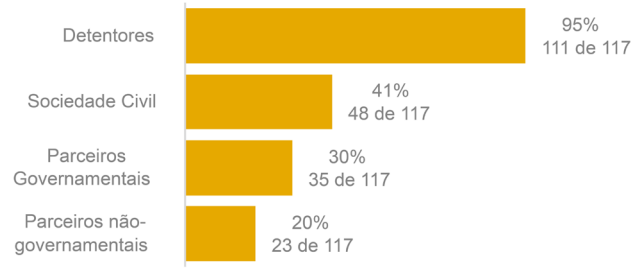
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A média de tempo de execução por eixo foi de 4,5 meses para o eixo "Difusão"; 4,0 meses para o eixo "Apoio à produção e reprodução de bens registrados"; e 3,6 meses para o eixo "Gestão compartilhada".

Público beneficiado

Com relação ao público-alvo das ações de salvaguarda monitoradas, o questionário estabeleceu quatro categorias – detentores, parceiros governamentais, parceiros não-governamentais e sociedade civil –, as quais poderiam ser selecionadas cumulativamente. O resultado de cada categoria de público-alvo sobre o total das ações monitoradas está apontado no gráfico a seguir:

Gráfico 15: Público-Alvo das Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Antes de apresentar o número de pessoas beneficiadas, é importante considerar que diferentes ações de salvaguarda destinadas ao mesmo Bem Registrado, na mesma Unidade Federativa, tendem a beneficiar o mesmo conjunto de pessoas em momentos e com objetivos diferentes. Por exemplo, é provável que uma oficina de produção de mamulengos para trinta bonequeiros em Pernambuco, somada a outra oficina

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

de capacitação em elaboração de projetos culturais para cinquenta bonequeiros em Pernambuco, beneficiem um grupo muito semelhante de pessoas (detentores), sendo possível inferir que houve oitenta benefícios, mas impossível garantir que foram oitenta pessoas beneficiadas, porque é provável que algumas delas se beneficiaram de ambas as oficinas.

Logo, a soma dos detentores, dos parceiros institucionais e das pessoas da sociedade civil beneficiadas nos 117 formulários recebidos representa na verdade o total de benefícios, por considerar que uma pessoa pode receber mais de um benefício.

Em números absolutos, os formulários registraram **150.654 benefícios**. Contudo, é necessário ponderar que algumas ações de salvaguarda com caráter abrangente ou de alcance difuso podem apresentar números de pessoas beneficiadas elevadíssimos quando comparadas com as ações de salvaguarda planejadas para um público-alvo específico ou com vagas limitadas aos inscritos. Nesse contexto, é necessário estabelecer um parâmetro para definir benefícios diretos de benefícios indiretos.

Com a proposta de identificar um número mais factível para ponderar os benefícios diretos e os indiretos, utilizou-se o desvio padrão como limite entre benefícios diretos e indiretos. A soma dos benefícios com valor menor ou igual ao desvio padrão resultou em **34.301 benefícios diretos**. A tabela a seguir (Tabela 2) detalha a soma dos benefícios informados nos formulários, o desvio padrão e a soma dos benefícios direto e indireto calculados:

Tabela 2: Total de Benefícios Registrados com as Ações de Salvaguarda

	Benefícios Informados	Desvio Padrão	Benefícios diretos	Benefícios indiretos
Benefícios a pessoas da sociedade civil	129.607	13.140	29.607	100.000
Benefícios a detentores	20.447	883	4.607	15.840
Benefícios a parceiros institucionais	600	13	87	513
Total de participações	**150.654**		**34.301**	**116.353**

Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)



Tábua com cortes de Queijo Minas Artesanal. Foto: Estêvão Andrade, 2022. Acervo: APROCER e Iphan-MG.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Considerando apenas os benefícios diretos da tabela anterior, é possível indicar as medidas de tendência central (média, mediana e moda) para estimar o número de pessoas beneficiadas por ação de salvaguarda monitorada, conforme apresenta a tabela seguinte (Tabela 3):

Tabela 3: Medidas de Tendência Central para Estimar as Pessoas Beneficiadas por Ação

	Média	Mediana	Moda
Benefícios a pessoas da sociedade civil	255	0	0
Benefícios a detentores	54	29	100
Benefícios a parceiros institucionais	3	2	0
Total de participações	**312**	**31**	**100**

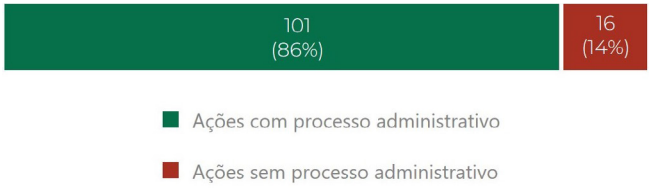
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Nota-se, pelos valores de média, mediana e moda, que as ações de salvaguarda beneficiaram prioritariamente a comunidade detentora, em virtude dos valores representativos nas três colunas; e que as ações voltadas à sociedade civil, embora em menor quantidade, porque apresentaram mediana e moda igual a zero, quando realizadas, tiveram grande alcance, indicado pelo pico de 255 pessoas beneficiadas em média.

Processos Administrativos Vinculados

Conforme observado no gráfico a seguir, das 117 ações de salvaguarda monitoradas, 101 (86%) possuem processos administrativos vinculados, disponíveis no Sistema Eletrônico de Informação (SEI!). Nos dezesseis casos (14%) em que as ações não estão vinculadas a processos administrativos, pode-se perceber que a maior parte delas se refere a ações promovidas pelos próprios detentores com apoio do Iphan, ou ações promovidas por instituições parceiras.

Gráfico 16: Ações de Salvaguarda com Processos Administrativos Vinculados no Iphan



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

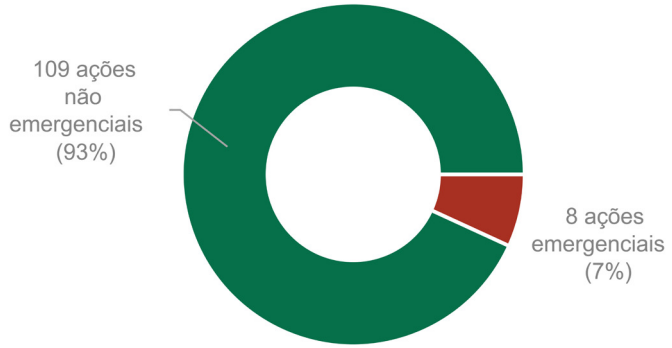
Ações de Salvaguarda Emergenciais

Outro número relevante para o processo de monitoramento corresponde à identificação de quantas e quais ações de salvaguarda foram consideradas "emergenciais". Cumpre destacar que se entende como "ação emergencial" aquela cuja não realização pode acarretar o comprometimento da sustentabilidade cultural do Bem Registrado.

A situação emergencial está relacionada à possibilidade do Bem não mais existir – seja por falta de transmissão de saberes em contextos nos quais os detentores são exclusivamente idosos ou as comunidades detentoras correm algum risco de desaparecimento por algum outro motivo, seja por questões ambientais que comprometam alguma matéria-prima diretamente associada ao Bem, por exemplo. Nesse sentido, o ciclo de monitoramento de 2023 identificou que apenas oito ações das 117 (7%) foram consideradas emergenciais, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 17: Ações de Salvaguarda Monitoradas Consideradas Emergenciais



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

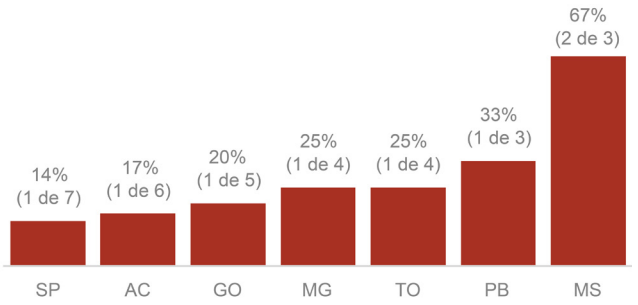
Dentre os motivos apresentados pelos técnicos estão o risco da descontinuidade da prática cultural e a perda da transmissão intergeracional, relacionada à idade avançada dos poucos detentores tradicionais, como relatado pelo Iphan-MS para o Bem **Modo de Fazer Viola de Cocho**. Foi observado, pela unidade, que as ações de transmissão de saberes não foram tão efetivas para esse Bem, pois não houve incremento de novos detentores e grupos, evidenciando um problema na transmissão intergeracional. A idade avançada dos mestres de **Jongo/Caxambu** em Minas Gerais também foi um problema relatado, assim como o contexto de vulnerabilidade social e de intolerância e racismo religioso enfrentado pelos grupos. Foi apontado o risco da perda de conhecimento sobre esse Bem Cultural no estado devido à ausência de documentação, portanto a ação de documentação sobre o Bem buscou mitigar esse risco, além de fomentar o engajamento de novas gerações.

A ausência de conhecimento sobre o Bem Cultural **Matrizes Tradicionais do Forró** no estado do Acre também foi mencionada. A forma de expressão se encontra em risco pela falta de identificação, perda de repertório e envelhecimento de seus detentores. Outro problema relatado que pode trazer risco à continuidade do Bem Cultural é a desarticulação e inatividade de alguns grupos de detentores, conforme apontado pelo Iphan-PB para o Bem **Cavalo-Marinho**.

Apontou-se ainda o risco ao Bem Cultural **Fandango Caiçara** no estado de São Paulo devido aos diferentes ataques feitos por órgãos ambientais ao território caiçara. Por último, foi relatado uma ação emergencial, pelo Iphan-GO e TO, relativa à construção do Plano de Salvaguarda do Bem Cultural Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer **Bonecas Karajá** e **Ritxoko**: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá, uma vez que estes Bens já estão reconhecidos a mais de dez anos e ainda não havia sido elaborado o respectivo Plano de Salvaguarda.

Para as unidades do Iphan que realizaram/monitoraram ações de salvaguarda emergenciais, calculou-se o impacto dessas ações, considerando a razão entre o número de ações emergenciais e o total de ações monitoradas pela unidade, conforme aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 18: Percentual das ações emergenciais sobre as ações monitoradas pelas unidades do Iphan

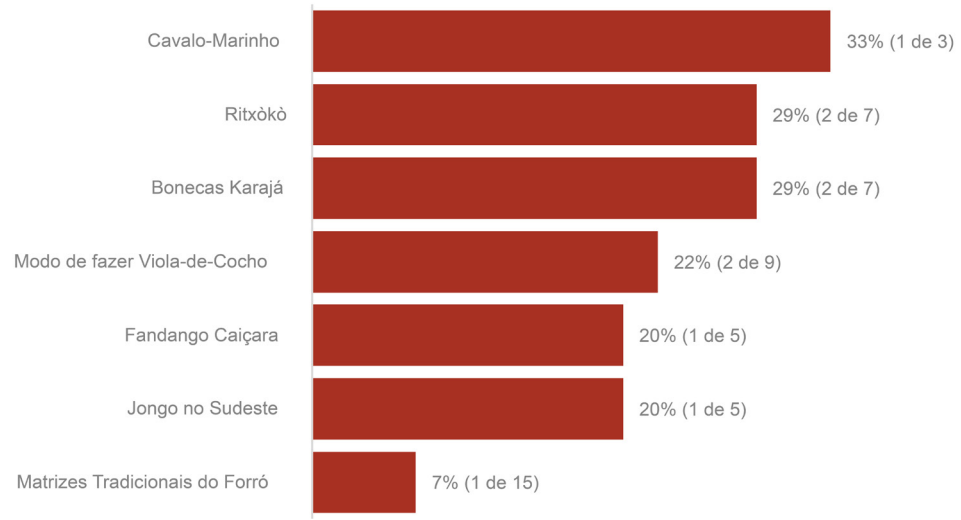


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

O impacto das ações de salvaguarda emergenciais sobre os Bens Registrados salvaguardados está evidenciado no gráfico a seguir. Para o resultado percentual, foi considerada a razão entre as ações emergenciais monitoradas e a totalidade das ações realizadas para o respectivo Bem Cultural.

Gráfico 19: Percentual das ações emergenciais sobre as ações monitoradas do Bem Registrado



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Considerando o recorte das oito ações emergenciais, o gráfico seguinte apresenta as tipologias de ação de salvaguarda mais indicadas no monitoramento das ações emergenciais. O percentual informado foi calculado considerando a razão entre a quantidade de indicações da tipologia e o total de ações emergenciais. Cabe lembrar que as ações de salvaguarda podem classificar-se em mais de uma tipologia.



Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis. Foto: José Valdonir Corrêa, 2022. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 20: Percentual das ações de salvaguarda emergenciais por tipologia de ações



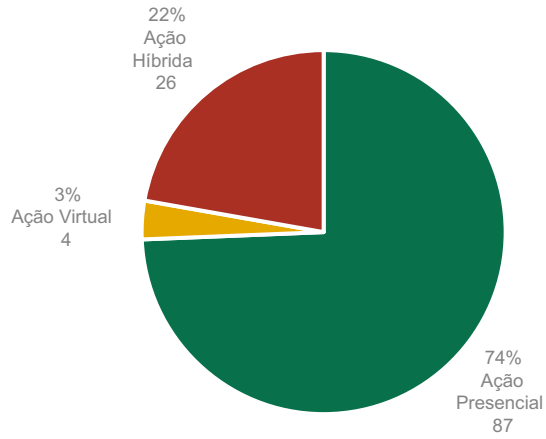
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Formato de Realização das Ações de Salvaguarda

As ações de salvaguarda monitoradas foram realizadas em três modalidades, sendo elas: modo presencial, modo virtual e modo híbrido (que mescla os formatos presencial e virtual). Em 2023, foi apontado que 74% das ações monitoradas se deram de forma presencial, conforme apresentado no gráfico a seguir. A soma das ações ocorridas em formato presencial e híbrido indicam que 96% das ações monitoradas foram realizadas com encontros presenciais em pelo menos uma de suas etapas de execução.

As ações virtuais efetuadas foram relativas a reuniões para a construção do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel nos estados do Ceará e Bahia; à publicação do Plano de Salvaguarda do Maracatu Nação; e ao lançamento do Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná (Região dos Campos Gerais).

Gráfico 21: Metodologia de realização das ações de salvaguarda monitoradas

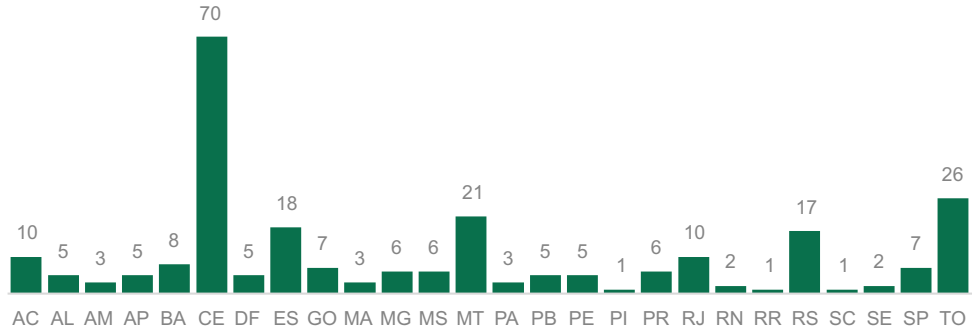


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

O gráfico a seguir indica a quantidade de municípios por Unidade Federativa em que as ações de salvaguarda monitoradas transcorreram na modalidade presencial ou híbrida.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 22: Número de municípios com ações realizadas na modalidade presencial ou híbrida



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Observa-se que no estado do Ceará o número de municípios envolvidos com as ações de salvaguarda monitoradas foi bem superior aos outros estados. Esse número está relacionado à ação de mapeamento da Capoeira, cuja primeira etapa foi finalizada em 2023, a ação identificou a presença de detentores em 68 municípios do estado.

Outros destaques estão em: Tocantins, com uma ação de mapeamento da Capoeira na microrregião de Araguaína que identificou detentores em dezessete municípios; Mato Grosso, com o monitoramento de ações de salvaguarda para seis bens registrados em regiões distintas do estado, incluindo o mapeamento da capoeira e a elaboração de Planos de Salvaguarda dos Bens Registrados Indígenas; Espírito Santo, com ações para capoeira e jongo, realizadas numa amplitude maior de municípios; e Rio Grande do Sul, com ações de salvaguarda na região doceira de Pelotas e a publicação dos resultados do Módulo I do mapeamento da capoeira na região metropolitana de Porto Alegre.

Considerando as outras unidades federativas, com variação entre um e dez municípios, observa-se uma atuação presencial média do Iphan em aproximadamente cinco municípios por Unidade Federativa.



Bembé do Mercado em Santo Amaro da Purificação/BA. Foto: LúBugarin, 2015. Acervo: CNFCP/Iphan.

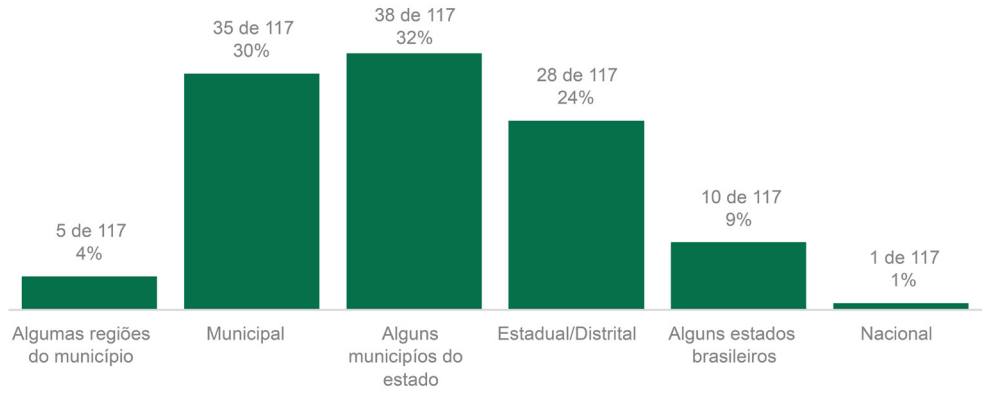
Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Abrangência das Ações de Salvaguarda Monitoradas

O Ciclo 2023 de Monitoramento estruturou seis categorias para mapear a abrangência das localidades beneficiadas com as ações de salvaguarda monitoradas, sendo elas: algumas regiões do município; municipal; alguns municípios do estado; estadual/distrital; alguns estados brasileiros; e nacional.

Conforme apresentado no gráfico a seguir, observa-se, na maior parte, que: 32% das ações monitoradas beneficiaram alguns municípios do estado no qual a ação ocorreu; 30% beneficiaram o município em que a ação ocorreu; e 24% beneficiaram a Unidade Federativa na qual a ação ocorreu. A soma dessas três maiores porcentagens equivale a 87% das ações monitoradas.

Gráfico 23: Ações de salvaguarda realizadas por localidade beneficiada



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)



Romaria de Carros de Boi. Foto: Luiz Roberto Botosso Junior, 2014. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

PRODUTOS



Renda Irlandesa Sergipana, Divina Pastora/SE. Foto: Melissa Warwick, 2013. Acervo: CNFCP/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

PRODUTOS

Considera-se como produto o resultado mensurável de determinada ação. No âmbito das ações de salvaguarda dos Bens Registrados, nem sempre haverá produtos associados aos resultados alcançados, isso não significa que a ação foi menos eficaz, eficiente ou efetiva para a salvaguarda do Bem. Há ações que produzem resultados que agem diretamente na autonomia, na manutenção, no desenvolvimento ou no fortalecimento do processo de salvaguarda de um Bem Cultural, sem, necessariamente, gerar resultados quantificáveis passíveis de serem categorizados como produtos. Ações de mobilização de detentores, de articulação com parceiros, de estímulo à autonomia de detentores, de esclarecimento sobre a Política de Patrimônio Imaterial, dentre outras, são alguns exemplos de ações que não necessariamente geram produtos.



Nesse sentido, considerando o histórico dos ciclos de monitoramento anteriores, e considerando que nem todas as ações podem ser concluídas em um único ciclo de monitoramento, estabeleceu-se três categorias distintas a respeito da geração de produtos das ações de salvaguarda, sendo elas:

1. Houve produtos gerados: A ação resultou na entrega de algo finalizado/acabado ao seu público-alvo. São exemplos de produtos: curso, oficina, treinamento, workshop, congresso, colóquio, fórum, seminário, conferência, convenção, simpósio, lançamentos, inaugurações, shows, apresentações, festas, feiras, festivais, espetáculos, exposições, mapeamento, pesquisa histórica, pesquisa etnográfica, complementação ou ampliação de Registro, estudos específicos, entrevista, editais para premiação, editais de seleção, materiais audiovisuais, materiais sonoros, materiais visuais, materiais cartográficos, objetos, livro, apostila, manual, cartilha, livreto, catálogo, revista, Planos de Salvaguarda, confecção de material gráfico, peças ou serviços de divulgação, impressão de publicações etc.;

2. Os produtos serão gerados no futuro: Algumas ações de salvaguarda demandam mais de um ciclo de monitoramento para serem completamente executadas (mais de doze meses), nesse caso é possível descrever os resultados alcançados ao longo do ciclo vigente (se significativos) e indicar quando os produtos serão disponibilizados ao público-alvo em ciclos de monitoramento subsequentes. São exemplos de ações que podem ter resultados em mais de um ciclo de monitoramento, mas com produtos apenas no último ciclo: mapeamento, pesquisa etnográfica, pesquisa histórica, elaboração de Plano de Salvaguarda, criação de centro de referência, criação de museus, projetos ambientais etc.;

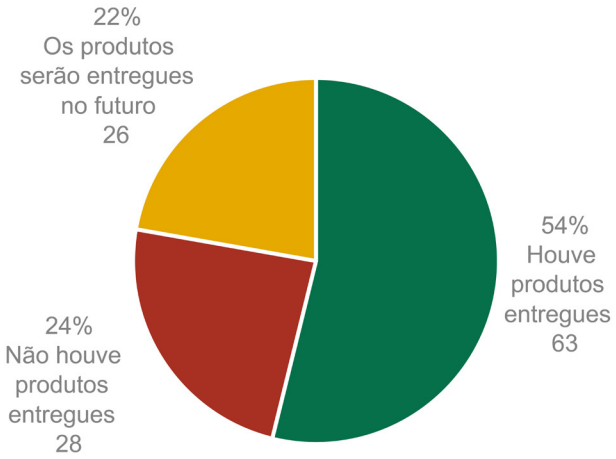
3. Não houve produtos gerados. Pela natureza da ação de salvaguarda não houve a entrega de algo mensurável ao seu público-alvo. Ao ser planejada, a ação não previu, dentre os seus objetivos, a entrega de produtos; mas os resultados alcançados são relevantes ao processo de salvaguarda. Conforme já foi dito, são exemplos de ações que podem não ter produtos relacionados: articulação com parceiros para a realização de ações futuras, ampliação da mobilização de detentores para o processo de salvaguarda, ampliação da representatividade de segmentos culturais, estímulo à autonomia de detentores e parceiros na salvaguarda do Bem Cultural, esclarecimento sobre a política do Patrimônio Cultural Imaterial etc.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Entrega de produtos nas ações monitoradas

A distribuição das 117 ações de salvaguarda monitoradas em 2023 de acordo com as três categorias elencadas acima está representada no gráfico a seguir. Verifica-se que 54% das ações monitoradas entregaram algum produto.

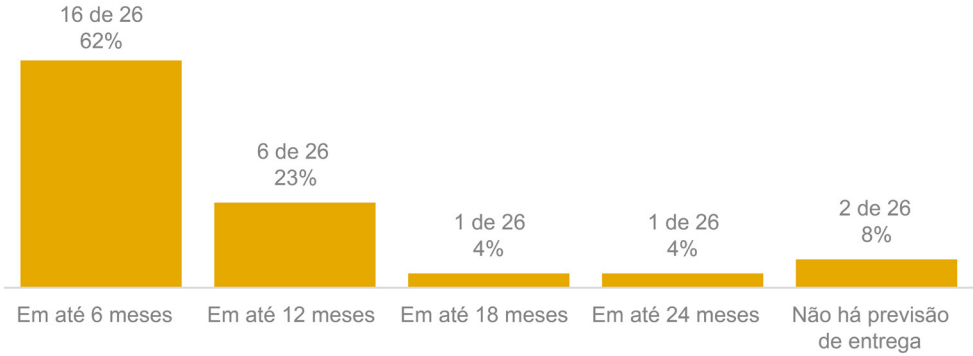
Gráfico 24: Entrega de produtos nas ações de salvaguarda monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Das 117 ações monitoradas, 26 indicaram que os produtos serão entregues futuramente. O gráfico a seguir mostra a previsão de entrega desses produtos. Para a maior parte deles (62%), a previsão de entrega é de até seis meses e 23% em até doze meses, ou seja, 85% das 26 ações de salvaguarda em andamento pretendem gerar os respectivos produtos em 2024.

Gráfico 25: Previsão de entrega dos produtos nas ações de salvaguarda monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Categorização dos produtos entregues

Considerando o histórico de atuação do DPI/Iphan; o resultado dos ciclos de monitoramento anteriores; as solicitações anuais em planos de ação; e as demandas de detentores dos Bens Registrados indicadas em Planos de Salvaguarda, a COMAS estabeleceu onze categorias de produtos no formulário de monitoramento do Ciclo 2023, sendo elas:

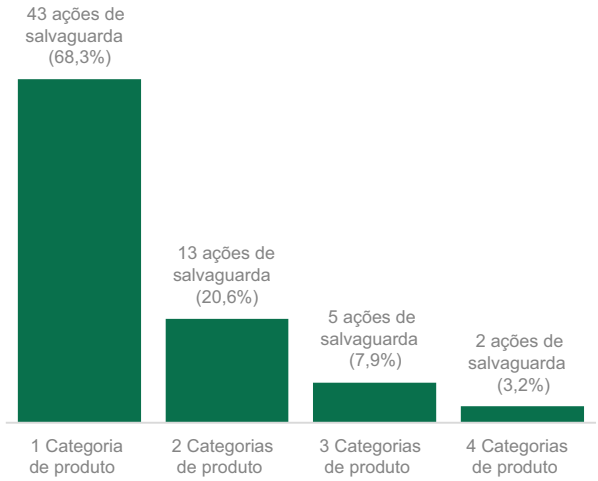
1. Aquisição de bens ou serviços;
2. Capacitações;
3. Criação ou manutenção de espaços;
4. Eventos;
5. Materiais audiovisuais;
6. Materiais gráficos;
7. Planos de salvaguarda;
8. Produtos artísticos;
9. Produtos de pesquisa;
10. Publicações;
11. Outros.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Cabe destacar que uma ação de salvaguarda pode gerar vários tipos de produtos em diferentes categorias. Nesse sentido, o formulário de monitoramento do Ciclo 2023 permitiu ao respondente indicar os tipos de produtos entregues (conforme orientação do manual de preenchimento), descrevendo e quantificando cada tipo de produto e os associando à categoria mais adequada aos Bens Registrados diretamente beneficiados.

O gráfico a seguir apresenta as 63 ações de salvaguarda que entregaram produtos, distribuídas pelo número de categorias distintas que foram selecionadas. Verifica-se que a maior parte dessas ações, aproximadamente 68%, entregaram produtos em apenas uma categoria, contra 32% em diferentes categorias.

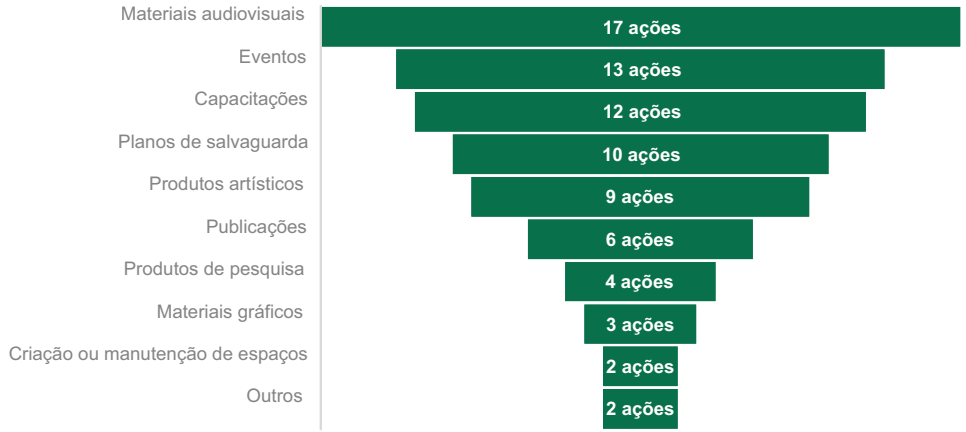
Gráfico 26: Ações monitoradas por quantidade de categorias de produtos indicadas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por categoria de produtos entregues está representada no gráfico a seguir. Observa-se que o somatório das ações não totaliza 63, uma vez que uma mesma ação pode apresentar mais de uma categoria de produtos, conforme já mencionado. A categoria de produtos mais representativa foi a de materiais audiovisuais, seguida de capacitações, eventos e Planos de Salvaguarda.

Gráfico 27: Quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por categorias de produtos

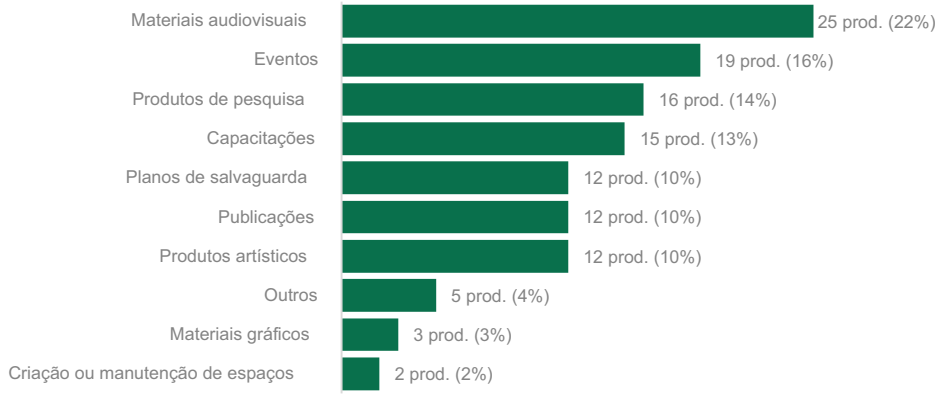


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

O gráfico seguinte apresenta os 121 produtos entregues com as ações monitoradas em 2023, segmentados por categoria, cujo detalhamento consta no **Anexo 5.** Cabe ressaltar que algumas ações monitoradas indicaram como produtos quatorze documentos administrativos, oriundos de fases intermediárias do fluxo de tramitação dos processos administrativos (como relatórios de viagem e pareceres técnicos). No contexto da quantificação de produtos, esses quatorze documentos foram omitidos da contagem e, portanto, não estão representados entre os 121 produtos entregues.

Gráfico 28: Quantidade de produtos gerados por categorias de produtos



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

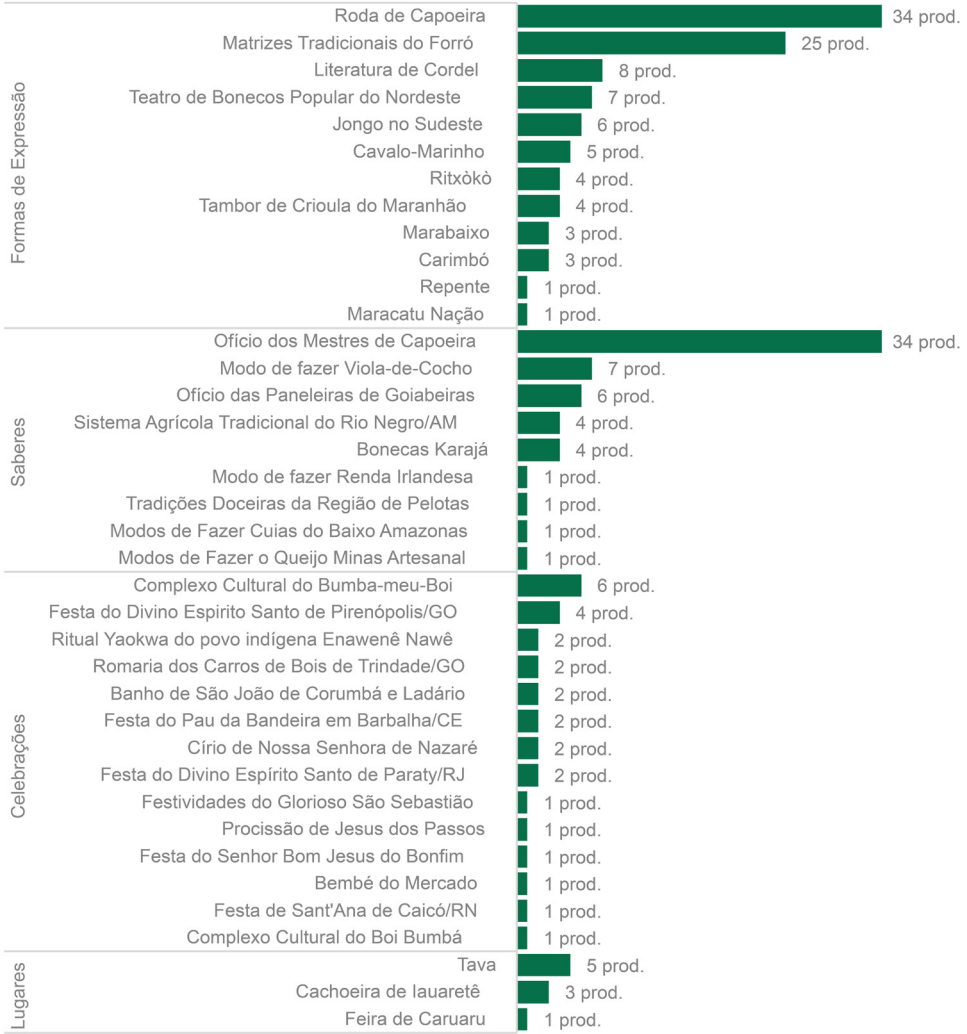
Também foi possível verificar a quantidade de produtos gerados por Bem Registrado, conforme demonstra o gráfico abaixo. Observa-se que os Bens Registrados com abrangência nacional, como a Roda de Capoeira, Ofício dos Mestres de Capoeira e as Matrizes Tradicionais do Forró, foram os Bens Registrados beneficiados com a maior quantidade de produtos monitorados.



Desfile das Agremiações do Grupo Dois, Maracatu Nação Linda Flor. Foto: Guilherme Labonia, 2012. Acervo: Fundarpe.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 29: Quantidade de produtos gerados por Bem Registrado



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)



Caboclinho. Foto: Felipe Peres, 2012. Acervo: CNFCP/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE SALVAGUARDA



Encerramento da Festa de Sant'Ana de Caicó/RN. Foto: Jasiel Vieira, 2021. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

O formulário de monitoramento 2023 questionou sobre quem foram os agentes responsáveis pelo planejamento e execução das ações de salvaguarda realizadas. Esses agentes foram organizados em quatro categorias, sendo elas:

1. **Iphan:** qualquer unidade interna pertencente ao Iphan – unidades especiais, superintendências, departamentos, coordenações-gerais, coordenações, divisões ou autoridades e servidores em representação institucional;

2. **Detentores:** denominação dada às comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica da produção, reprodução de determinado Bem Cultural Imaterial e/ou seus Bens Culturais associados, e para os quais o Bem possui valor referencial, é parte constituinte da sua memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses Bens Culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações e continuidade da prática ao longo do tempo (Art. 2°, VI, Portaria Iphan n° 200/2016);

3. **Parceiros:** conjunto de órgãos e instituições, governamentais ou não-governamentais, de direito público ou privado, que NÃO se enquadram como detentoras, mas contribuem com a manutenção, o fortalecimento, a proteção ou a valorização do Bem Cultural Registrado e do processo de salvaguarda, respeitadas suas competências legais e seus limites de atuação;

4. **Sociedade Civil:** conjunto amplo de pessoas da sociedade, as quais NÃO se enquadram como representantes do Iphan, como detentoras ou como parceiras do Bem Cultural ou do processo de salvaguarda, mas que podem contribuir no planejamento ou na execução das ações de salvaguarda.

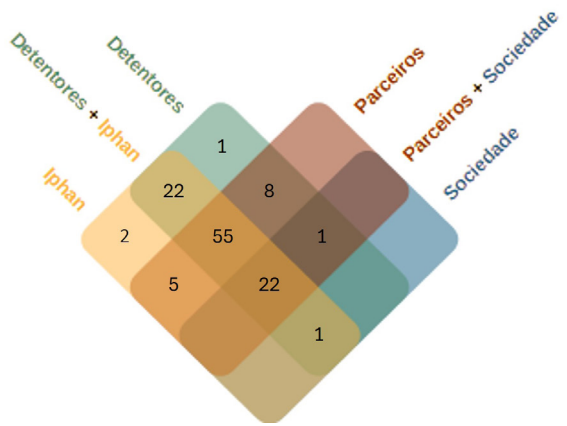
Atuação em parcerias

Os agentes responsáveis pela realização das ações de salvaguarda monitoradas podem realizá-las ou sozinhos ou em parceira com os demais. O Diagrama 2 detalha as formas de combinação entre os quatro agentes responsáveis e o número de ações que foram realizadas por cada combinação de agentes.

Para facilitar a compreensão do Diagrama 2, cabe esclarecer que cada retângulo do diagrama representa um dos agentes (Iphan, detentores, parceiros e sociedade civil). Os quatro retângulos são identificados em cores distintas (amarelo, verde, vermelho e azul) que se sobrepõem de modo a criar regiões de interseção capazes de representar todas as quinze possibilidades de combinação de participação dos quatro agentes. A soma dos números nas interseções de um mesmo retângulo representa o total de ações que o agente representado no mesmo retângulo figurou como responsável. Os números que aparecem nas interseções indicam ações de salvaguarda desenvolvidas em parcerias, respeitadas cada interseção.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

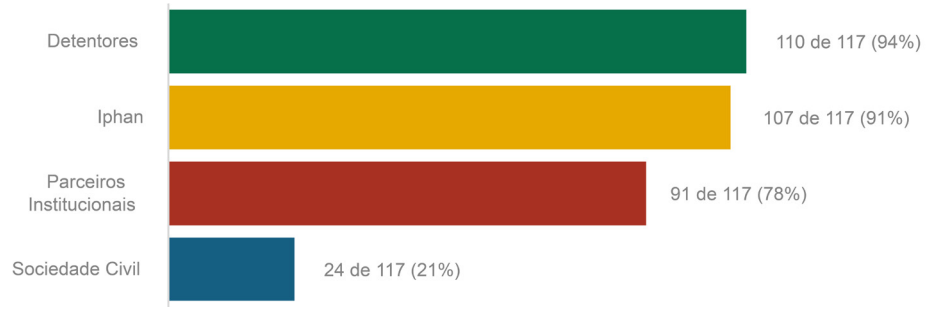
Diagrama 2: Distribuição dos responsáveis pela realização das ações de salvaguarda monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A partir da distribuição apresentada do Diagrama 2, é possível indicar o número e o percentual de ações de salvaguarda monitoradas realizadas por cada agente responsável, conforme o gráfico seguinte, no qual observa-se a atuação dos detentores superior em 3% à atuação do Iphan na realização das ações de salvaguarda monitoradas, sinalizando uma possível ampliação da autonomia dos detentores.

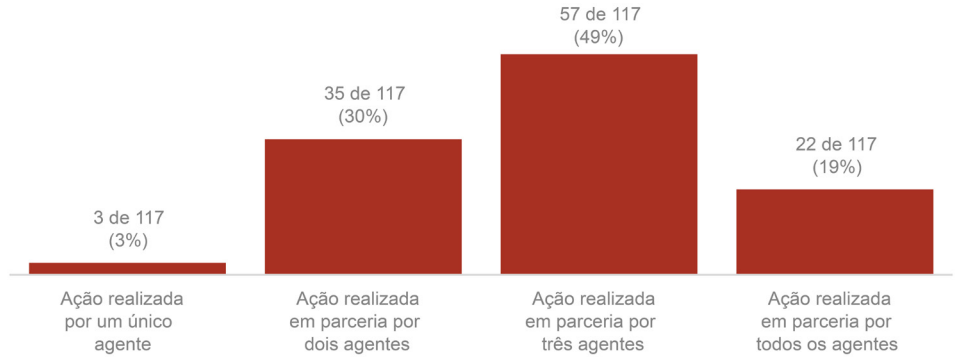
Gráfico 30: Atuação dos agentes nas ações de salvaguarda monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

O Diagrama 2 também permite indicar o número de ações de salvaguarda monitoradas de acordo com o número de agentes que atuaram em parceria (de um a quatro), conforme indica o gráfico seguinte, no qual observa-se que 22 ações monitoradas (19%) foram realizadas com a colaboração de todos os agentes, contra três ações realizadas por um único agente. A grande maioria das ações monitoradas (49%) foram realizadas com a parceria de três agentes.

Gráfico 31: Número de ações monitoradas por número de agentes atuando em parceria



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

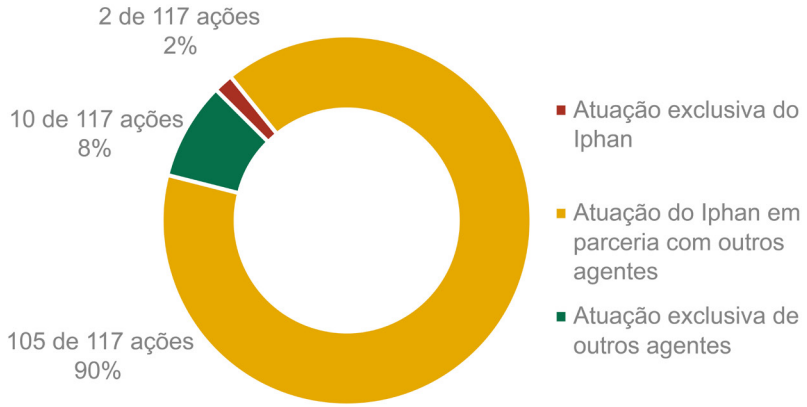
Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Atuação do Iphan

Foi possível analisar os percentuais de atuação do Iphan na realização das ações de salvaguarda considerando três diferentes perspectivas: ações realizadas exclusivamente pelo Iphan; ações realizadas pelo Iphan em parceria com outros agentes; e ações realizadas exclusivamente por outros agentes, isto é, sem a participação direta do Iphan.

Como demonstra o gráfico seguinte, observa-se que 98% das ações monitoradas em 2023 foram realizadas pelo Iphan em conjunto com detentores, parceiros e/ou sociedade civil e apenas 2% realizadas exclusivamente pelo Iphan.

Gráfico 32: Atuação do Iphan na realização das ações de salvaguarda monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)



Cena de brincadeira do Mamulengo Fuzuê, no Distrito Federal. Foto: Davi Mello, 2020. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



Renda Irlandesa Sergipana, Divina Pastora/SE. Foto: Melissa Warwick, 2013. Acervo: CNFCP/Iphan.

PARCEIROS INSTITUCIONAIS

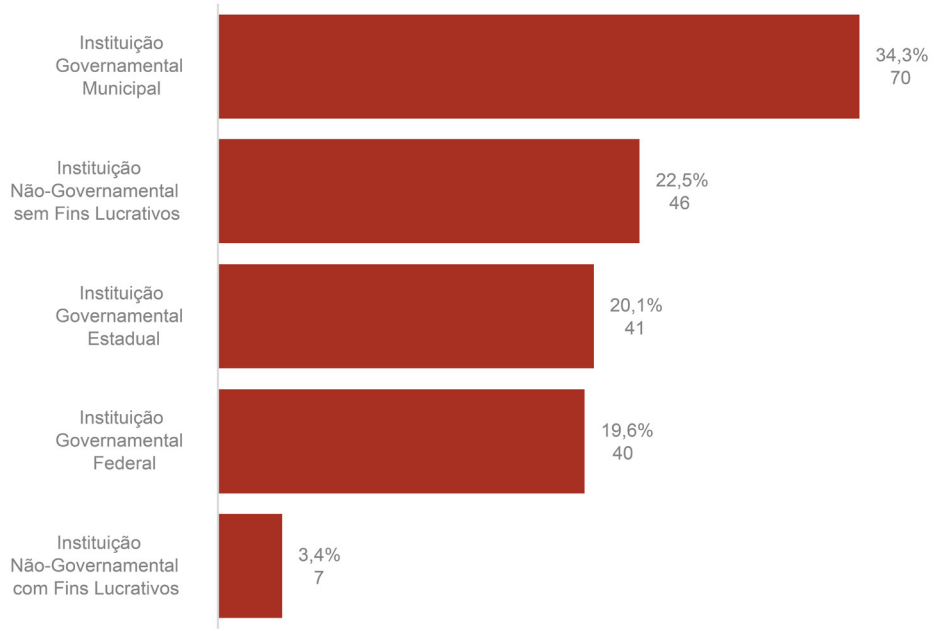
Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

O Ciclo de monitoramento 2023 buscou identificar nominalmente quais parceiros institucionais colaboraram para a realização das ações de salvaguarda, sua frequência de atuação e em qual esfera de governo ele pertence.

Das 117 ações de salvaguarda monitoradas, 91 (78%) foram executadas com a colaboração de parceiros. Foram citados, ao todo, **204 parceiros institucionais** (detalhados no **Anexo 6),** em 23 unidades federativas e 46 Bens Culturais Registrados beneficiados com a parceria.

Os parceiros foram categorizados em cinco tipos de instituição de acordo com sua esfera de atuação, sendo elas: Instituição Governamental Federal; Instituição Governamental Estadual; Instituição Governamental Municipal; Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos; e Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos. A maior parte das instituições citadas nas ações de salvaguarda monitoradas, aproximadamente 34%, se enquadra na categoria de Instituição Governamental Municipal, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

Gráfico 33: Número de parceiros institucionais por tipo de instituição

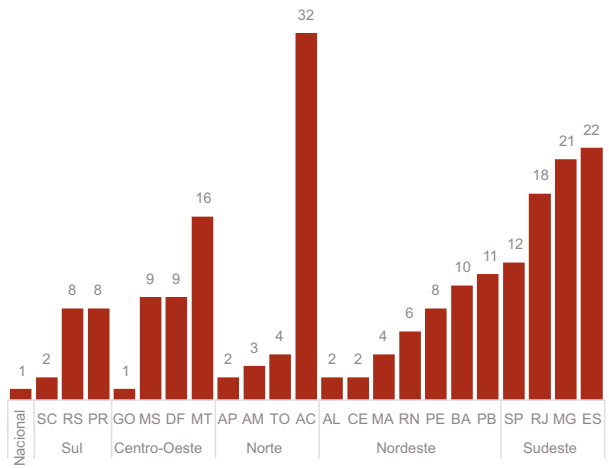


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Também foi possível verificar o número de parceiros institucionais citados por cada unidade federativa, como mostra o gráfico a seguir. Cabe ressaltar que o somatório não corresponde ao total de 204 parceiros, uma vez que, em alguns casos, uma mesma instituição figurou como parceiro em diferentes unidades, como foi o caso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que foi citado tanto pela unidade CGPS (Nacional) como pelo Iphan-MG.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

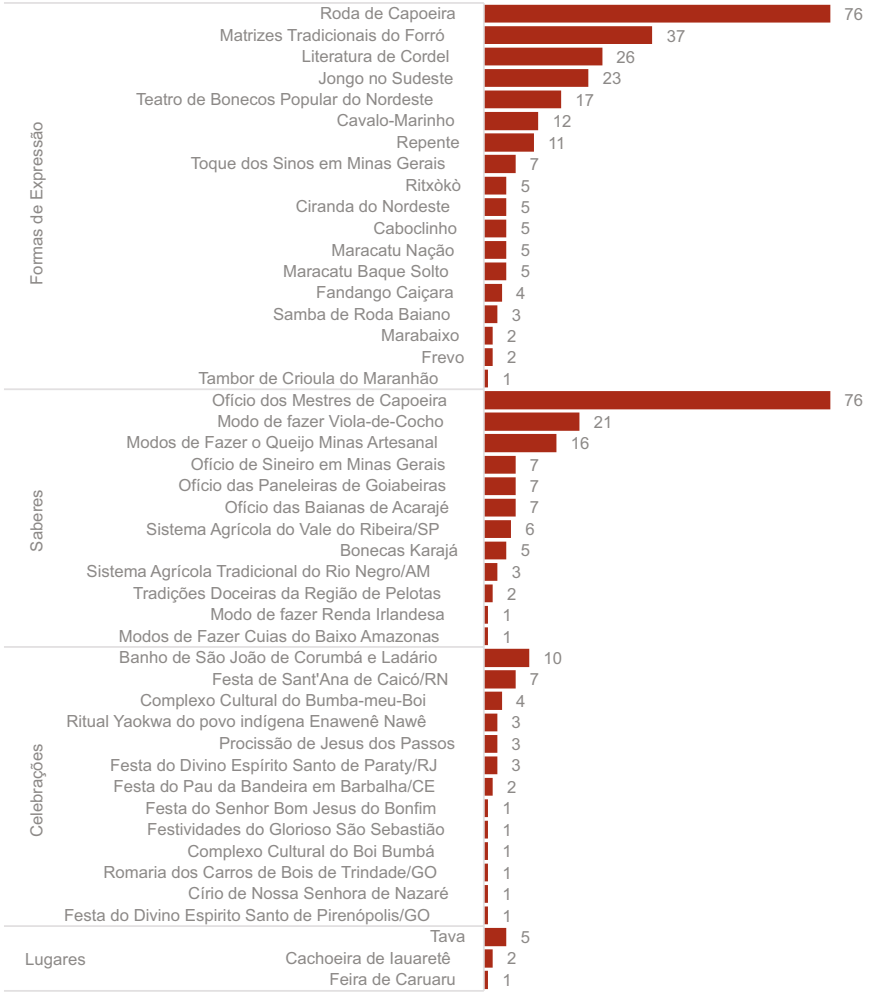
Gráfico 34: Número de parceiros institucionais por unidade federativa



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

O gráfico seguinte mostra o número de parceiros institucionais que apoiaram as diversas ações monitoradas em 2023 por Bem Registrado. Da mesma forma que na análise anterior, o somatório não corresponde à totalidade dos 204 parceiros, uma vez que, em muitos casos, o mesmo parceiro atuou apoiando mais de um bem registrado.

Gráfico 35: Número de parceiros institucionais por Bem Registrado



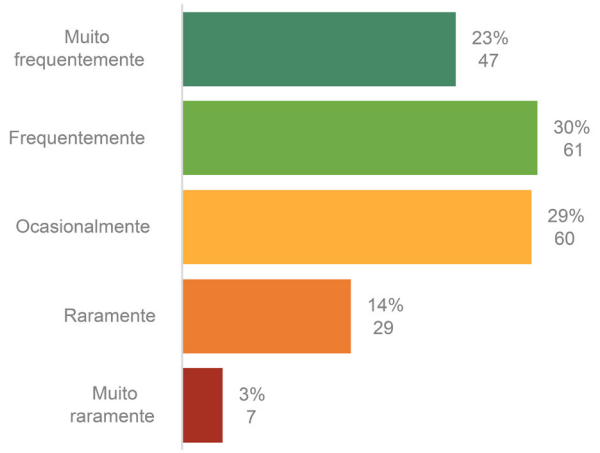
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Frequência de Atuação

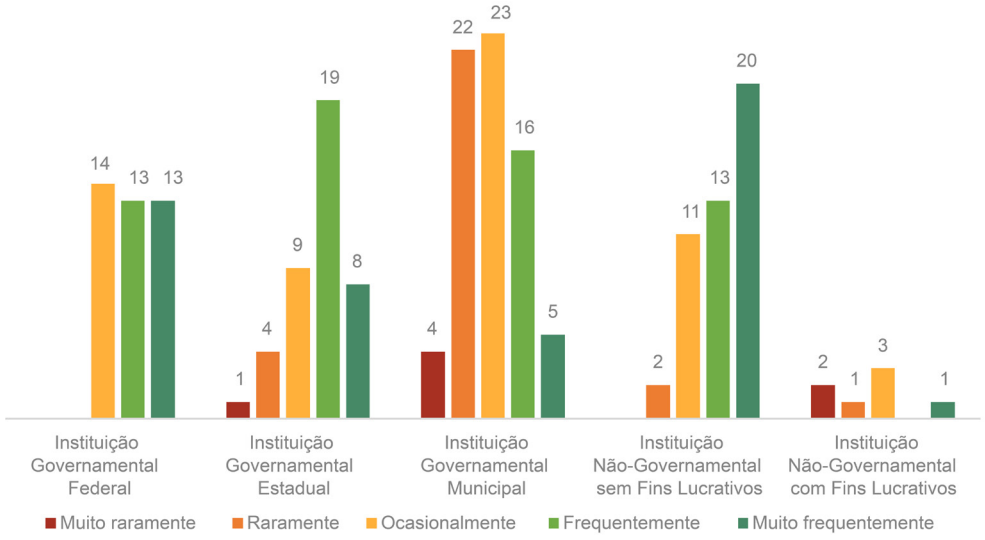
O quantitativo de parceiros institucionais organizados por frequência de atuação na salvaguarda do Bem Registrado pode ser verificado nos gráficos a seguir, sendo que o Gráfico 36 considera apenas a frequência de atuação de todos os parceiros identificados e o Gráfico 37 considera a frequência de atuação por tipologia de instituição.

Gráfico 36: Número de parceiros institucionais por frequência de atuação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Gráfico 37: Número de Parceiros Institucionais por tipo de instituição e frequência de atuação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A partir da distribuição apontada no gráfico acima, foi possível calcular a frequência média de atuação para cada tipo de instituição parceira. Para o cálculo, considerou-se: muito raramente com peso 1; raramente com peso 2; ocasionalmente com peso 3; frequentemente com peso 4; e muito frequentemente com peso 5.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

A partir da média ponderada, conclui-se que:

Instituição Governamental Municipal..... . atuam ocasionalmente

Instituição Governamental Estadual..... .atuam frequentemente

Instituição Governamental Federal..... .atuam frequentemente

Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos.....atuam frequentemente

Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos.....atuam ocasionalmente

Dentre as parcerias estabelecidas em 2023 para a realização das ações de salvaguarda, é possível observar as palavras que mais aparecem no nome dos parceiros institucionais, conforme mostrado no diagrama a seguir.

Diagrama 3: Palavras mais utilizadas nos nomes dos parceiros institucionais



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução

Informações gerais

Detalhamento das Ações de Salvaguarda

Produtos

Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda

Parceiros Institucionais

Recursos utilizados

Avaliação das Ações de Salvaguarda

Considerações Finais

Anexos

RECURSOS UTILIZADOS



Apresentação de Carimbó. Foto: Cris Salgado, 2018. Acervo: DPI/Iphan.

RECURSOS UTILIZADOS

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

A COMAS buscou identificar quais agentes aplicaram diretamente seus recursos para a realização das ações monitoradas e quais foram os tipos de recursos empregados. Os recursos mapeados durante o monitoramento foram classificados da seguinte forma:

1. RECURSOS HUMANOS
diretamente associados ao uso de pessoas colaboradoras que investiram tempo e esforço na realização de qualquer uma das etapas da ação de salvaguarda;

2. RECURSOS FINANCEIROS
relacionados ao uso de dinheiro na ação de salvaguarda, como para a contratação de um serviço, compra ou locação de materiais ou equipamentos, uso de diárias e passagens, pagamentos diversos etc.;

3. RECURSOS FÍSICOS OU MATERIAIS
relacionados ao uso de espaços físicos, insumos, equipamentos, mobiliário, estruturas permanentes ou temporárias etc.;

4. RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
relacionados ao uso de internet, redes, sistemas, servidores, programas, aplicativos, protocolos ou quaisquer outras soluções em TI;

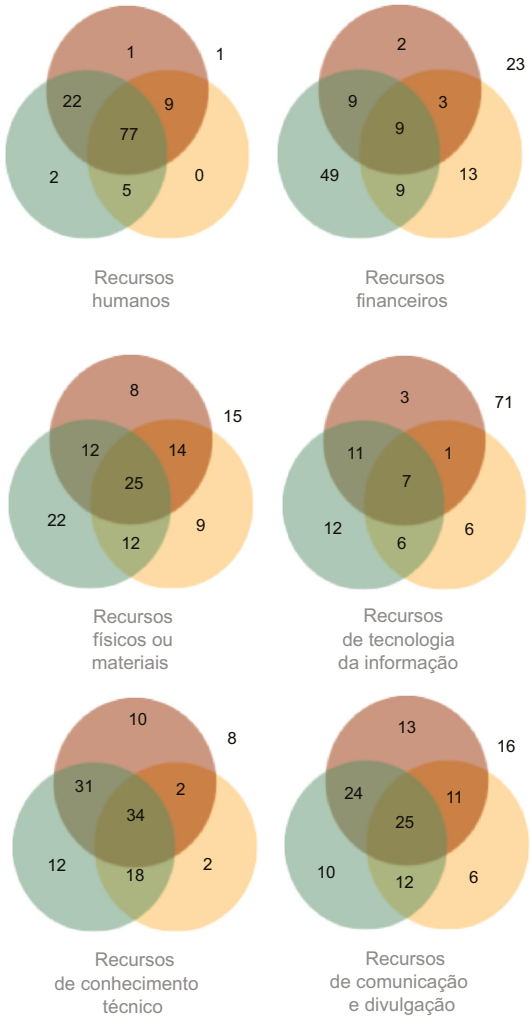
5. RECURSOS DE CONHECIMENTO TÉCNICO
relacionados ao uso de conhecimentos técnicos especializado, saberes, modos de fazer, metodologias de trabalho, de planejamento ou de execução etc.;

6. RECURSOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
relacionados a atividades de difusão, publicidade, comunicação, veiculação, divulgação etc. ligadas a ações de salvaguarda monitorada.

O Conjunto dos seis diagramas que estão representados a seguir divide as ações de salvaguarda na perspectiva do tipo de recurso utilizado e do agente que contribuiu com o recurso. Contudo, cabe esclarecer que cada diagrama representa um dos recursos utilizados e é composto por três círculos sobrepostos que simbolizam, conforme a cor (verde, vermelho, amarelo), os agentes responsáveis pela ação de salvaguarda (Iphan, detentores ou parceiros). A sobreposição dos círculos forma regiões de intersecção que representam a aplicação daquele recurso em parceria, isto é, aplicação daquele recurso por mais de um agente; a soma dos números distribuídos em cada diagrama totaliza as 117 ações de salvaguarda monitoradas; os números de ações ocupam sempre a zona de intersecção nas circunferências que corresponde ao agente e/ou parceria que financiou aquele recurso; e o número que está fora das circunferências representa o número de ações de salvaguarda que não utilizaram aquele recurso.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

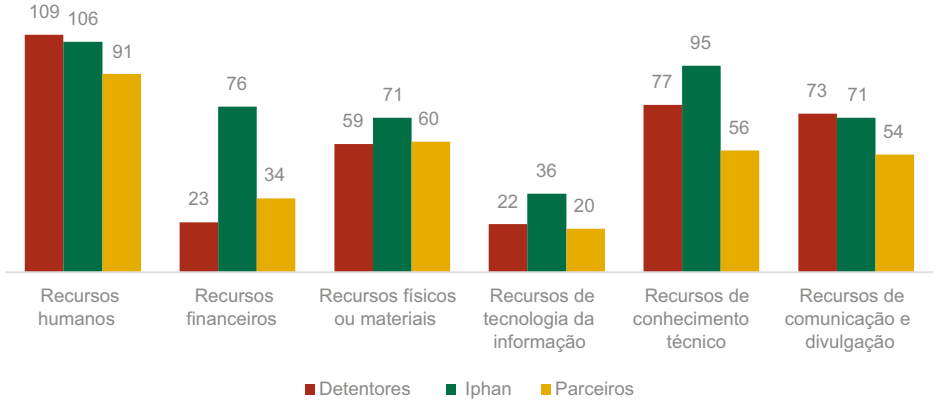
Diagrama 4: distribuição das ações de salvaguarda por recurso utilizado e agente financiador



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Em complemento ao Diagrama 4, o gráfico seguinte informa a quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por agente financiador (Iphan, detentores e parceiros) e por tipo de recursos aplicados.

Gráfico 38: Ações de salvaguarda por recurso utilizado e agente financiador



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A partir da análise do Diagrama 4 e do Gráfico 38, é possível apontar que:

- Onze ações de salvaguarda monitoradas (9,4%) foram executadas sem a aplicação de recursos humanos do Iphan, com destaque para uma ação de salvaguarda executada pela sociedade civil (representada fora do diagrama de recursos humanos);
- Vinte e três ações de salvaguarda monitoradas (19,7%) foram do tipo não orçamentária, contra 94 (80,3%) do tipo orçamentária;
- Quarenta e nove ações de salvaguarda monitoradas (41,9%) foram custeadas exclusivamente pelo Iphan, contra dezoito (15,4%) custeadas por outros agentes (sem participação do Iphan);

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

- Somente 46 ações de salvaguarda monitoradas (39,3%) utilizaram recursos de tecnologia da informação para sua realização;

- Cento e uma ações de salvaguarda monitoradas (86,3%) utilizaram recursos de comunicação e divulgação, contra dezesseis ações (13,7%) não divulgadas pelos agentes;

- Apenas oito ações de salvaguarda monitoradas (6,8%) não necessitaram da aplicação de recursos de conhecimento técnico para a realização, contra 109 ações (93,2%) que demandaram conhecimento técnico de algum dos agentes;

- O Iphan esteve à frente dos demais agentes na aplicação de recursos financeiros (76 ações), recursos físicos e materiais (71 ações), recursos de tecnologia da informação (36 ações) e recursos de conhecimento técnico (95 ações);

- Os detentores tiveram melhor desempenho na aplicação de recursos humanos (109 ações) e recursos de comunicação e divulgação (73 ações);

- Outros parceiros institucionais só tiveram melhor desempenho que os detentores na aplicação de recursos financeiros (34 ações) e recursos físicos e materiais (sessenta ações).

Aplicação de recursos orçamentários do Iphan

O Ciclo 2023 de monitoramento das ações de salvaguarda de bens registrados indicou que 94 ações de salvaguarda dependeram de recursos financeiros para sua realização, as quais destacam-se 45 ações de salvaguarda com algum aporte de recursos financeiros da comunidade detentora ou de parceiros institucionais. Contudo, somente o recurso financeiro investido pelo Iphan pôde ser mapeado de forma assertiva via formulário de monitoramento, combinado com as informações orçamentárias do **SIG-Iphan** e do **Portal da Transparência do Governo Federal.**

Em 2023, a COMAS mapeou **noventa planos de ação** (PAs) executados pelas unidades do Iphan **(Anexo 7),** com projetos cujo escopo beneficiou diretamente Bens Culturais Registrados.

Ao todo, o Iphan **empenhou R$ 6.591.362,99** (seis milhões, quinhentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e dois reais noventa e nove centavos) em recursos orçamentários para apoio e fomento a bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, na Ação Orçamentária 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro). Esse montante representa um aumento de quase **800%** [2] em relação a 2022.

Dos noventa planos de ação mapeados para Bens Culturais Registrados, oitenta (88,9%) indicam o DPI como departamento gestor, os outros dez projetos agregam temas transversais do Patrimônio Cultural geridos por outros departamentos gestores do Iphan.

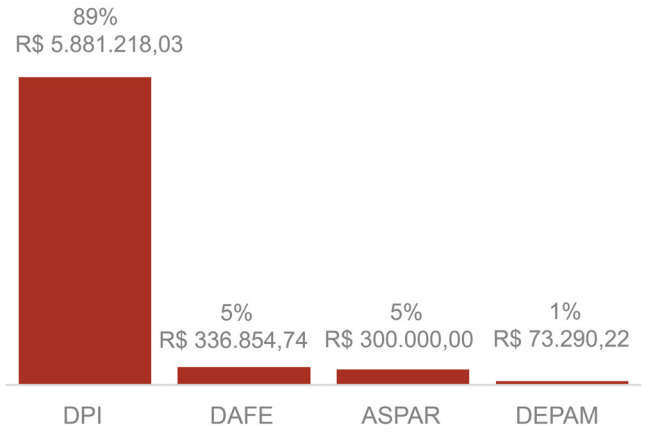
Os gráficos seguintes apresentam respectivamente a distribuição dos recursos empenhados em 2023, para bens registrados, por departamento gestor (Gráfico 39) e por unidade executora (Gráfico 40). Contudo, antes de apresentar as informações gráficas, cabe evidenciar a distinção entre as funções do departamento gestor e da unidade executora no fluxo de execução dos projetos aprovados.

2. Em 2022, foram empenhados R$ 824.994,22 (oitocentos e vinte quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos) para a execução de ações de salvaguarda de bens registrados, conforme indicado no relatório de monitoramento do Ciclo-2022.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

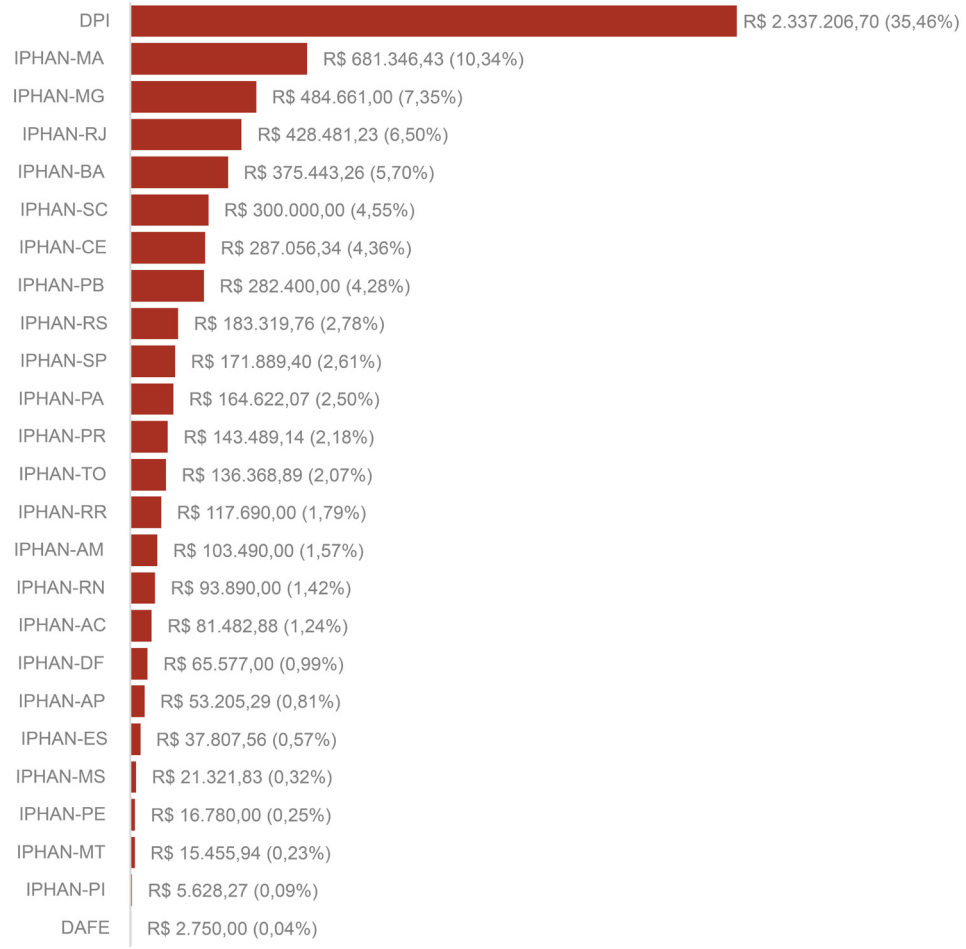
Os departamentos gestores são responsáveis por avaliar, priorizar e coordenar os projetos propostos pelas unidades executoras que serão desenvolvidos ao longo do ano, no âmbito de suas respectivas competências departamentais temáticas. Cabe à Diretoria Colegiada do Iphan a aprovação dos projetos propostos, considerando a disponibilidade orçamentária do exercício, as determinações legais e outros fatores de Governo. Quando aprovados, os projetos (Planos de Ação) devem ser acompanhados pelos respectivos departamentos gestores, mas executados pelas unidades executoras (Gráfico 40) proponentes do projeto (Plano de Ação). Departamentos gestores também podem figurar como unidades executoras a depender do escopo do projeto.

Gráfico 39: Recursos empenhados para bens registrados por departamento gestor



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Gráfico 40: Recursos empenhados para bens registrados por unidade executora



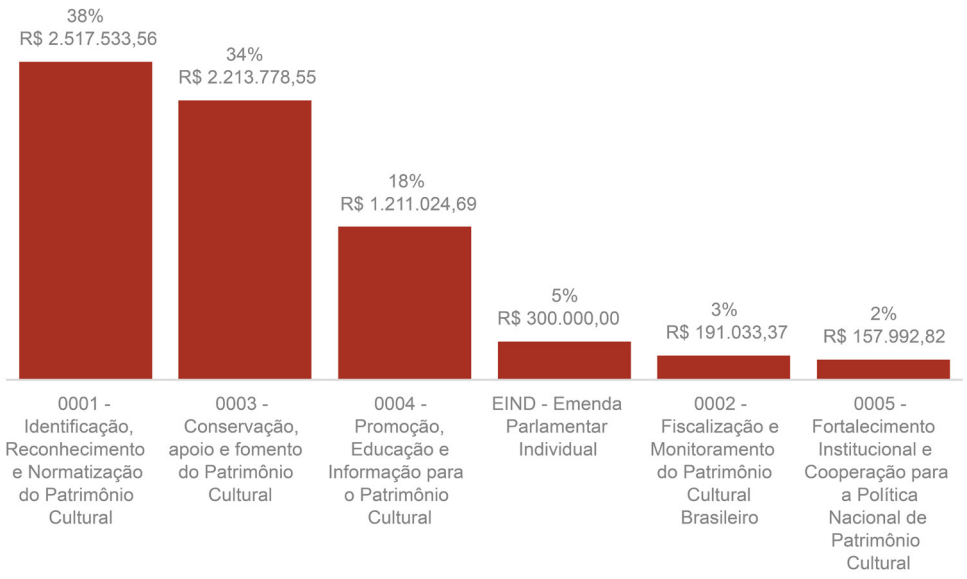
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Também é possível fazer a distribuição dos recursos empenhados por plano orçamentário (PO), uma identificação de caráter gerencial transmitida ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que não consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) e tem por finalidade permitir o acompanhamento físico e financeiro da execução em um nível de detalhamento maior do que o apresentado na LOA.

São planos orçamentários comumente utilizados pelo Iphan para a aplicação de recursos próprios: Identificação, Reconhecimento e Normatização do Patrimônio Cultural; Fiscalização e Monitoramento do Patrimônio Cultural Brasileiro; Conservação, Apoio e Fomento do Patrimônio Cultural; Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural; e Fortalecimento Institucional e Cooperação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural. O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos recursos empenhados para bens registrados por plano orçamentário utilizado.

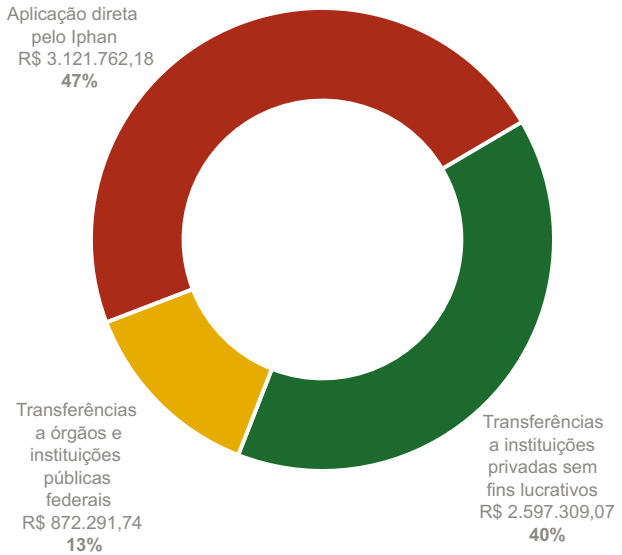
Gráfico 41: Recursos empenhados para bens registrados por plano orçamentário



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

O Iphan utilizou-se de três modalidades de aplicação para os recursos empenhados no ciclo monitorado: aplicação direta, quando o recurso é investido diretamente pelo Iphan; transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, via Termos de Colaboração; e transferências a órgãos e instituições públicas federais por meio da celebração ou da dispensa de Termos de Execução Descentralizada (TED). O gráfico a seguir apresenta essa distribuição por modalidade de aplicação.

Gráfico 42: Recursos empenhados para bens registrados por modalidade de aplicação:

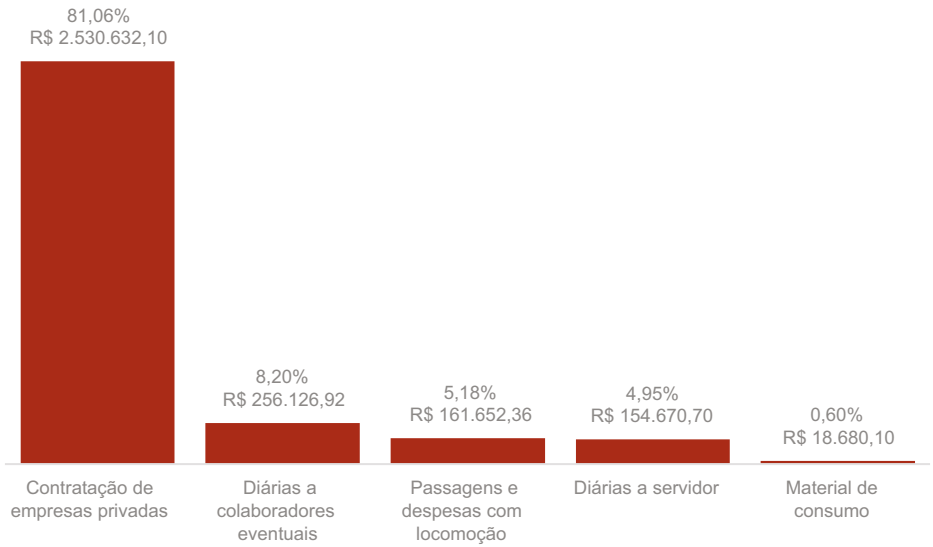


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ao detalhar, por tipo de despesa realizada, o montante de R$ 3.121.762,18 (três milhões, cento e vinte um mil, setecentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos) aplicados diretamente pelo Iphan, observa-se que 81% foram destinados à celebração de contratos administrativos com pessoas jurídicas, conforme indicado no gráfico seguinte:

Gráfico 43: Recursos executados diretamente pelo Iphan para bens registrados por tipo de despesa:



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

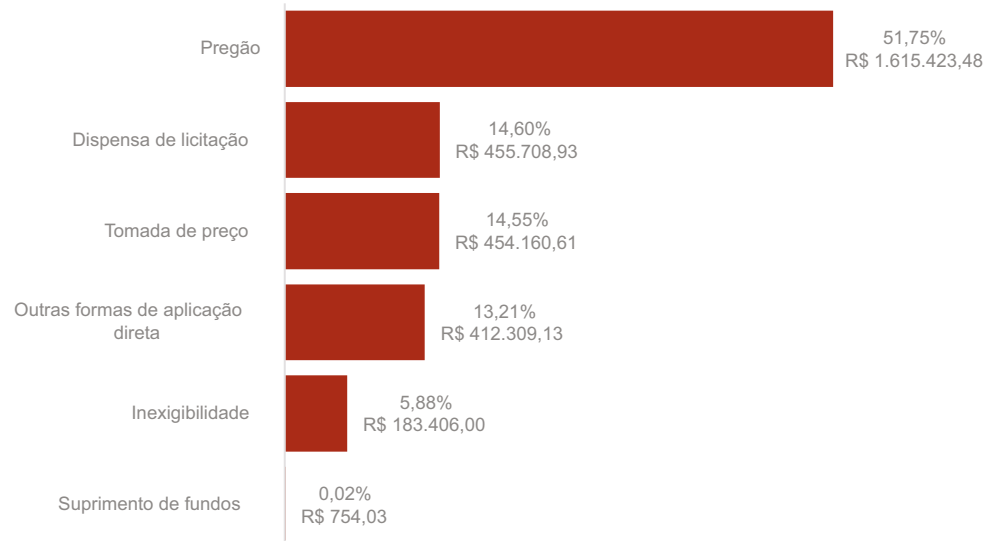
Ao detalhar, por modalidade de licitação, o mesmo montante aplicado diretamente pelo Iphan, observa-se que aproximadamente 52% foram licitados na modalidade pregão, conforme indicado no gráfico seguinte.



Tocando viola de cocho. Foto: Francisco da Costa, 2002. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 44: Recursos executados diretamente pelo Iphan para bens registrados por tipo de despesa:



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Nota-se que 13,21% do montante utilizou outras formas de aplicação direta, as quais estão diretamente relacionadas ao pagamento de diárias a servidores e colaboradores eventuais apontados no Gráfico 43.

Restos a Pagar

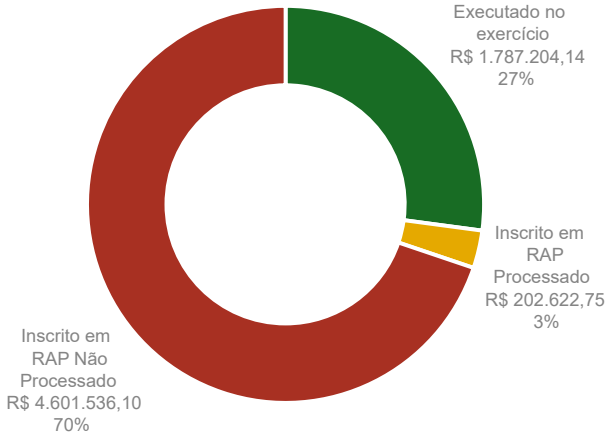
Os recursos empenhados ao longo do exercício que não cumpriram as etapas seguintes da execução orçamentária (liquidação e pagamento) podem ser inscritos em restos a pagar, observada as regras da legislação vigente. Os Restos a Pagar (RAP) são compromissos financeiros exigíveis assumidos pela administração pública por meio de algum instrumento que cria uma obrigação de pagamento ao credor (pessoa física ou jurídica) no exercício subsequente, mediante o cumprimento dos requisitos pactuados no instrumento. Os RAP podem ser divididos em dois grupos:

- Restos a pagar processados, quando o valor empenhado foi liquidado (a administração pública atestou o cumprimento das obrigações do credor), mas não foi pago no mesmo exercício do empenho;

- Restos a pagar não processados, quando o valor empenhado não foi liquidado nem pago no mesmo exercício do empenho, mas o compromisso da administração pública e do credor permanecem vigentes, em virtude do instrumento pactuado por ambos.

No que tange à execução financeira dos recursos orçamentários empenhados em 2023, 27% do montante foi pago dentro do exercício corrente, contra 73% inscritos em restos a pagar (RAP) ou processados ou não processados, conforme detalhado no gráfico a seguir:

Gráfico 45: Recursos empenhados em 2023 por estágio da execução



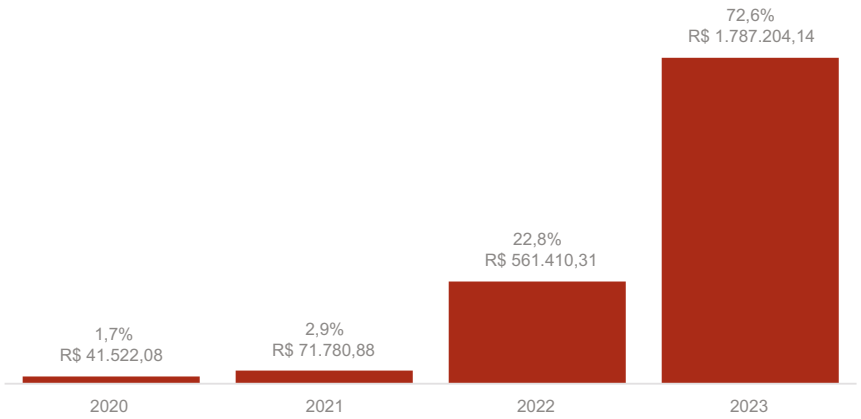
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ao longo do exercício de 2023, também foram pagos R$ 674.713,27 (seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e treze reais e vinte e sete centavos) de empenhos inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), vinculados a projetos de salvaguarda cadastrados em 29 Planos de Ação do Iphan, detalhados no **Anexo 8.**

Somando os pagamentos realizados com o orçamento do ano corrente (2023) e com o orçamento de exercícios anteriores (restos a pagar), foi pago pelo Iphan: a ação orçamentária 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro), o montante de R$ 2.461.917,41 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e um centavos) para ações de apoio e fomento aos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Os gráficos a seguir apresentam o quanto foi executado financeiramente em cada ano:

Gráfico 46: Recursos pagos em 2023 para bens registrados por ano de origem do orçamento



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)



Zabumba de cabaçal, Ceará. Foto Luiz Santos, 2019. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA



Paneleiras de Goiabeiras, Vitória/ES. Foto: Patrícia Sales, 2015. Acervo: CNFCP/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Os resultados apresentados nessa seção do Relatório de Monitoramento mostram as avaliações realizadas pelos técnicos das Superintendências do Iphan que atuaram nas ações de salvaguarda monitoradas. Cumpre destacar que essas avaliações não possuem a pretensão de representar a opinião de detentores ou de parceiros sobre a ação realizada, mas apenas dos técnicos do Iphan responsáveis por ela. Trata-se de uma avaliação subjetiva sobre alguns aspectos considerados importantes para a realização e efetividade da ação de salvaguarda sobre o Bem Registrado.

No formulário de monitoramento do ciclo 2023, foram feitas oito perguntas aos técnicos, cuja resposta deveria ser dada por intermédio de escala numérica de zero a dez, na qual o número zero representou a intensidade mínima e o dez a intensidade máxima do fator avaliado. Foi solicitado aos técnicos que restringissem a avaliação aos acontecimentos relacionados exclusivamente à ação realizada e que justificassem as avaliações, principalmente daquelas abaixo de sete.

Os fatores questionados foram:

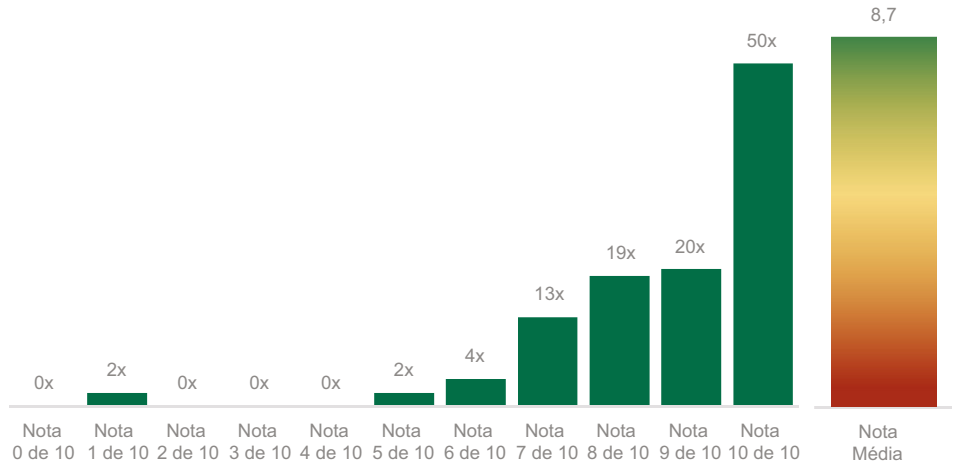
1. O nível de engajamento dos detentores nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda;
2. O nível de engajamento dos parceiros nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda;
3. A relação entre detentores e parceiros durante as etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda;
4. A relação entre detentores e Iphan durante as etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda;
5. A relação entre parceiros e Iphan durante as etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda;
6. O impacto da ação de salvaguarda no processo de salvaguarda;
7. O impacto dos produtos gerados na ação para o processo de salvaguarda;
8. O nível de alcance dos resultados desta ação para o público-alvo.

Engajamento dos detentores e dos parceiros

O primeiro questionamento foi como o técnico avalia **o nível de engajamento dos detentores** nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda realizada. Essa pergunta estava condicionada à participação de detentores ou como idealizador ou como colaborador da ação de salvaguarda, logo ela só foi requerida **em 110 formulários** dos 117 recebidos. O número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio estão representados no gráfico a seguir.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 47: Avaliação do engajamento dos detentores na realização das ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Verifica-se que oito formulários pontuaram uma avaliação abaixo de sete acerca do nível de engajamento dos detentores nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda realizada, sendo eles:

1. Formulário n° 34, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Seminário de 10 anos de Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim. Motivo da avaliação: A mobilização dos detentores ainda não foi iniciada, pois a ação está em fase de planejamento;

2. Formulário n° 56, com nota seis, enviado por IPHAN-RJ, referente à ação: Produção de minidocumentário "Cirandeiros caiçaras de Paraty". Motivo da avaliação: O engajamento dos detentores ficou restrito aos integrantes da Folia do Divino de Paraty;

3. Formulário n° 57, com nota um, enviado por IPHAN-CE, referente à ação: Apoio à realização do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel. Motivo da avaliação: Diminuição acentuada da participação dos detentores nas reuniões realizadas;

4. Formulário n° 103, com nota cinco, enviado por Iphan-RN, referente à ação: Balaio do Patrimônio, realizado pelo Iphan-RN em 29, 30 e 31 de agosto de 2023. Motivo da avaliação: Não foi possível um envolvimento maior dos detentores devido ao tempo de execução da ação;

5. Formulário n° 104, com nota cinco, enviado por Iphan-CE, referente à ação: IV Festival de Cassimiro Coco no Ceará. Motivo da avaliação: Inicialmente não houve muita participação dos detentores;

6. Formulário n° 112, com nota um, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre. Motivo da avaliação: Atualmente existem apenas cinco polos produtivos de doces de frutas mapeados na região;

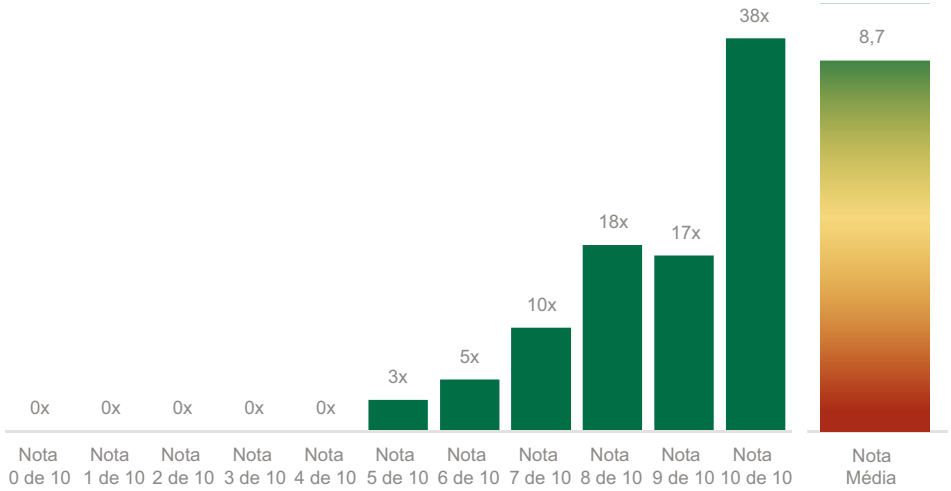
7. Formulário n° 166, com nota seis, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná – Região dos Campos Gerais. Motivo da avaliação: Não houve seleção de propostas habilitadas ao cumprimento do objeto do Edital;

8. Formulário n° 174, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Realização de reuniões de mobilização e articulação de detentores e parceiros. Motivo da avaliação: Dificuldades de acesso, mobilização e engajamento de detentores.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

O formulário de monitoramento também questionou sobre **o nível de engajamento dos parceiros institucionais** no planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda. Esta pergunta foi requerida **em 91 formulários** dos 117 enviados, uma vez que ela estava condicionada à participação de parceiros ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda. O número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio estão representados no gráfico a seguir.

Gráfico 48: Avaliação do engajamento dos parceiros na realização das ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

De acordo com o gráfico acima, verifica-se que **oito formulários pontuaram uma avaliação abaixo de sete** acerca do nível de engajamento dos parceiros nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda realizada, dos quais apenas três formulários não explicaram o baixo engajamento dos parceiros. Os formulários com avaliação abaixo de sete são:

1. Formulário n° 31, com nota cinco, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Exibição do documentário Memória dos Mestres de referência da Capoeira do estado do Mato Grosso do Sul no Dia Municipal da Capoeira, em Campo Grande/MS. Motivo da avaliação: Nem sempre é possível articular ações em conjunto com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, sobretudo em relação ao tempo, divulgação, mobilização e forma de execução;

2. Formulário n° 34, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Seminário de 10 anos de Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim. Motivo da avaliação: A mobilização dos parceiros ainda não foi iniciada, pois a ação está em fase de planejamento;

3. Formulário n° 35, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Oficinas Participativas para Elaboração do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado. Motivo da avaliação: A mobilização dos parceiros ainda não foi iniciada, pois a ação está em fase de planejamento;

4. Formulário n° 104, com nota cinco, enviado por Iphan-CE, referente à ação: IV Festival de Cassimiro Coco no Ceará;

5. Formulário n° 122, com nota cinco, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Publicação dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Viamão), em formato físico/papel e digital (e-book);

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

6. Formulário n° 124, com nota seis, enviado por Iphan-RS, referente à ação: lançamento do livro Os mestres, o início e o desenvolvimento da capoeira em Porto Alegre na década de 1970 (4437495) – Dia 03 de junho – a partir das 18h, no Ponto de Cultura Africanamente – Av. Cristóvão Colombo, 761 – Porto Alegre/RS;

7. Formulário n° 167, com nota seis, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Reuniões/Encontros Presenciais de Salvaguarda da Capoeira no Paraná – 2023. Motivo da avaliação: A atuação dos parceiros institucionais municipais (prefeituras) se dá ocasionalmente, mediante demanda do Iphan de apoio logístico nas reuniões;

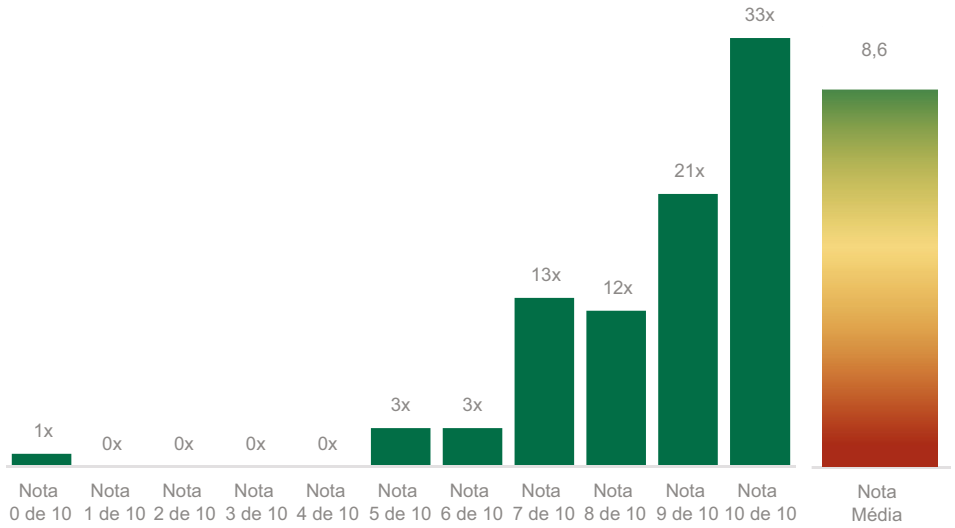
8. Formulário n° 174, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Realização de reuniões de mobilização e articulação de detentores e parceiros. Motivo da avaliação: Dificuldades de acesso, mobilização e engajamento de parceiros.

Relação entre Iphan, detentores e parceiros

A próxima sequência de perguntas do formulário de monitoramento procurou identificar a relação entre detentores e parceiros, detentores e Iphan e entre Iphan e parceiros na realização das ações de salvaguarda monitoradas.

O gráfico a seguir mostra o número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio para a avaliação da **relação entre detentores e parceiros**. Esta pergunta estava condicionada à participação em conjunto desses atores ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda, logo, ela só foi requerida em **86 formulários** dos 117 recebidos.

Gráfico 49: Avaliação da relação entre detentores e parceiros na realização das ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Conforme apontado no gráfico anterior, sete formulários obtiveram uma nota inferior a sete, acerca da relação entre detentores e parceiros no planejamento e/ou execução das ações de salvaguarda. Tal como no questionamento anterior, nem todas as avaliações abaixo de sete apresentaram justificativas.

1. Formulário n° 29, com nota cinco, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Encontros entre detentores tradicionais e aprendizes do modo de fazer e executar a viola de cocho e instrumentos associados. Motivo da avaliação: A parceria se deu diretamente com uma professora da rede municipal de ensino, houve um relativo incômodo sobre a avaliação dela acerca da qualidade dos instrumentos confeccionados por detentores locais;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

2. Formulário n° 34, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Seminário de 10 anos de Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim. Motivo da avaliação: A mobilização dos parceiros ainda não foi iniciada, pois a ação está em fase de planejamento;

3. Formulário n° 35, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Oficinas Participativas para Elaboração do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado. Motivo da avaliação: A mobilização dos parceiros ainda não foi iniciada, pois a ação está em fase de planejamento;

4. Formulário n° 104, com nota cinco, enviado por Iphan-CE, referente à ação: IV Festival de Cassimiro Coco no Ceará;

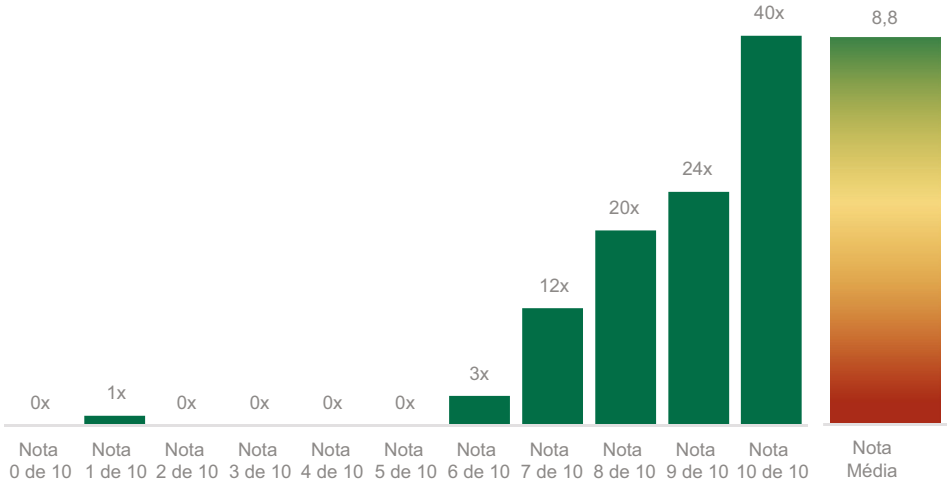
5. Formulário n° 112, com nota zero, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

6. Formulário n° 122, com nota cinco, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Publicação dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Viamão), em formato físico/papel e digital (e-book);

7. Formulário n° 174, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Realização de reuniões de mobilização e articulação de detentores e parceiros. Motivo da avaliação: Dificuldades de acesso, mobilização e engajamento de parceiros.

Com relação à avaliação da **relação entre detentores e o Iphan**, o gráfico a seguir mostra o número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio, considerando que esta pergunta estava condicionada à participação conjunta desses atores ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda, dessa forma, ela foi requerida **em cem formulários** dos 117 recebidos.

Gráfico 50: Avaliação da relação entre detentores e Iphan na realização das ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Observa-se que dos cem formulários avaliados apenas quatro obtiveram uma nota inferior a sete referente à relação entre detentores e o Iphan no planejamento e/ou execução das ações de salvaguarda, sendo eles:

1. Formulário n° 34, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Seminário de 10 anos de Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim. Motivo da avaliação: A nota mediana se justifica pelo fato da ação ainda está em fase de planejamento;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

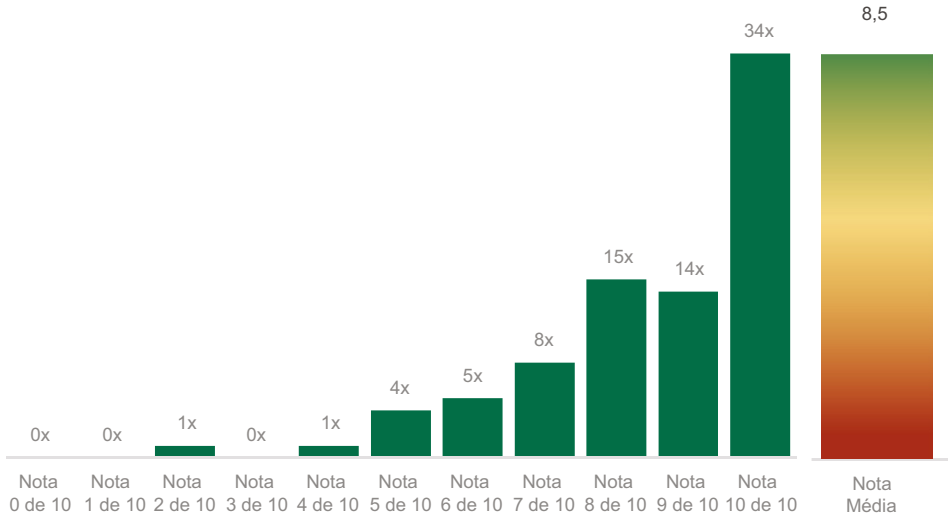
2. Formulário n° 57, com nota um, enviado por Iphan-CE, referente à ação: Apoio à realização do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel. Motivo da avaliação: A participação dos detentores foi diminuindo com o passar do tempo a ponto de não serem mais realizadas reuniões por falta de público;

3. Formulário n° 166, com nota seis, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná – Região dos Campos Gerais. Motivo da avaliação: Não houve seleção de propostas habilitadas ao cumprimento do objeto do Edital;

4. Formulário n° 174, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Realização de reuniões de mobilização e articulação de detentores e parceiros. Motivo da avaliação: Dificuldades de acesso, mobilização e engajamento de detentores.

Por fim, foi questionada a avaliação **da relação entre parceiros e o Iphan** no planejamento e/ou execução das ações de salvaguarda. Da mesma forma que nas avaliações anteriores, esta pergunta estava condicionada à participação conjunta desses atores ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda, com isso, ela foi requerida **em 82 formulários** dos 117 recebidos. O gráfico a seguir mostra o número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio para essa avaliação.

Gráfico 51: Avaliação da relação entre parceiros e Iphan na realização das ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Conforme apresentado no gráfico, **onze formulários obtiveram nota inferior a sete**, nem todos apresentaram justificavas acerca da relação entre parceiros e Iphan na ação de salvaguarda.

1. Formulário n° 29, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Encontros entre detentores tradicionais e aprendizes do modo de fazer e executar a viola de cocho e instrumentos associados. Motivo da avaliação: A relação entre a parceria e detentores está em fase inicial, a adesão dos detentores foi menor do que o esperado, dada a dificuldade de encontrar dias e horários que contemplassem a todos;

2. Formulário n° 31, com nota cinco, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Exibição do documentário Memória dos Mestres de referência da Capoeira do estado do Mato Grosso do Sul no Dia Municipal da Capoeira, em Campo Grande/MS. Motivo da avaliação: Nem sempre é possível articular ações em conjunto

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, sobretudo em relação ao tempo, divulgação, mobilização e forma de execução;

3. Formulário n° 35, com nota seis, enviado por Iphan-BA, referente à ação: Oficinas Participativas para Elaboração do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado. Motivo da avaliação: A nota mediana se justifica pelo fato da ação ainda está em fase de planejamento;

4. Formulário n° 71, com nota seis, enviado por Iphan-TO, referente à ação: Apoio logístico para reunião de elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens Culturais Karajá. Motivo da avaliação: Durante o estabelecimento da parceria e execução, ocorreram mudanças na equipe da Funai, sendo reduzida, o que impactou o diálogo com o Iphan e o planejamento da ação;

5. Formulário n° 83, com nota seis, enviado por Iphan-GO, referente à ação: Reunião ampliada para elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens Registrados associados à cultura Karajá, realizada em São Felix do Araguaia/MT, em 29 de agosto de 2023. Motivo da avaliação: Durante o estabelecimento da parceria e execução, ocorreram mudanças na equipe da Funai, sendo reduzida, o que impactou o diálogo com o Iphan e o planejamento da ação;

6. Formulário n° 112, com nota dois, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

7. Formulário n° 122, com nota cinco, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Publicação dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Viamão), em formato físico/papel e digital (e-book);

8. Formulário n° 132, com nota cinco, enviado por Iphan-RJ, referente à ação: Missa e coquetel afro-brasileiro em comemoração ao Dia Nacional das Baianas de Acarajé. Motivo da avaliação: As atividades do coquetel foram tocadas pela secretaria municipal de cultura, e a forma como isso foi feito fez parecer que a ação de salvaguarda foi realizada pela própria Secretaria e não pelo Iphan-RJ;

9. Formulário n° 134, com nota quatro, enviado por Iphan-RJ, referente à ação: Oficinas de transmissão de saberes da Folia do Divino – Festa do Divino Espírito Santo de Paraty. Motivo da avaliação: Durante o planejamento e execução da ação houve algumas desavenças entre a Secretaria de Cultura e o Iphan;

10. Formulário n° 167, com nota cinco, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Reuniões/Encontros Presenciais de Salvaguarda da Capoeira no Paraná – 2023. Motivo da avaliação: A articulação dos parceiros institucionais ocorre ocasionalmente;

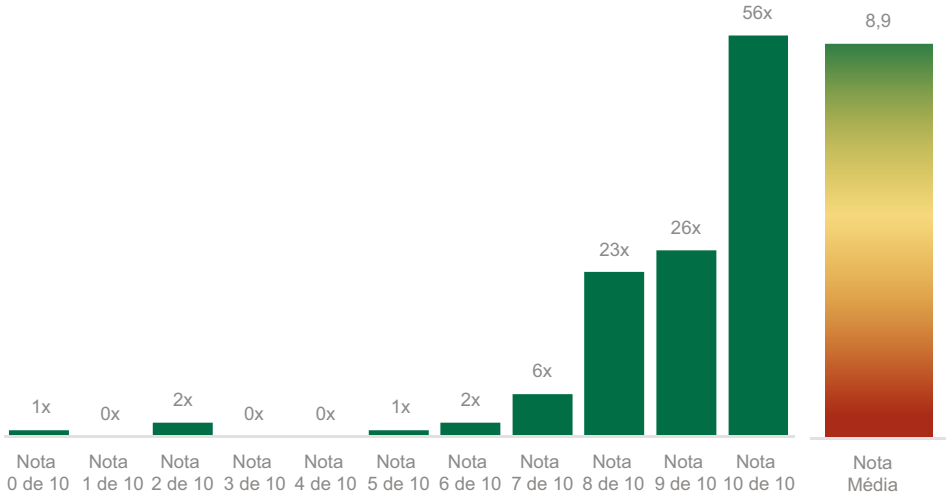
11. Formulário n° 174, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Realização de reuniões de mobilização e articulação de detentores e parceiros.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Impacto da ação no processo de salvaguarda

Para todos os formulários, foi questionado como o técnico avaliaria o impacto da ação no processo de salvaguarda. O número de respostas marcadas e o cálculo médio das notas estão representados no gráfico a seguir.

Gráfico 52: Avaliação do impacto da ação no processo de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Verifica-se que dos 117 formulários recebidos, seis apresentaram notas abaixo de sete acerca da avaliação da ação no processo de salvaguarda. No entanto, apenas uma ação de salvaguarda apresentou justificativa, por parte da equipe técnica, sobre o impacto da ação no processo de salvaguarda.

1. Formulário n° 31, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Exibição do documentário *Memória dos Mestres de referência da Capoeira do estado do Mato Grosso do Sul* no "Dia Municipal da Capoeira", em Campo Grande/MS;

2. Formulário n° 112, com nota dois, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

3. Formulário n° 114, com nota dois, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Articulação entre as formas de comercialização dos doces finos;

4. Formulário n° 166, com nota zero, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná – Região dos Campos Gerais;

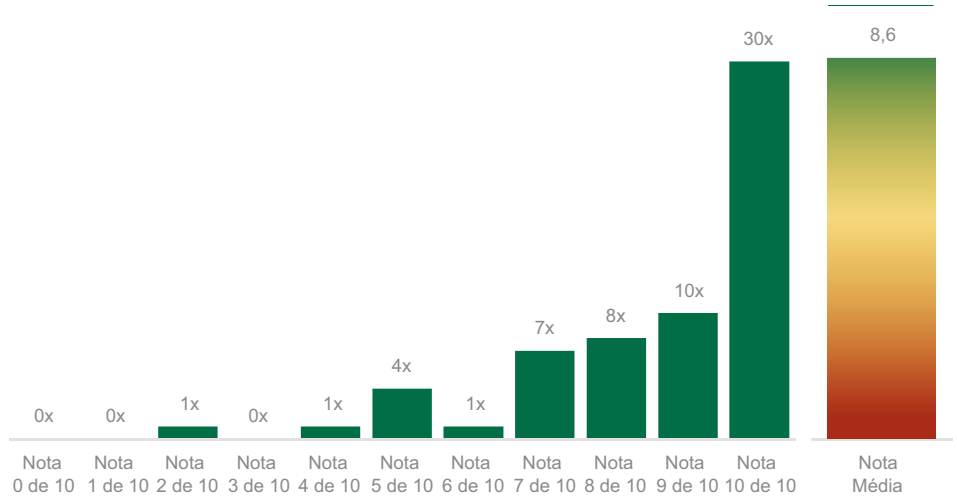
5. Formulário n° 167, com nota cinco, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Reuniões/Encontros Presenciais de Salvaguarda da Capoeira no Paraná – 2023;

6. Formulário n° 170, com nota seis, enviado por Iphan-RN, referente à ação: Reuniões para a construção do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel. Motivo da avaliação: A expectativa que se gera em torno do plano traz uma frustração aos detentores, muitas vezes mostrando-se ineficaz.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Para os 62 formulários que indicaram a entrega de produtos associados à ação de salvaguarda realizada, foi questionado como o técnico avaliaria o impacto dos produtos gerados no processo de salvaguarda. O número de respostas marcadas e o cálculo médio das notas estão representados no gráfico a seguir.

Gráfico 53: Avaliação do impacto dos produtos gerados pela ação no processo de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Conforme apresentado no gráfico, sete formulários obtiveram notas abaixo de sete acerca da avaliação do impacto dos produtos gerados pela ação realizada no processo de salvaguarda e apenas um formulário não apresentou justificativa sobre o impacto dos produtos.

1. Formulário n° 112, com nota dois, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

2. Formulário n° 148, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Reunião Interinstitucional com o Instituto Federal do Espírito Santo sobre o uso de IG de Goiabeiras, no Iphan-ES, em 17 de fevereiro de 2023. Motivo da avaliação: Não consta divulgação do produto em processo administrativo ou disponível ao público;

3. Formulário n° 151, com nota quatro, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Primeira Oficina de Saberes do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, em Vitória, 7 de outubro de 2023. Motivo da avaliação: Os produtos gerados aguardam ajustes finais da empresa contratada;

4. Formulário n° 155, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Lagoa Mulembá. Motivo da avaliação: Os resultados deste acompanhamento ainda não podem ser avaliados de modo geral, tendo em vista que ainda está em curso de novas etapas;
Formulário n° 156, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Apoio à Criação de espaço cultural da Roda de Capoeira Multidisciplinar, em Serra/ES. Motivo da avaliação: Os produtos ainda demandam ampliações para aumento na qualidade técnica, continuidade de ações para obter resultados mais concretos em torno deste espaço e, principalmente, ampliação do acesso da documentação ao público;

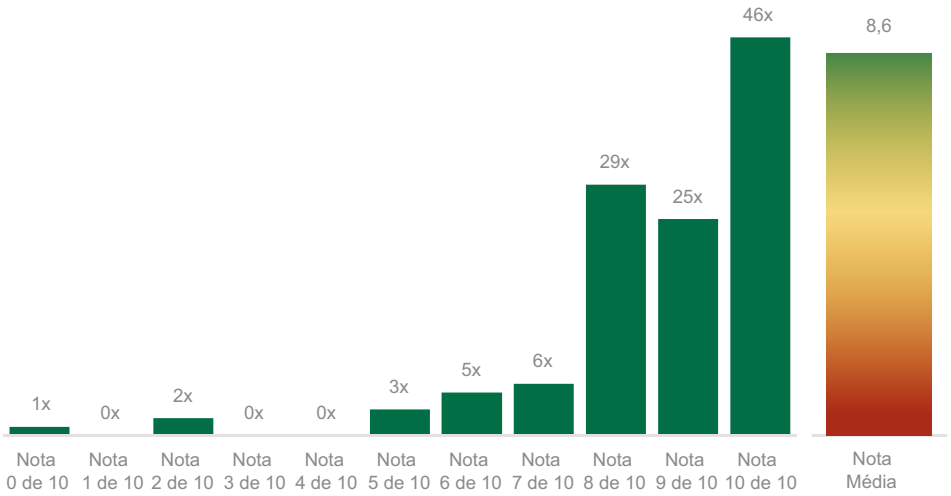
5. Formulário n° 160, com nota seis, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Manguinhos Eco Residence, na Serra/ES. Motivo da avaliação: Os resultados deste acompanhamento ainda não podem ser avaliados de modo geral, tendo em vista que ainda está em curso de novas etapas;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

6. Formulário n° 169, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Participação na Festa de Santo Antônio do Caxambu do Horizonte, em Alegre/ES, entre 17 e 18 de junho de 2023. Motivo da avaliação: O produto gerado nesta ação de salvaguarda é de caráter limitado. Tratava-se apenas de um Registro do acompanhamento da atividade realizada pelos detentores para fins institucionais.

Por fim, foi questionado ao técnico, em todos os formulários recebidos, como eles avaliaram **o nível de alcance dos resultados para o público-alvo** planejado na execução da ação de salvaguarda. O número de respostas marcadas e o cálculo médio das notas estão no gráfico a seguir.

Gráfico 54: Avaliação do alcance dos resultados para o público-alvo nas ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Conforme apresentado no gráfico, dos 117 formulários recebidos, **onze tiveram nota abaixo de sete** acerca da avaliação do alcance dos resultados para o público-alvo planejado nas ações de salvaguarda. Porém, nem todas receberam justificativa sobre o alcance dos resultados pretendidos ao público-alvo.

1. Formulário n° 29, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Encontros entre detentores tradicionais e aprendizes do modo de fazer e executar a viola de cocho e instrumentos associados;

2. Formulário n° 31, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente à ação: Exibição do documentário *Memória dos Mestres de referência da Capoeira do estado do Mato Grosso do Sul* no Dia Municipal da Capoeira, em Campo Grande/MS;

3. Formulário n° 92, com nota seis, enviado por Iphan-SP, referente à ação: Capacitação de detentores para elaboração e gestão de projetos culturais. Motivo da avaliação: A demanda pelas oficinas por parte dos detentores ficou bem abaixo do esperado, considerando que se tratava de uma ação que consta como prioritária no plano estadual de salvaguarda;

4. Formulário n° 112, com nota dois, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

5. Formulário n° 114, com nota dois, enviado por Iphan-RS, referente à ação: Articulação entre as formas de comercialização dos doces finos;

6. Formulário n° 152, com nota seis, enviado por Iphan-PB, referente à ação: Reuniões de elaboração do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel. Motivo da avaliação: A ausência de mapeamento de detentores e a sobrecarga de trabalho com outras demandas são alguns dos fatores que

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

dificultaram o alcance de um número maior de participantes nas reuniões. Além disso, o modelo atual de Plano de Salvaguarda nacional (ou regional) dificulta que as particularidades dos detentores sejam incluídas no produto;

7. Formulário n° 155, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Lagoa Mulembá;

8. Formulário n° 156, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Apoio à Criação de espaço cultural da Roda de Capoeira Multidisciplinar, em Serra/ES;

9. Formulário n° 160, com nota cinco, enviado por Iphan-ES, referente à ação: Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Manguinhos Eco Residence, na Serra/ES;

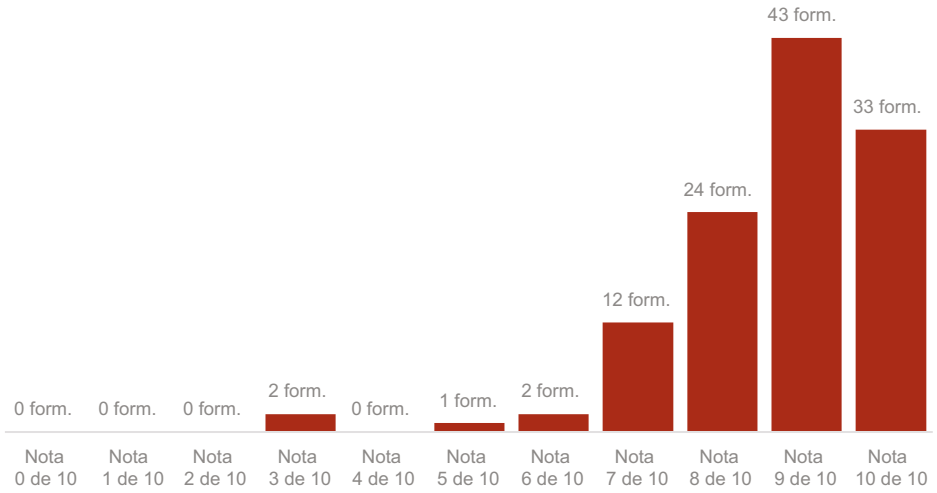
10. Formulário n° 166, com nota zero, enviado por Iphan-PR, referente à ação: Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná – Região dos Campos Gerais;

11. Formulário n° 170, com nota seis, enviado por Iphan-RN, referente à ação: Reuniões para a construção do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel.

Resultado consolidado das avaliações

Para além do resultado das avaliações apresentadas no tópico anterior, foi possível mensurar o resultado médio das avaliações das 117 ações de salvaguardas monitoradas a partir do conjunto de notas recebidas em cada ação, conforme verifica-se no gráfico a seguir:

Gráfico 55: Avaliação média das ações de salvaguarda

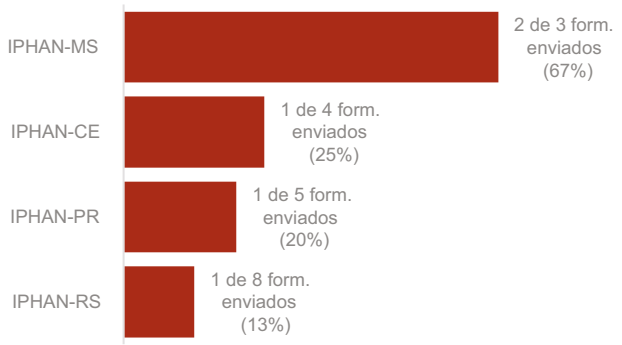


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A maior parte das ações monitoradas apresentaram uma avaliação média igual ou superior a oito. Apenas cinco ações monitoradas apresentaram avaliação média abaixo de sete. Com isso, identificou-se quais foram as superintendências responsáveis por essas avaliações médias abaixo de sete, quantas cada uma enviou e qual o percentual dessas avaliações sobre o total de ações monitoradas pela mesma unidade, conforme mostra o gráfico a seguir:

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 56: Formulários com avaliação média inferior a 7 por unidade do Iphan



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Os formulários com avaliação média abaixo de sete foram:

1. Formulário nº 29, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente a ação: Encontros entre detentores tradicionais e aprendizes do modo de fazer e executar a viola de cocho e instrumentos associados;

2. Formulário nº 31, com nota seis, enviado por Iphan-MS, referente a ação: Exibição do documentário *Memória dos Mestres de referência da Capoeira do estado do Mato Grosso do Sul* no Dia Municipal da Capoeira, em Campo Grande/MS;

3. Formulário nº 57, com nota cinco, enviado por Iphan-CE, referente a ação: Apoio à realização do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel;

4. Formulário nº 112, com nota três, enviado por Iphan-RS, referente a ação: Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

5. Formulário nº 166, com nota três, enviado por Iphan-PR, referente a ação: Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná – Região dos Campos Gerais.

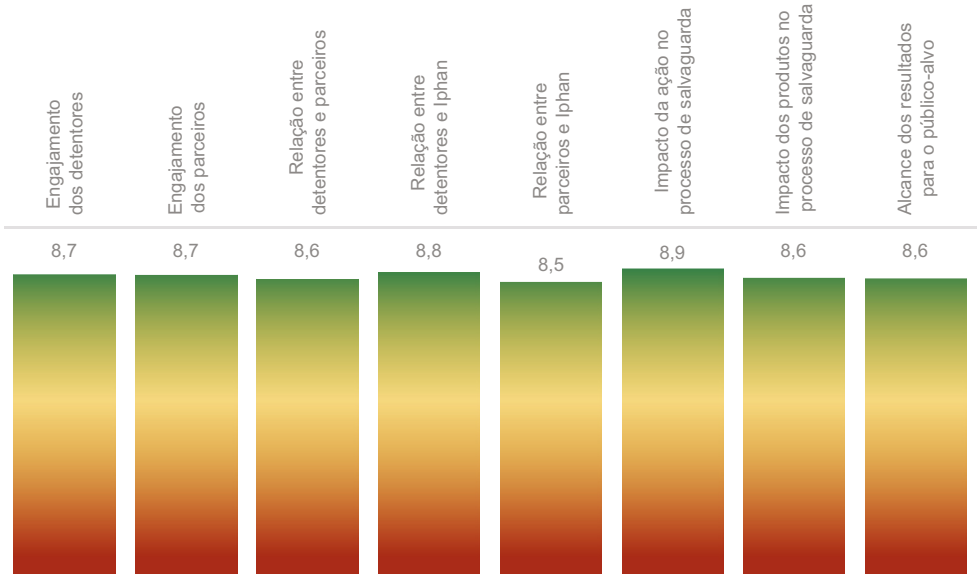
A partir da identificação de tais formulários, observa-se que os Bens Registrados alvos das ações de salvaguarda com a avaliação média abaixo de sete foram:

- Modo de Fazer Viola de Cocho, em Mato Grosso do Sul;
- Ofício dos Mestres de Capoeira, em Mato Grosso do Sul;
- Ofício dos Mestre e Roda de Capoeira, no Paraná;
- Literatura de Cordel, no Ceará;
- Tradições Doceiras da região de Pelotas e Antiga Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Por fim, o gráfico a seguir apresenta os resultados médios obtidos em cada um dos fatores avaliados nas ações de salvaguarda monitoradas. Observa-se que para todos os fatores questionados, a avaliação média atribuída pelos técnicos responsáveis pela ação foi acima de oito.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Gráfico 57: Avaliação média dos fatores avaliados nas ações de salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Marabaixo na Comunidade de Curralinho, zona rural de Macapá/AP. Foto: José Caldas, 2011. Acervo: CNFCP/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou de forma sistematizada todos os resultados obtidos do Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados realizadas em 2023, subsidiado majoritariamente pelas informações encaminhadas pelas equipes técnicas das superintendências via formulário aplicado entre os dias 11 de outubro de 2023 e 18 de fevereiro de 2024.

Alguns dos resultados apresentados ganham contornos de maior destaque quando comparados com os resultados do monitoramento do ciclo anterior, os quais são exemplos:

1. O aumento de 11,5% na taxa de cobertura dos Bens Culturais monitorados pelo Iphan. Em 2022, monitorou-se ações de salvaguarda para 42 bens registrados de um total de 52 (80,8%), já em 2023 monitorou-se ações para 48 bens registrados (92,3%);

2. A permanência de três Bens Registrados (Arte Kusiwa, Feira de Campina Grande e Matrizes do Samba no Rio de Janeiro) sem ações de salvaguarda monitoradas nos dois últimos ciclos monitorados;

3. Com relação aos principais instrumentos de planejamento utilizados nas ações de salvaguarda monitoradas, houve ampliação em 20% das ações monitoradas previstas em Planos de Ação. Em 2022, apenas 34% das ações realizadas estavam previstas em Planos de Ação, já em 2023, esse percentual foi de 54%;

4. O aumento de 8% de ações monitoradas previstas em Planos de Salvaguarda de Bens Registrados. Em 2022, apenas 34% das ações estavam previstas em Planos de Salvaguarda. No ciclo 2023, esse percentual atingiu 42%;

5. A redução de 6% das ações de salvaguarda emergenciais. Em 2023, 8% das ações monitoradas foram consideradas emergenciais pelas equipes técnicas do Iphan, contra 13% em relação a 2022;

6. A ampliação de 24% da colaboração dos parceiros institucionais para a realização das ações de salvaguarda, passando de 54%, em 2022, para 78%, em 2023;

7. O aumento de 22,5% nas ações monitoradas com o uso de recursos orçamentários de alguns dos agentes (Iphan, detentores ou parceiros). No ciclo 2022, 57,5% das ações realizadas foram do tipo orçamentária, já no ciclo 2023, o percentual de ações realizadas de forma orçamentária foi de aproximadamente 80%.

A COMAS tem buscado trabalhar no processo de melhoria contínua da metodologia de aplicação dos formulários de monitoramento com o objetivo de facilitar e agilizar o preenchimento das informações pelos técnicos e aperfeiçoar os relatórios produzidos. Atualmente, as atividades de planejamento, execução e avaliação de uma mesma ação de salvaguarda são integradas em um mesmo formulário. Para esse processo de melhoria contínua, busca-se observar o histórico das ações de salvaguarda realizadas nos últimos anos, além da colaboração das superintendências na avaliação sobre o formulário preenchido.

No ciclo 2023, os técnicos enviaram seis formulários contendo alguma avaliação (elogio, crítica ou sugestão) sobre a metodologia de coleta de dados utilizada. Para todos as avaliações recebidas, a COMAS estudará a implementação para os próximos ciclos de monitoramento, considerando as normas e regulamentos do Iphan, os objetivos e finalidades do monitoramento das ações de salvaguarda, as soluções tecnológicas disponíveis até o momento e a aplicabilidade das sugestões no universo de todos os Bens Registrados.

Por fim, espera-se que este relatório contribua com o registro documental das ações de salvaguarda desenvolvidas

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

pelo Iphan; permita a avaliação conjunta das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo Iphan; subsidie técnicos ou gestores na tomada de decisão e na produção de documentos institucionais que necessitem quantificar os resultados das ações de salvaguarda; permita acompanhar a evolução dos processos de salvaguarda de bens registrados nas Unidades Federativas; e contribua com a avaliação de políticas públicas para os Bens Culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil.



Desfile dos carreiros na Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade. Foto: Luiz Roberto Botosso Junior e Thiago Veiga, 2014. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXOS



Paneleiras de Goiabeiras, Vitória/ES. Foto: Patrícia Sales, 2015. Acervo: CNFCP/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 1 – MATERIAL DE APOIO

Instrumentos normativos

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003, originalmente publicado pela UNESCO sobre o título "Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage" e aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 22, de 1º de fevereiro de 2006.

Portaria Iphan nº 299, de 17 de julho de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Iphan.

Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, publicado no Boletim Administrativo Eletrônico do Iphan nº 1093 – Edição Semanal de 17 de julho de 2015, que traz as diretrizes para a atuação das superintendências do Iphan com os Bens Culturais Registrados pertencentes a suas circunscrições.

Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI.

Publicações

Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018 / Coordenação de edição: Rívia Ryker Bandeira de Alencar. Brasília: Iphan, 2018. 359p.

Manual de elaboração de Planos de Salvaguarda / Organização: Aline Miranda, Rafael Belló Klein e Sara Santos Morais. Brasília: Iphan, 2022. 60p.

Outros Materiais

Manual de Preenchimento do Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda para Bens Registrados – Ciclo 2023 / Organização: Janila Betânia de Oliveira e Luan Silveira Alves de Moura. Brasília: Iphan, 2023. 61p.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 2 – AÇÕES MONITORADAS EM 2023

Nacional

1. Elaboração do Calendário das Celebrações registradas como Bens Culturais do Brasil;

2. Realização de mostra sobre Patrimônio Imaterial Bens do Brasil: Gente, saberes e tradições.

Acre

3. Apoio à produção fonográfica de Txai Macedo;

4. Documentário *Capoeira no Acre: Relatos e Memórias de Roda*;

5. Identificação, pesquisa, documentação e produção do vídeo documentário *Baque do Santo: Festa, farra e forró na Amazônia Acreana*;

6. Interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre;

7. Livro *A Ginga na Terra do Aquiry: Dimensões Históricas, Etnográficas e Mapeamento da Capoeira no Acre*;

8. Semana do Patrimônio no Acre – Ações de Educação Patrimonial, Transmissão de Saberes, Difusão, Promoção e Valorização de Bens Culturais Registrados.

Alagoas

9. Pesquisa etnográfica e historiográfica da Capoeira em Alagoas.

Amazonas

10. Ciclo de reuniões para sistematização de ações para o Plano de Salvaguarda da Capoeira;

11. Oficinas sobre aplicação da Tecnologia Social da Memória e lançamentos do documentário *Narradores da Cachoeira das Onças – por Guardiões da Memória de Iauaretê* e do livreto *Yaiwa Poewa Kãrã Kihti Wererã – Narradores da Cachoeira da Onça*;

12. Realização de oficinas sobre a aplicação da Tecnologia Social da Memória e lançamentos do Documentário *Um Rio de Raízes e Memórias – por Guardiões da Memória do Médio Rio Negro* e de livro das histórias de vida dos detentores do SAT do Rio Negro.

Amapá

13. Ação de Salvaguarda do Marabaixo nos municípios do Amapá.

Bahia

14. Contribuição dos cordelistas da Bahia na construção do Plano Nacional de Salvaguarda da Literatura de Cordel;

15. Eleições para a Coordenação da Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA);

16. I Festival de Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia;

17. Manutenção da Roda de Capoeira Angola do Mercado de São Miguel;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

18. Oficinas participativas para elaboração do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado;

19. Projeto Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar – Primeira etapa;

20. Projeto Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar – Segunda etapa;

21. Seminário de 10 anos de Registro da Festa de Nosso Senhor do Bonfim.

Ceará

22. Contribuição dos cordelistas do Ceará na construção do Plano Nacional de Salvaguarda da Literatura de Cordel;

23. Exposição fotográfica Cabaçais de Santo Antônio;

24. IV Festival de Cassimiro Coco no Ceará;

25. Mapeamento da Capoeira no Ceará – Primeira etapa.

Distrito Federal

26. Primeiro Encontro de Bens Imateriais no Distrito Federal, realizado entre os dias 21 e 26 de novembro de 2023;

27. Terceiro Encontro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste no Distrito Federal;

28. Elaboração das diretrizes de salvaguarda da Literatura de Cordel no DF, realizada entre 5 de maio e 31 de julho de 2023;

29. Exposição Pareiada: memórias brincantes da cultura popular do Distrito Federal.

Espírito Santo

30. Primeira Oficina de Saberes do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras;

31. Ação educativa na Comunidade Quilombola de Pedra Branca, na cidade de Vargem Alta/ES, em 26 de agosto de 2023;

32. Acompanhamento de projetos culturais desenvolvidos pelos detentores pelo Funcultura;

33. Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Lagoa Mulembá;

34. Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Manguinhos Eco Residence, na Serra/ES;

35. Apoio à Criação de espaço cultural da Roda de Capoeira Multidisciplinar, em Serra/ES;

36. Apoio ao Projeto Coreto Pé de Serra, em São Mateus/ES, em 24 e 25 de novembro 2023;

37. Apoio e acompanhamento a projetos culturais das detentoras desenvolvidos para a Secult/ES;

38. Entrevista para a TV Educativa em reportagem sobre o Dia Nacional do Forró;

39. II Encontro Estadual de discussão da Salvaguarda da Capoeira no Espírito Santo;

40. II Reunião de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no Espírito Santo, na cidade de Vitória/ES, em 4 de julho de 2023;

41. Participação na Festa de Santo Antônio do Caxambu do Horizonte, em Alegre/ES, entre 17 e 18 de junho de 2023;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

42. Reunião Interinstitucional com o Instituto Federal do Espírito Santo sobre o uso de IG de Goiabeiras;

43. Reuniões relativas à isenção de taxas de ocupação de Imóveis da União.

Goiás

44. Finalização e publicação do e-book *Manual do modo de fazer do Carro de Boi da Romaria de Trindade/GO*;

45. Finalização, Publicação e Apresentação do e-book *A Festa Nunca Acaba*, em maio de 2023;

46. Oficina de Elaboração de Projetos voltado para o Edital de Fundo de Arte e Cultura do Governo Estadual;

47. Publicação e divulgação do e-book *Mapeamento e Genealogia de Mestres e/ou Grupos de Capoeira e Goiânia/GO e da Região do Entorno*;

48. Reunião ampliada para elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens Registrados associados à cultura Karajá.

Maranhão

49. Apoio ao XXIX Festival de Bumba meu boi de Zabumba e III Concurso de Toadas de Bumba meu boi do Sotaque da Baixada e de Costa de mão;

50. I Oficina de Escavação e Cobertura de Tambor de Madeira do Tambor de Crioula;

51. Oficinas de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi de Orquestra, Baixada, Zabumba e Costa de Mão.

Minas Gerais

52. 2023 UAI! ICMBC e RIBIR, na vanguarda da Salvaguarda e na defesa do Patrimônio Imaterial, de 21 a 23 de setembro, na Funarte-MG;

53. Ciclo de encontros para elaboração e consolidação do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal;

54. Ciclo de Oficinas Forró e Patrimônio (primeiro e segundo módulos), dias 21 de outubro e 11 de novembro de 2023, na Funarte-MG;

55. Documentação audiovisual sobre memória do Jongo/Caxambu em Minas Gerais e realização de vídeos documentários com as comunidades de Bias Fortes e Recreio/MG.

Mato Grosso

56. Primeiro Seminário do Plano de Manejo da Viola de Cocho;

57. Ciclo de oficinas de viola de cocho 2023 promovidas pelas Associação das Manifestações Folclóricas Mato-grossense de Várzea Grande/MT;

58. Continuidade do mapeamento da Capoeira de Mato Grosso;

59. Evento de lançamento do Plano de Manejo das Espécies Vegetais usadas na fabricação de Viola de Cocho de Mato Grosso;

60. Exposição Arte e Cultura Indígena, no Shopping Estação;

61. Oficina de valorização do Cururu – Minha viola de cocho – Módulo II;

62. Oficinas de confecções de viola de cocho, dança de cururu e siriri;

63. Projeto Divulgar e Registrar os Saberes Tradicionais;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

64. Reunião Ampliada para Elaboração do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer Bonecas Karajá e do Ritxoko;

65. Visita de mobilização à aldeia Santa Isabel do Morro/Tocantis e pactuação com as lideranças sobre a reunião de Elaboração do Plano de Salvaguarda;

66. Visita técnica para elaboração do Plano de Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Enawenê Nawê.

Mato Grosso do Sul

67. Encontros entre detentores tradicionais e aprendizes do modo de fazer e de executar a viola de cocho e outros instrumentos associados;

68. Exibição do documentário *Memória dos Mestres de referência da Capoeira do estado do Mato Grosso do Sul* no "Dia Municipal da Capoeira";

69. Reuniões de mobilização e articulação de detentores e parceiros para elaboração dos Planos de Salvaguarda do Modo de fazer Viola de Cocho e do Banho de São João de Corumbá e Ladário.

Pará

70. Encontro do Comitê de Salvaguarda do Carimbó, realizado no dia 16 de novembro de 2023 em Belém/PA.

Paraíba

71. Reuniões de elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes do Forró;

72. Reuniões estaduais para elaboração do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel;

73. Salvaguarda emergencial do Cavalo Marinho de Mestre Zequinha em Bayeux.

Paraná

74. Apoio na Festa do Fandango Caiçara de Ubatuba;

75. Edital de Chamamento Público para Mapeamento da Capoeira no Paraná – Região dos Campos Gerais;

76. Reunião presencial do coletivo deliberativo da salvaguarda do Fandango Caiçara realizada no dia 11 de novembro de 2023, na sede da Superintendência do Iphan no Paraná;

77. Reunião presencial do coletivo deliberativo da salvaguarda do Fandango Caiçara, realizada no dia 22 de julho de 2023, na sede da Superintendência do Iphan no Paraná;

78. Reuniões e encontros presenciais de Salvaguarda da Capoeira no Paraná.

Pernambuco

79. Oitavo Seminário Gênero e Patrimônio Cultural, realizado nos dias 22 e 23 de agosto de 2023;

80. I Seminário de Salvaguarda da Capoeira: compartilhando experiências com o Mestre Paulão Kikongo (RJ);

81. II Seminário de Políticas Culturais e Salvaguarda do Cavalo Marinho, realizado em Aliança, Pernambuco, em 18 de novembro de 2023;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

82. IV Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo;

83. Publicação do Plano de Salvaguarda do Maracatu Nação.

Piauí

84. Primeiro Fórum de Cordel e Repente do Piauí, realizado no dia 13 de junho de 2023 no auditório da UFPI – Picos-PI.

Rio de Janeiro

85. Apoio à realização do Festival de Comidas e Tradições Afro-Brasileiras;

86. Consolidação do coletivo de salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty;

87. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty;

88. Literatura de Cordel na Feira Literária Internacional de Paraty (Flip) 2023;

89. Missa e coquetel afro-brasileiro em comemoração ao Dia Nacional das Baianas de Acarajé;

90. Oficinas de transmissão de saberes da Folia do Divino;

91. Produção de minidocumentário *Cirandeiros caiçaras de Paraty*;

92. Reuniões com cordelistas do Rio de Janeiro para a proposição de eixos, objetivos e ações que comporão o Plano de Salvaguarda Nacional da Literatura de Cordel.

Rio Grande do Norte

93. II edição do Balaio do Patrimônio, realizado pelo Iphan-RN entre 29 e 31 de agosto de 2023;

94. Reuniões com cordelistas norte-rio-grandenses para a proposição de conteúdo que comporá o Plano de Salvaguarda Nacional da Literatura de Cordel.

Rio Grande do Sul

95. Articulação entre as formas de comercialização dos doces finos;

96. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Tava Guarani;

97. Evento 40 Anos da Declaração das Missões Jesuíticas dos Guaranis como Patrimônio Mundial – UNESCO;

98. Lançamento da publicação *Inventário Participativo Caminhos Guaranis*;

99. Lançamento livro *Os mestres, o início e o desenvolvimento da capoeira em Porto Alegre na década de 1970*;

100. Pesquisa e apresentação de normativos sanitários sobre o uso do tacho de cobre;

101. Resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Viamão);

102. Roda de conversa sobre o livro *Os mestres, o início e o desenvolvimento da Capoeira em Porto Alegre na década de 1970*.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Roraima

103. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima.

Santa Catarina

104. Obras de infraestrutura dos sistemas prediais no imóvel histórico da Fundação Senhor dos Passos.

Sergipe

105. Reativação do Grupo Técnico da Salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa;

106. Reuniões com detentores para levantamento das demandas para construção do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró.

São Paulo

107. Segundo Fórum Estadual de Salvaguarda das Matrizes do Forró em São Paulo;

108. Apoio à 14ª edição da Feira de Trocas de Mudas e Sementes Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;

109. Capacitação de detentores para elaboração e gestão de projetos culturais;

110. Difusão do Cordel paulista na FLIP 2023;

111. Encontro das Comunidades de Jongo de São Paulo e reunião de articulação da salvaguarda;

112. Formação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Salvaguarda do Território Caiçara;

113. Reuniões de alinhamento da salvaguarda do Fandango Caiçara.

Tocantins

114. Quinta Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins: Microrregião de Araguaína;

115. Apoio logístico para reunião de elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens Culturais Karajá;

116. Oficinas para elaboração do Plano de Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira no Tocantins;

117. Reunião com representantes Karajá para elaboração do Plano de Salvaguarda.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 3 – ABRANGÊNCIA DOS BENS REGISTRADOS

Bens de abrangência local

1. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
2. Banho de São João de Corumbá e Ladário
3. Bembé do Mercado
4. Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
5. Círio de Nossa Senhora de Nazaré
6. Feira de Campina Grande
7. Feira de Caruaru
8. Festa de Sant' Ana de Caicó/RN
9. Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ
10. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO
11. Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE
12. Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
13. Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó
14. Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE
15. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras
16. Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis
17. Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê
18. Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira
19. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/AM
20. Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani
21. Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre

Bens de abrangência estadual

22. Carimbó
23. Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

24. Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão

25. Frevo

26. Marabaixo

27. Maracatu de Baque Solto

28. Maracatu Nação

29. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo

30. Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas

31. Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal

32. Ofício de Sineiro

33. Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí

34. Romaria dos Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade

35. Samba de Roda do Recôncavo Baiano

36. Tambor de Crioula do Maranhão

37. Toque dos Sinos em Minas Gerais

Bens de abrangência regional

38. Caboclinho

39. Cavalo-Marinho

40. Ciranda do Nordeste

41. Fandango Caiçara

42. Jongo no Sudeste

43. Literatura de Cordel

44. Modo de fazer Viola de Cocho

45. Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá

46. Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá

47. Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco

Bens de abrangência nacional

48. Matrizes Tradicionais do Forró

49. Ofício das Baianas de Acarajé

50. Ofício dos Mestres de Capoeira

51. Repente

52. Roda de Capoeira

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 4 – EIXOS E TIPOLOGIAS DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Eixo 1 – Gestão compartilhada

Reúne o conjunto de atividades e estratégias de cooperação realizadas entre detentores, instituições governamentais e não-governamentais para alcance de metas e objetivos comuns, tomada de decisões, planejamento de ações de salvaguarda, solução de problemas, análise e avaliação de resultados, mobilização de novos atores, autonomia de atuação, representatividade dos segmentos culturais e conhecimento das políticas públicas que afetam o Bem registrado.

1.1. Formação e mobilização de detentores e parceiros

Objetivos: mobilizar e sensibilizar detentores e parceiros a participarem do processo de salvaguarda; fortalecer a autonomia de detentores e parceiros na condução do processo de salvaguarda; capacitar detentores e gestores (públicos ou privados) sobre a política de salvaguarda do Patrimônio Imaterial ou sobre temas que fortaleçam a gestão compartilhada; e ampliar a representatividade dos diversos segmentos culturais ligados ao Patrimônio Imaterial.

Resultados esperados: detentores e parceiros mobilizados; crescimento na autonomia de detentores e parceiros; detentores e parceiros capacitados sobre gestão patrimonial ou outros temas que fortaleçam a gestão compartilhada; e segmentos sociais dos Bens Culturais registrados representados, reconhecidos e valorizados.

1.2. Gestão participativa de planos e ações para bens registrados

Objetivos: elaborar, implementar, avaliar e atualizar os planos de salvaguarda, planos de difusão ou outros planos de trabalho ligados aos Bens Culturais; desenvolver cronogramas de execução das ações de salvaguarda, envolvendo detentores e/ou parceiros; estabelecer atividades ou canais de mobilização constante entre detentores e/ou parceiros; e criar ou manter grupos representativos formais ou informais para discussão, debate, proposição, deliberação, planejamento, implementação, execução, acompanhamento, avaliação e/ou desenvolvimento de ações de salvaguarda ou de temas sensíveis ao universo do Bem Cultural.

Resultados esperados: Planos de Salvaguarda elaborados e em execução; Iphan, detentores e parceiros mobilizados na condução do processo de salvaguarda; e espaços de diálogo formais ou informais que sejam representativos em funcionamento.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

1.3. Cooperação institucional para a salvaguarda de bens registrados

Objetivos: estabelecer parcerias público-privadas; formalizar acordos de cooperação que beneficiem o Bem Cultural e/ou os seus detentores; e mediar articulação interinstitucional ou intersetorial para viabilizar demandas dos detentores, as quais dependem da atuação de órgãos ou instituições específicas.

Resultados esperados: parcerias firmadas; acordos formais estabelecidos; e mediações de demandas necessárias ao Bem Cultural bem-sucedidas.

Eixo 2 – Difusão

Reúne o conjunto de ações voltadas para a promoção e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial, envolvendo a produção de conhecimento relacionado aos Bens Registrados, a realização de ações educativas e de sensibilização para a importância do patrimônio imaterial, e a elaboração de conteúdos e materiais de difusão em diversos formatos, visando a sua ampla divulgação e publicização.

2.1. Produção de conhecimentos sobre o Bem Registrado

Objetivos: realizar mapeamentos, pesquisas variadas sobre o universo do bem cultural registrado e inventários participativos; produzir diagnósticos sobre o Bem Cultural, especialmente quando envolver a mobilização e participação de detentores; produzir acervo sobre o Bem Cultural, como entrevistas, materiais audiovisuais, sonoros, visuais, cartográficos, fichas de pesquisa, entre outros; e elaborar ou apoiar publicações que fortaleçam o conhecimento sobre os Bens Culturais.

Resultados esperados: Bem Cultural e detentores mapeados; pesquisas produzidas, demandas e necessidade dos detentores observadas; diagnósticos sobre o Bem Cultural produzidos periodicamente; acervos capazes de suprir demandas de conhecimento sobre o Bem Cultural; e publicações disponibilizadas.

2.2. Produtos, eventos e serviços para a divulgação do Bem Registrado

Objetivos: elaborar ou apoiar a elaboração de produtos para ampla divulgação do Bem Cultural, como materiais gráficos impressos, materiais para distribuição, materiais para divulgação via internet, mobiliários urbanos, produtos audiovisuais ou sonoros para divulgação, dentre outros; elaborar ou apoiar a realização de eventos de promoção do Bem Cultural, especialmente quando abertos ao público em geral, como lançamentos, inaugurações, shows, apresentações, festas, festivais, espetáculos, exposições, feiras, entre outros; e realizar, contratar ou apoiar serviços para divulgação dos Bens Registrados, como campanhas de difusão, campanhas publicitárias, propagandas, entre outros.

Resultados esperados: produtos de difusão sobre todos os Bens Registrados disponibilizados e preferencialmente padronizados; bens registrados e universo cultural relacionado difundidos e conhecidos amplamente; e sociedade sensibilizada sobre temas do patrimônio imaterial.

2.3. Ações educativas sobre o Bem Registrado

Objetivos: realizar atividades educativas em escolas e comunidades detentoras sobre o Patrimônio Imaterial; produzir materiais educativos, didáticos e paradidáticos sobre o Patrimônio Imaterial; e capacitar professores e outros agentes da sociedade civil com potencial para se tornarem multiplicadores de conhecimento e informação sobre o Patrimônio Imaterial.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Resultados esperados: público-alvo sensibilizado para a identificação e a preservação do seu patrimônio; crescimento do sentimento de pertencimento dos indivíduos às suas comunidades e aos seus patrimônios; e materiais educativos produzidos.

Eixo 3 – Apoio à produção e reprodução de bens registrados

Reúne o conjunto de ações voltadas à manutenção, à defesa, ao fortalecimento, ao desenvolvimento e à sustentabilidade das manifestações culturais reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil, abrangendo os saberes, conhecimentos e técnicas tradicionais, as celebrações, os lugares e as formas de se expressar e de representar, juntamente com os elementos que lhe são associados.

3.1. Ações de transmissão de saberes

Objetivos: realizar ou incentivar a realização de atividades variadas que permitam a transmissão, o fortalecimento e a manutenção dos saberes e das práticas tradicionais associados aos Bens Culturais; incentivar a transmissão de saberes entre detentores de uma mesma geração e detentores de diferentes gerações; e valorizar a transmissão de saberes nos diversos segmentos culturais existentes dentro dos Bens Registrados.

Resultados esperados: eventos, capacitações e materiais de apoio destinados à transmissão de saberes e práticas tradicionais realizados ou confeccionados e distribuídos ao público-alvo.

3.2. Condições materiais de produção e reprodução

Objetivos: apoiar, por meio de parcerias institucionais ou meios próprios, ações que facilitem a obtenção de matérias-primas, insumos, equipamentos ou estruturas necessárias à continuidade, manutenção, fortalecimento e desenvolvimento sustentável da prática cultural; e apoiar e valorizar a criação e execução de planos de manejo ambiental de sustentabilidade ecológica ou outros planos necessários ao fortalecimento e desenvolvimento da prática cultural.

Resultados esperados: matérias-primas e insumos disponíveis aos detentores de forma autônoma e sustentável; equipamentos, instrumentos ou objetos associados e necessários à prática cultural em funcionamento ou uso pela comunidade detentora; e planos de manejo ambiental, de sustentabilidade ecológica ou outros planos para manutenção da prática cultural ou em execução ou executados.

3.3. Atenção e defesa de direitos culturais coletivos

Objetivos: realizar mediações institucionais de natureza legislativa, administrativa, judicial ou socioeconômica em defesa dos direitos culturais coletivos ligados aos Bens Registrados, especialmente em situações de risco a sua continuidade; esclarecer e apoiar questões que envolvam direitos de propriedade intelectual e coletivos sobre os saberes associados aos Bens Registrados; e identificar, analisar, avaliar e agir em situações de ameaça ou dano ao patrimônio, amparando-se em parcerias nas temáticas transversais.

Resultados esperados: ameaças ou danos ao patrimônio evitados, mitigados ou contornados; detentores apoiados e esclarecidos sobre direito de propriedade intelectual e direito coletivo sobre os saberes associados ao Bem Cultural; e mediações interinstitucionais e intersetoriais realizadas.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

3.4. Espaços físicos de referência destinados à prática do bem cultural

Objetivos: promover, por meios próprios ou de apoio e parcerias, a criação, reforma, manutenção, recuperação, sinalização, cessão ou disponibilização de espaços físicos destinados à realização, divulgação e valorização de práticas culturais associadas aos Bens Registrados.

Resultados esperados: disponibilização de centros de referência, museus, ateliês, salas, locais de apresentação ou outros espaços para ocupação de bens registrados e detentores.

3.5. Fomento a projetos e valorização de trajetórias de detentores

Objetivos: premiar ações de salvaguarda exemplares; selecionar projetos culturais relacionados aos Bens Registrados para execução; selecionar projetos para atender necessidades específicas para algum Bem Cultural específico; e valorizar a trajetória de detentores que contribuíram significativamente com a história e a salvaguarda do Bem Cultural.

Resultados esperados: projetos de salvaguarda apresentados pela sociedade civil financiados diretamente ou por meio de parcerias; detentores com significativa contribuição para a história e a salvaguarda do Bem registrado reconhecidos; e ações exemplares de salvaguarda reconhecidas.

3.6. Implementação de iniciativas para ampliação de mercado e fortalecimento de cadeias produtivas

Objetivos: capacitar detentores para a ampliação de mercado e o fortalecimento de cadeias produtivas; incentivar a criação e execução de planos de desenvolvimento econômico e para o escoamento de produtos associados aos Bens registrados; apoiar o desenvolvimento de plataformas virtuais para a promoção de produtos e canais de vendas de detentores; articular a inserção de produtos associados aos Bens Registrados em grandes lojas, redes ou plataformas de comercialização; e apoiar a participação de detentores ou a exposição de produtos e serviços associados aos Bens Registrados em feiras temáticas e similares.

Resultados esperados: detentores capacitados para o mercado e para a cadeia produtiva; planos de desenvolvimento econômico e de escoamento de produtos e serviços ou em execução ou executados; produtos e serviços disponíveis em lojas, redes ou plataformas de comercialização; e produtos ou serviços associados aos Bens Culturais e detentores representados em feiras temáticas e similares.

3.7. Formação e Assessoria para detentores sobre a Gestão Cultural

Objetivos: estimular os detentores a se apropriarem da gestão cultural de seu patrimônio; orientar detentores sobre procedimentos administrativos e operacionais para a gerência de processos, campo do patrimônio e para o planejamento e execução de projetos voltados ao Bem Cultural registrado; e estimular detentores a desenvolver mecanismos de busca ativa para a viabilização de projetos.

Resultados esperados: detentores com conhecimento e autonomia para gerenciar de forma sustentável as medidas necessárias para a manutenção da sua prática cultural.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 5 – LISTA DE PRODUTOS

CAPACITAÇÕES

Acre

1. Oficina e ações educativas sobre o Patrimônio Cultural Imaterial no estado do Acre, ocorridos durante a Semana do Patrimônio Cultural no Acre, de 14 a 18 de agosto de 2023.

Amapá

2. Palestras para os estudantes, professores e gestores nas escolas públicas dos municípios amapaenses visitados.

Bahia

3. Oficinas participativas com o tema Sistemas Agroflorestais (SAFs) com foco em espécies nativas de interesse da capoeira, para as comunidades envolvidas no projeto.

Distrito Federal

4. Oficina de elaboração de projetos culturais voltadas para detentores da cultura popular no auditório do Iphan.

Goiás

5. Oficina de elaboração de projetos culturais para os detentores do estado de Goiás.

Maranhão

6. Oficina de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim.

Minas Gerais

7. Oficina sobre os principais conceitos da política de Patrimônio Cultural no Iphan, as noções de Patrimônio Material e Imaterial, Registro e salvaguarda e abordagem das principais formas de participação social. Contou com o músico Carlim Alves (Belo Horizonte) que fez uma aula demonstrativa sobre os momentos importantes da história do Forró;

8. Exposição sobre o cenário do Forró na paisagem de Belo Horizonte, trazendo as diferentes materialidades presentes do universo das matrizes tradicionais do forró;

9. Exposição teórico-prática sobre as principais diferenças entre os estilos de dança como Forró Universitário, Forró Moderno, Forró Itaúnas e Forró Roots, abordando a construção da linguagem e as dinâmicas; contou com participação do DJ Fred Boi.

Mato Grosso

10. Oficina de viola de cocho e musicalidade do cururu para dez aprendizes, de março a dezembro de 2023. Cada aprendiz pôde ficar com o instrumento que confeccionou;

11. Oficina de viola de cocho ministrada pelo mestre artesão Roselino para dez aprendizes, cujos instrumentos foram entregues no dia 6 de dezembro de 2023;

12. Cinco oficinas de viola de cocho e de figurino de cururu e siriri realizadas entre os meses de maio a setembro de 2023, em cinco localidades da região da Baixada Cuiabana (Diamantino, Várzea Grande e Santo Antônio do Leverger);

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

13. Oficina de transmissão de saberes conduzida pelos sotakatali para 26 jovens das aldeias sobre os lugares sagrados da TI, que se relacionam com o Ritual Yaokwa.

Pará

14. Três apresentações dialogadas. Sendo a primeira Passado & Presente: como chegamos até aqui e como estamos hoje, feitas por Mestre Manoel Pinto (Comitê); a segunda Registro do Patrimônio Cultural Brasileiro: Para Saber Mais, feita por Alessandra Lima (Iphan); e a terceira Passado, presente e Perspectivas: O Carimbó já é Patrimônio Cultural do Brasil. E agora?, feita por Amanda Silva (Iphan).

Paraíba

15. Encontros semanais durante dez meses entre detentores do Cavalo-Marinho para transmissão de conhecimentos sobre as músicas, danças, histórias, indumentárias, personagens etc.; três oficinas com mestres do Cavalo Marinho de outras regiões; e três meses de oficinas de rabeca (toque e confecção).

CRIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS

Amazonas

16. Criação da Floresta da Memória, espaço coletivo e público onde foram fincados totens com as imagens e um cordel sobre os narradores de Iauaretê que participaram do projeto Memória, Território e Patrimônios Imateriais;

17. Criação da Praça de Memórias, um espaço coletivo e público onde foram fincados Registros sobre os narradores do SAT-RN que participaram do projeto Um Rio de Raízes e Memórias.

EVENTOS

Acre

1. Dois eventos de promoção da política de salvaguarda da capoeira, nos municípios de Tarauacá e Feijó;

2. Apresentação cultural e encontro de salvaguarda, realizados no dia 22 de julho de 2023, no período vespertino, no galpão cultural da Fundação de Cultura Elias Mansour, R. Manoel Vieira Da Cunha, 329 – Centro, Tarauacá – AC, 69900-970;

3. Festa e evento de devolutiva do documentário aos detentores participantes, no dia 8 de dezembro de 2023, na residência do senhor Santinho, no município de Tarauacá/AC;

4. Festa na residência do senhor Santinho, no dia 23 de julho de 2023, no município de Tarauacá/AC;

5. Oficina e práticas musicais no município de Tarauacá, entre os dias 19 e 21 de julho de 2023, realizadas no período vespertino, no galpão cultural da Fundação de Cultura Elias Mansour, R. Manoel Vieira Da Cunha, 329 – Centro, Tarauacá – AC, 69900-970.

Amapá

6. Apresentações das rodas de marabaixo.

Distrito Federal

7. Roda do Patrimônio Cultural com apresentações de quarenta detentores na Feira da Torre de TV de Brasília;

8. Apresentações de mamulengo, na Biblioteca Nacional de Brasília, nos dias 13 e 14 de setembro de 2023;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

9. Roda de Mamulengo, com nove grupos participantes, na Rodoviária do Plano Piloto, no dia 15 de setembro de 2023;

10. Duas rodas de conversa, realizadas no dia 13 de setembro de 2023, na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), com o tema Registro: oito anos depois;

11. Duas mesas-redondas, realizadas no dia 14 de setembro de 2023, na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), com os temas Políticas culturais e o Teatro de Bonecos Popular do Nordeste no DF e Condições para a sustentabilidade do Teatro de Bonecos no DF.

Espírito Santo

12. Ação educativa no bairro de Jardim Carapina, na Serra/ES.

Goiás

13. Reunião com os detentores para a aprovação dos resultados da pesquisa e do design gráfico do e-book *Mapeamento e Genealogia de Mestres e/ou Grupos de Capoeira e Goiânia/GO e da Região do Entorno*. Esta ocorreu no dia 3 de fevereiro de 2023, das 20h às 22h, no Auditório da Superintendência do Iphan-GO.

Mato Grosso

14. Lançamento do Plano de Manejo da Viola de Cocho de Mato Grosso;

15. Seminário do Plano de Manejo da Viola de Cocho.

Pará

16. Oficina de planejamento e estabelecimento de prioridades em ações de salvaguarda a serem executadas durante o ano de 2024;

17. Roda de Conversa com a facilitação da Superintendente do Iphan no Pará, Cristina Vasconcelos Nunes, quando houve o alinhamento de informações, necessidades, percepções e expectativas.

Paraíba

18. Duas apresentações, chamadas culminâncias, em que o grupo se apresentou, e convidou grupos e mestres de outras regiões e o público em geral para participar da brincadeira. Foi possível notar a evolução dos participantes e estruturação do grupo nesses dois momentos, dar visibilidade e estimular a continuidade e maior participação da população. Ocorrido entre os dias 4 de março e 29 de julho de 2023, em Bayeux.

Rio de Janeiro

19. Evento de promoção e valorização da Literatura de Cordel.

Rio Grande do Sul

20. Diálogo/roda de conversa sobre o Bem Registrado e o Plano de Salvaguarda.

MATERIAIS AUDIOVISUAIS

Nacional

1. **Calendário 2024 das Celebrações Patrimônio Cultural do Brasil,** em formato PDF, reunindo as celebrações registradas como Patrimônio Cultural do Brasil.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Acre

2. Onze entrevistas em formato audiovisual com detentores do Bem Registrado, contando suas experiências; 539 GB de audiovisual, que engloba fotografias, imagens do ambiente, da cidade e da festa propriamente dita; 78,7 GB de áudios captados durante a ação. Disponível em: acervo da Divisão Técnica do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, nº 182, Dom Giocondo, Rio Branco/AC, CP 69900-324;

3. Vinte e duas entrevistas e várias horas de gravações de rodas e práticas da capoeira no Acre. Disponível em: acervo da Divisão Técnica do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, nº 182, Dom Giocondo, Rio Branco/AC, CP 69900-324;

4. Seis horas de filmagem de entrevistas para produção de minidocumentários envolvendo temas da **história de vida de Txai Macêdo** (indigenismo, ecologia, ayahuasca, entre outros). Disponível em: Instituto Baquemirim, Estrada Raimundo Irineu Serra, 3627 – Irineu Serra, Rio Branco – AC, 69922-200;

5. Documentário ***Baque do Santo: Festa, farra e forró na Amazônia Acreana,*** lançado em 20 de dezembro de 2023. Teaser **trailer do documentário,** lançado em 8 de dezembro de 2023;

6. Documentário ***Capoeira no Acre: Relatos e Memórias de Roda,*** com duração de 54,33min;

7. Produção de **material audiovisual,** com quatro horas de gravação ao vivo, para veiculação online, sendo: Clipes musicais e Show completo com dez faixas captadas ao vivo. Disponível em: Instituto Baquemirim, Estrada Raimundo Irineu Serra, 3627 – Irineu Serra, Rio Branco – AC, 69922-200;

8. Registros fotográficos das cinco reuniões de salvaguarda da capoeira (nos municípios de Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Tarauacá e Feijó) e dos dois eventos de promoção da política de salvaguarda da capoeira (nos municípios de Tarauacá e Feijó). Disponível em: acervo da Divisão Técnica do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, nº 182, Dom Giocondo, Rio Branco/AC, CP 69900-324.

Amazonas

9. Documentário ***Narradores da Cachoeira das Onças – por Guardiões da Memória de Iauaretê;***

10. Documentário **Um Rio de Raízes e Memórias – por Guardiões da Memória do Médio Rio Negro.** Foram registradas histórias de moradores de comunidades do médio rio negro que em suas trajetórias estabelecem laços de parentesco profundos com rio e a floresta. Por meio delas conseguimos relacionar e adentrar ao universo cosmológico, multe espécie e social do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

Espírito Santo

11. Um Relatório Fotográfico da Oficina de Paneleiras de Goiabeiras. Disponível no documento SEI nº 4825125;

12. Uma Reportagem sobre **o Forró no Espírito Santo;**

13. Um Vídeo institucional das atividades da I Oficina de Saberes do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

Goiás

14. Vídeo de apresentação do e-book *A Festa Nunca Acaba*, publicado em maio de 2023. Disponível no documento SEI nº 4323951.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Maranhão

15. Mil setecentos e trinta e sete vídeos com registro dos processos de escavação e cobertura de tambores de madeira da parelha do Tambor de Crioula realizados na I Oficina de Escavação e Cobertura de Tambor de Madeira do Tambor de Crioula, de 23 de outubro a 3 de novembro de 2023. Disponível em: arquivo da Coordenação Técnica da Superintendência do Iphan no Maranhão;

16. Duzentas e oitenta e cinco fotografias coloridas das etapas e da solenidade de encerramento da Oficina de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim. Disponível nos documentos SEI nº 4969335, 4969370, 4969397, 4969444, 4969550;

17. Trezentas e quarenta e quatro fotografias retratando todos os processos de escavação e cobertura de tambores de madeira da parelha do Tambor de Crioula realizados na I Oficina de Escavação e Cobertura de Tambor de Madeira do Tambor de Crioula de 23 de outubro a 3 de novembro de 2023. Disponível em: arquivo da Coordenação Técnica da Superintendência do Iphan no Maranhão.

Minas Gerais

18. Cento e quinze fotografias com cenas da produção e filmagem dos grupos de jongo e caxambu de Recreio e Bias Fortes/MG. Disponível em: acervo da área de patrimônio Imaterial, Superintendência Iphan-MG. Rua Januária 130 Floresta, Belo Horizonte/MG;

19. Quinze horas de gravações em formato audiovisual devidamente tratado e indexado, contendo entrevistas, pontos de jongo, narrativas etc. com as comunidades de Bias Fortes e Recreio/MG. Disponível nos documentos SEI nº 4489782, 4489804, 4499839, 4489826; e acervo da área de patrimônio Imaterial, Superintendência Iphan-MG. Rua Januária 130 Floresta, Belo Horizonte/MG;

20. Dois vídeos-documentários finalizados sobre o Caxambu em Recreio e sobre o Jongo em Bias Fortes/MG. Disponível em: Acervo da área de patrimônio Imaterial, Superintendência Iphan-MG. Rua Januária 130 Floresta, Belo Horizonte/MG;

21. Cinquenta DVDS contendo os vídeos-documentários sobre o Caxambu em Recreio e sobre o Jongo em Bias Fortes/MG. Disponível em: Acervo da área de patrimônio Imaterial, Superintendência Iphan-MG. Rua Januária 130 Floresta, Belo Horizonte/MG.

Paraíba

22. Captação de imagens e realização de entrevistas as quais geraram um minidocumentário sobre o Cavalo-Marinho de Bayeux. Disponível no documento SEI nº 4911005.

Rio de Janeiro

23. Um minidocumentário com duração de 17 min em formato 1080p, com entrevistas de seis cirandeiros e cirandeiras caiçaras de Paraty. Disponível na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

São Paulo

24. Uma Gravação das mesas de debate do evento editadas na forma de vídeos individuais. Disponível em: Biblioteca da Superintendência do Iphan em São Paulo.

MATERIAIS GRÁFICOS

Acre

1. Produção de still com 81 **fotos de Txai Macêdo** para utilização em projetos de comunicação e divulgação do trabalho de Txai Macêdo

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

em questões socioambientais e culturais e 54 fotos da apresentação musical ao vivo.

Amazonas

2. Livreto *Yaiwa poewa karã kihti wererã*: uma homenagem às pessoas das diversas etnias moradoras de Iauaretê, que contaram suas histórias no âmbito do projeto Memória, Território e Patrimônio Imateriais do Rio Negro. O projeto foi realizado em parceria com a Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (FOIRN) e Coordenadoria das organizações indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) e a AMIDI. Disponível em: Arquivos do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan, SEPS 702/902, Bloco B, terceiro andar, Asa Sul, Brasília/DF.

Amapá

3. Confecção de banner e camiseta para ação de salvaguarda do Marabaixo nos municípios do Estado do Amapá. Disponível nos documentos SEI nº 4954627 e 4979533.

PLANOS DE SALVAGUARDA

Nacional

1. Finalização do Plano de Salvaguarda da Tava – Lugar Sagrado do Povo Guarani;

2. Finalização do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima;

3. Finalização do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró;

4. Finalização do Plano de Salvaguarda da Ciranda do Nordeste;

5. Finalização do Plano de Salvaguarda do Ritual Yaokwa;

6. Finalização do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer Bonecas Karajá e do Ritxoko;

7. Finalização do Plano de Salvaguarda do Banho de São João em Corumbá e Ladário;

8. Finalização do Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho no Mato Grosso do Sul;

9. Finalização do Plano de Salvaguarda do Modo de fazer o Queijo Minas Artesanal;

10. Continuidade na elaboração do Plano de Salvaguarda do Cavalo Marinho;

11. Continuidade na elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Tocantins;

12. Finalização de documento contendo as estratégias locais de atuação do Plano de Salvaguarda Nacional da Literatura de Cordel (BA, CE, DF, RJ).

PRODUTOS ARTÍSTICOS

Acre

1. Apresentação cultural de Roda de Capoeira, com a Liga Acreana de Capoeira, no dia 18 de agosto de 2023, encerramento da Semana do Patrimônio Cultural no Acre;

2. Apresentação cultural de Zé Bolo, detentor das Matrizes Tradicionais do Forró acreano, no dia 17 de agosto de 2023 (dia do Patrimônio);

3. Show musical de Txai Macedo.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ceará

4. Exposição de 25 quadros com fotografias sobre as bandas cabaçais que atuam em Barbalha durante a Festa do pau da Bandeira de Santo Antônio. Disponível em: Prédio da Escola de Saberes de Barbalha (ESBA).

Distrito Federal

5. A exposição **Pareiada – Memórias Brincantes das Culturas Populares do Distrito Federal** apresenta um recorte das manifestações de cultura popular presentes na capital federal e esteve aberta para visitação entre os dias 23 de novembro de 2023 e 12 de janeiro de 2024. Disponível em: Processo SEI nº 01551.000162/2023-79;

6. Exposição de malas e bonecos, disponível para o público, na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), entre os dias 13 e 14 de setembro de 2023. Disponível em: Processo SEI nº 01551.000163/2023-13.

Maranhão

7. Uma parelha de Tambor de Crioula constituída pelos tambores grande ou rufador, meião ou socador e pererengue ou crivador. Disponível em: Sala de espera da sede da Superintendência do Iphan no Maranhão;

8. Dezessete capas de caderno bordadas pelos alunos em veludo preto com miçangas e canutilhos multicoloridos produzidas na Oficina de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim.

Paraíba

9. Mais de seis figuras (personagens) que compõe a brincadeira do cavalo marinho foram restauradas ou confeccionadas;

10. Mais de quinze vestimentas tradicionais foram confeccionadas durante o processo da salvaguarda emergencial.

Rio Grande do Sul

11. Apresentação do coral guarani;

12. Produção de peças de arte indígena – cinquenta itens.

PRODUTOS DE PESQUISA

Acre

1. Onze entrevistas em formato audiovisual com detentores do Bem Cultural no município de Tarauacá/AC, relativas ao projeto de identificação, pesquisa e registro de histórias de vida e memórias de detentores do bem cultural. Disponível em: SEI nº 4980164; Acervo da Superintendência do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, 182, 2º andar, bairro Dom Giocondo, Rio Branco/AC. CEP 69900-324;

2. Aproximadamente 25 horas de gravações sonoras das práticas musicais dos detentores de Tarauacá-AC, com músicas gravadas ao vivo. Disponível em: documento SEI nº 4980164; Acervo da Superintendência do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, 182, 2º andar, bairro Dom Giocondo, Rio Branco/AC. CEP 69900-324.

3. Aproximadamente **quinhentas fotografias e registros audiovisuais de várias etapas da execução da ação,** realizadas entre 17 e 25 de julho de 2023. Disponível em: documento SEI nº 4980164; Acervo da Superintendência do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, 182, 2º andar, bairro Dom Giocondo, Rio Branco/AC. CEP 69900-324;

4. Relatórios de pesquisa. Disponível em: documento SEI nº 4980164; Acervo da Superintendência do Iphan-AC, Rua Rio Grande do Sul, 182, 2º andar, bairro Dom Giocondo, Rio Branco/AC. CEP 69900-324.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ceará

5. Uma Planilha de Sistematização de Unidades, contendo, dentre outras, as seguintes informações de cada unidade: município; região do Ceará; nome como o grupo é conhecido; endereço de referência; categoria (matriz ou núcleo); ano de fundação da unidade no Ceará; estilo de Capoeira; graduação e apelido da liderança; município e estado de fundação do grupo; situação da sede. Disponível em: documento SEI nº 4915233; Acervo da Superintendência do Iphan no Ceará, Rua Liberato Barroso, Nº 525, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60030-160;

6. Um relatório final apresentando a metodologia, os processos e os resultados alcançados pela pesquisa para a realização da Etapa 1 do Mapeamento da Capoeira no Estado do Ceará. Disponível em: documento SEI nº 4915198; Acervo da Superintendência do Iphan no Ceará, Rua Liberato Barroso, Nº 525, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60030-160;

7. Cento e trinta e seis Fichas de Caracterização de Grupos, em formato digital, apresentando as informações detalhadas relativas às 196 unidades (entre núcleos e matrizes) dos grupos de capoeira identificados. Disponível em: Acervo da Superintendência do Iphan no Ceará, Rua Liberato Barroso, Nº 525, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60030-160;

8. Dezesseis mapas em formato pdf de alta resolução, contendo grupos identificados, locais de extração de matérias-primas, locais de rodas, mapas de calor, municípios de extração de matérias-primas e municípios pesquisados. Disponível em: documento SEI nº 4915706; Acervo da Superintendência do Iphan no Ceará, Rua Liberato Barroso, Nº 525, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60030-160;

9. Trezentas e quarenta e sete fotografias, com alta (300dpi) e baixa (100dpi) resolução, relativas aos Registros etnográficos da Etapa 1 do Mapeamento da Capoeira no Ceará. Disponível em: documento SEI nº 4916012; Acervo da Superintendência do Iphan no Ceará, Rua Liberato Barroso, Nº 525, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60030-160;

10. Quatrocentos e setenta e dois arquivos em formato kmz contendo a localização e os polígonos de locais de sedes e núcleos de grupos, locais de realização de rodas, locais de extração de matérias-primas, grupos identificados e municípios com grupos. Disponível em: documento SEI nº 4915706; Acervo da Superintendência do Iphan no Ceará, Rua Liberato Barroso, Nº 525, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60030-160.

Mato Grosso

11. **Mapeamento online da capoeira no estado do Mato Grosso.** Disponível em: processos SEI nº 01425.000092/2021-32, 01425.000371/2022-87, 01425.000340/2023-15 e 01425.000254/2023-02.

Tocantins

12. Apresentação de cronograma detalhado da pesquisa de campo, com formulários de Propostas de Concessão de Diárias e Passagens (ou similar) preenchidos conforme cada deslocamento, para cada pesquisador que irá realizar o trabalho de campo. Junto ao cronograma, a equipe deverá apresentar um questionário semiestruturado que servirá como base nas entrevistas que serão realizadas. Disponível em: Processo SEI nº 01422.000529/2022-49;

13. Relatório contendo informações históricas e socioculturais sobre a Capoeira no estado do Tocantins, incluída a relação de coordenadas geográficas mencionadas no termo de referência. Disponível em: Processo SEI nº 01422.000529/2022-49;

14. Resultados da pesquisa documental sobre a Capoeira nos municípios abrangidos pela etapa da pesquisa, bem como uma síntese bibliográfica sobre a Capoeira. Além disso, no referido produto deverá constar uma lista de agentes e instituições envolvidos com a Capoeira, com nome completo, telefone para contato, e-mail, endereço e uma breve descrição sobre a relação do agente ou instituição com a Capoeira. Disponível em: Processo SEI nº 01422.000529/2022-49;

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

15. Transcrição de 30% das entrevistas elencadas no Produto 3, bem como todo o material visual relacionado tanto às entrevistas transcritas quanto às cidades onde ocorreram. As imagens fotográficas deverão ser produzidas em alta resolução de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade da imagem, de forma que elas possam ser utilizadas em qualquer peça gráfica pelo Iphan. Disponível em: Processo SEI nº 01422.000529/2022-49;

16. Transcrição de 70% de todas as entrevistas listadas no Produto 3, ou seja, todas que não integraram o Produto 4. Deverá também compor o Produto 5 o material audiovisual relacionado às entrevistas e cidades onde foram realizadas. Disponível em: Processo SEI nº 01422.000529/2022-49.

PUBLICAÇÕES

Nacional

1. **Manual for the elaboration of Safeguarding Plans** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Organização: Aline Beatriz Miranda da Silva, Rafael Belló Klein e Sara Santos Morais. Brasília: Iphan, 2023. 67 p. (Versão em inglês do **Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda).;**

2. **Plano de Salvaguarda da Capoeira em Goiás** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Organização: Renata Silva de Oliveira Galvão. Brasília: Iphan, 2023. 27 p.;

3. **Plano de Salvaguarda do Maracatu Nação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Brasília: Iphan, 2023. 89 p.;

4. **Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Brasília: Iphan, 2023. 60 p.;

5. **Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho do Mato Grosso** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Brasília: Iphan, 2023. 35 p.;

6. **Plano de Salvaguarda da Capoeira em Rondônia** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Organização: Emanuel Messias Arcas Vieira. Porto Velho: Iphan, 2023. 32 p.;

7. **A festa nunca acaba** / Jean Pierre, Mana Marques Rosa; Ilustrações de: Emilia Simon. Goiânia: Iphan, 2023. 44 p.;

8. **A ginga na terra do Aquiry: dimensões históricas, etnográficas e mapeamento da capoeira no Acre** / Organizadores: Cledir de Araújo Amaral; Ádamo Gabriel Lopes de Souza; Alcilene Oliveira Alves; Maria Cristina Lobregat. Rio Branco: IFAC, 2023. 231 p.;

9. Inventário participativo Caminhos Guarani / Centro de Referência Indígena do Rio Grande do Sul; coordenação geral de Kerexu Takuá; Marilia Floôr Kosby. Porto Alegre, 2023. 183 p.;

10. **Manual do Modo de Fazer Carros de Bois, Goiás** / Luiz Carlos de Souza; Coordenação: Fernanda Elisa Costa Paulino Resende. Anicuns: Iphan, 2023. 155 p.;

11. **Mapeamento da genealogia de mestres e/ou grupos de capoeira em Goiânia e região metropolitana** / TEMPVS Arqueologia e Patrimônio Cultural; Coordenação: Fernanda Elisa Costa Paulino Resende. Goiânia: Iphan, 2023. 111 p.;

12. **Um rio de raízes e memórias: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro a suas histórias de vida** / Organização: Aline Scolfaro, Sandra Lessa. – 1. ed. – São Paulo: Museu da Pessoa, 2023.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

OUTROS FORMATOS DE PRODUTOS

Acre

1. Dezesseis horas de gravações de faixas de áudio em estúdio, registrando cerca de **90% do repertório autoral de Txai Macêdo.** Disponível em: Instituto Baquemirim, Estrada Raimundo Irineu Serra, 3627 – Irineu Serra, Rio Branco – AC, 69922-200.

Bahia

2. Implantação de sistema agroflorestal (SAF) em três áreas do território quilombola do Guaí. Disponível em: Território quilombola do Guaí;

3. Viveiro de mudas e sementes construído na comunidade quilombola do Guaí. Disponível em: Território quilombola do Guaí.

Mato Grosso

4. Comercialização de bonecas karajás, artefatos (flechas, remos etc.) e acessórios (biojóias) produzidos por mulheres e homens da etnia Karajá e de outras etnias na exposição **' Arte e Cultura Indígena'**, ocorrida entre os dias 6 e 30 de julho de 2023, no Shopping Estação, em Cuiabá;

5. Desfile de moda indígena na abertura da exposição **Arte e Cultura Indígena,** ocorrida entre os dias 6 e 30 de julho de 2023, no Shopping Estação, em Cuiabá.



Rio Ribeira de Iguape e igreja do Quilombo Ivaporunduva. Foto: Felipe Leal, 2004. Acervo: ISA.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 6 – LISTA DE PARCEIROS INSTITUCIONAIS EM 2023

Atuação em projetos nacionais e regionais

1. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

2. Museu da Pessoa
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

Atuação em projetos estaduais e locais, por Bem Registrado

Banho de São João de Corumbá e Ladário

Mato Grosso do Sul

1. Fundação de Cultura de Ladário
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

2. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

3. Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá (FCPHC)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

4. Fundação de Turismo de Corumbá
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

5. Fundação de Turismo de Ladário
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

6. Instituto Homem Pantaneiro (IHP)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua ocasionalmente

7. Instituto Moinho Cultural Sul Americano
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

8. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
   Instituição Governamental Federal
   Atua ocasionalmente

9. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
   Instituição Governamental Federal
   Atua ocasionalmente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

10. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

Caboclinho

Pernambuco

1. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

2. Paço do Frevo
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

3. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

4. Secretaria da Mulher de Pernambuco (SECMULHER-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

5. Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri

Amazonas

1. Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (FOIRN)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

2. Museu da Pessoa
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Cavalo Marinho

Paraíba

1. Alphaville Paraíba empreendimentos imobiliários LTDA
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua muito raramente

2. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

3. Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

4. Grupo de Estudos Cavalo Marim Boi da Praça
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

5. Prefeitura de Bayeux
Instituição Governamental Municipal
Atua muito raramente

6. Prefeitura de Pedras de Fogo
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

Pernambuco

7. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

8. Paço do Frevo
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

9. Prefeitura Municipal de Aliança
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

10. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

11. Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

12. Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Ciranda do Nordeste

Pernambuco

1. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

2. Paço do Frevo
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

3. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

4. Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

5. Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão

Maranhão

1. Central de Bumba meu boi dos Sotaques da Baixada e de Costa de Mão
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

2. Clube Cultural de Bumba meu boi de Zabumba e Tambor de Crioula
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

3. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Rosário
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

Fandango Caiçara

São Paulo

1. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

2. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

4. Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

Festa de Sant' Ana de Caicó/RN

Rio Grande do Norte

1. Escritório do MinC no RN (MinC-RN)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

2. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
   Instituição Governamental Federal
   Atua ocasionalmente

4. Instituto Neoenergia
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

5. Secretaria Extraordinária da Cultura do RN (Secult-RN)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

6. Unimed Natal
   Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
   Atua ocasionalmente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ

Rio de Janeiro

1. Casa de Cultura de Paraty
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua ocasionalmente

2. Secretaria Municipal de Cultura de Paraty
   Instituição Governamental Municipal
   Atua muito frequentemente

Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE

Ceará

1. Escola de Saberes de Barbalha (ESBA)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

Frevo

Pernambuco

1. Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua muito frequentemente

2. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente

Jongo no Sudeste

Espírito Santo

1. Conselho Municipal de Cultura de Vargem Alta (CMC)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua muito raramente

2. Gerência de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (GEPPIR)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

3. Gerência Estratégica de Cultura e Patrimônio Histórico de Anchieta
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

4. Instituto EDP
   Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
   Atua muito raramente

5. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
   Instituição Governamental Federal
   Atua ocasionalmente

6. Secretaria de Estado da Cultura (Secult-ES)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente

7. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte de Guaçuí
   Instituição Governamental Municipal
   Atua raramente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

8. Secretaria Municipal de Educação de Vargem Alta (SME)
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

9. Secretaria Municipal de Saúde de Vargem Alta (SMS)
Instituição Governamental Municipal
Atua muito raramente

10. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Muqui
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

11. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo (Sindiupes)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Minas Gerais

12. Clube Flor da Mocidade
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

13. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

14. Prefeitura de Belo Horizonte
Instituição Governamental Municipal
Atua muito frequentemente

15. Prefeitura de Jaboticatubas
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

16. Prefeitura de Lagoa Santa
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

17. Prefeitura de Ouro Preto
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

18. Prefeitura de Sabinópolis
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

19. Prefeitura de Uberlândia
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

20. Prefeitura Municipal de Bias Fortes
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

21. Prefeitura Municipal de Patrocínio do Muriaé
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

22. Prefeitura Municipal de Recreio
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

São Paulo

23. Serviço Social do Comércio (Sesc)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Literatura de Cordel

Distrito Federal

1. Associação Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

2. Associação de Forrozeiros do Distrito Federal (Asforró-DF)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

3. Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno (Acrespo)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

4. Ministério da Cultura (Minc)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

5. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

6. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

7. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

Paraíba

8. Academia Princesense de Letras e Artes
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

9. Associação de Turismo do Curimataú
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

Rio de Janeiro

10. AmoCordel
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

11. Biblioteca Pública Mendes
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

12. Espaço Cultural Balaio
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

13. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-Uerj)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

14. Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

15. Instituto Benjamim Constant (IBC)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

16. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

17. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eicos-UFRJ)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

18. Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu
Instituição Governamental Municipal
Atua muito frequentemente

19. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME)
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

Rio Grande do Norte

20. Escritório do MinC no RN (MinC-RN)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

21. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

22. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

23. Instituto Neoenergia
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

24. Secretaria Extraordinária da Cultura do RN (Secult-RN)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

25. Unimed Natal
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Marabaixo

Amapá

1. Coordenação Regional do Amapá e Norte do Pará da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

2. Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Amapá – Fundação Marabaixo (FEPPIR)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Maracatu de Baque Solto

Pernambuco

1. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente
2. Paço do Frevo
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente
3. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente
4. Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente
5. Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

Maracatu Nação

Pernambuco

1. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente
2. Paço do Frevo
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente
3. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente
4. Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente
5. Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

Matrizes Tradicionais do Forró

Acre

1. Câmara Temática de Capoeira do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Rio Branco (CT-Capoeira-CMPC)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente
2. Fundação Elias Mansour (FEM)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua ocasionalmente
3. Fundação Estadual de Cultura Elias Mansour (FEM)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

4. Instituto Baquemirim – Filial do Instituto Nova Era de Desenvolvimento Socioambiental (Baquemirim-INE)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

5. Liga Acreana de Capoeira (LAC)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

6. Prefeitura de Tarauacá
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

7. Secretaria de Estado de Comunicação do Acre (Secom)
Instituição Governamental Estadual
Atua raramente

8. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Tarauacá (SMCT)
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

9. Sindicato dos Guias de Turismo do Acre (Singtur-AC)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Distrito Federal

10. Associação Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

11. Associação de Forrozeiros do Distrito Federal (Asforró-DF)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

12. Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno (Acrespo)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

13. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

14. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

Espírito Santo

15. Escola Técnica de Teatro, Dança e Música da Fafi (Fafi)
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

16. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

17. Secretaria de Estado da Cultura (Secult-ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

18. TV Educativa (TVE)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

19. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Minas Gerais

20. Fundação Nacional de Arte (Funarte-MG)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

21. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

22. Prefeitura de Belo Horizonte
Instituição Governamental Municipal
Atua muito frequentemente

23. Prefeitura de Jaboticatubas
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

24. Prefeitura de Lagoa Santa
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

25. Prefeitura de Ouro Preto
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

26. Prefeitura de Sabinópolis
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

27. Prefeitura de Uberlândia
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

Paraíba

28. Associação Cultural Balaio Nordeste
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

29. Espaço Cultural José Lins do Rego
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

30. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

Rio Grande do Norte

31. Escritório do MinC no RN (MinC-RN)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

32. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

33. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

34. Instituto Neoenergia
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

35. Secretaria Extraordinária da Cultura do RN (Secult-RN)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

36. Unimed Natal
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

São Paulo

37. Centro Paula Souza (Fatec-SP)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

Modo de fazer Viola de Cocho

Mato Grosso

1. Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT)
Instituição Governamental Estadual
Atua raramente

2. Coletivo Loja Colaborativa Bodega Pantaneira (Bodega Pantaneira)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua raramente

3. Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Ecoss)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

5. Museu de História Natural de Mato Grosso (MHN-MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

6. Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

7. Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

8. Secretaria Municipal de Comunicação, Cultura e Desporto de Barão de Melgaço
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

9. Secretaria Municipal de Cultura de Várzea Grande
Instituição Governamental Municipal
Atua muito frequentemente

10. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Diamantino
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

11. Sesc Poconé – Polo Socioambiental Sesc Pantanal (Sesc-MT)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Mato Grosso do Sul

12. Fundação de Cultura de Ladário
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

13. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

14. Fundação de Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá (FCPHC)
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

15. Fundação de Turismo de Corumbá
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

16. Fundação de Turismo de Ladário
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

17. Instituto Homem Pantaneiro (IHP)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

18. Instituto Moinho Cultural Sul Americano
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

19. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

20. Universidade Federal de mato Grosso do Sul (UFMS)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal

Minas Gerais

1. Coleção de Cultura de Microrganismos do Departamento de Ciência dos Alimentos da Universidade Federal de Lavras (CCD C-Ufla)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

2. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

3. Instituo Mineiro de Agropecuária (IMA)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

4. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

5. Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

6. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

7. Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Ouro Preto (Nepac-UFOP)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

8. Prefeitura de Belo Horizonte
Instituição Governamental Municipal
Atua muito frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

9. Prefeitura de Jaboticatubas
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

10. Prefeitura de Lagoa Santa
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

11. Prefeitura de Ouro Preto
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

12. Prefeitura de Sabinópolis
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

13. Prefeitura de Uberlândia
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

14. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa-MG)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

15. SerTãoBras
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

16. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

Ofício das Baianas de Acarajé

Rio de Janeiro

1. Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares (Abam-RJ)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

2. Comitê Gestor da Salvaguarda do estado do Rio de Janeiro
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

3. Comitê Gestor de Salvaguarda das Baianas do estado do Rio de Janeiro
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

4. Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

5. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

6. Mesa Brasil Sesc
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

7. Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ofício das Paneleiras de Goiabeiras

Espírito Santo

1. Centro de Referência da Juventude (CRJ)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua raramente

2. Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito raramente

3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

4. Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
   Instituição Governamental Federal
   Atua raramente

5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória (Sedec)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua raramente

6. Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória (SMA)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

Ofício de Sineiro e Toque dos Sinos em Minas Gerais

Minas Gerais

1. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

2. Prefeitura de Belo Horizonte
   Instituição Governamental Municipal
   Atua muito frequentemente

3. Prefeitura de Jaboticatubas
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

4. Prefeitura de Lagoa Santa
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

5. Prefeitura de Ouro Preto
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

6. Prefeitura de Sabinópolis
   Instituição Governamental Municipal
   Atua ocasionalmente

7. Prefeitura de Uberlândia
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ofício dos Mestres de Capoeira e Roda de Capoeira

Acre

1. Câmara Temática de Capoeira do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Rio Branco (CT-Capoeira-CMPC)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

2. Conselho de Cultura de Feijó
   Instituição Governamental Municipal
   Atua raramente

3. Federação Acreana de Capoeira (Fedac)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

4. Fundação Elias Mansour (FEM)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua ocasionalmente

5. Fundação Estadual de Cultura Elias Mansour (FEM)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente

6. Instituto Baquemirim – Filial do Instituto Nova Era de Desenvolvimento Socioambiental (Baquemirim-INE)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

7. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente

8. Liga Acreana de Capoeira (LAC)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

9. Prefeitura de Tarauacá
   Instituição Governamental Municipal
   Atua raramente

10. Prefeitura Municipal de Acrelândia
    Instituição Governamental Municipal
    Atua raramente

11. Prefeitura Municipal de Capixaba
    Instituição Governamental Municipal
    Atua raramente

12. Prefeitura Municipal de Feijó
    Instituição Governamental Municipal
    Atua raramente

13. Prefeitura Municipal de Plácido de Castro
    Instituição Governamental Municipal
    Atua raramente

14. Prefeitura Municipal de Tarauacá
    Instituição Governamental Municipal
    Atua ocasionalmente

15. Secretaria Municipal de Administração
    Instituição Governamental Municipal
    Atua raramente

16. Secretaria Municipal de Assistência Social de Acrelândia (Semas)
    Instituição Governamental Municipal
    Atua raramente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

17. Secretaria Municipal de Cultura de Plácido de Castro
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

18. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Tarauacá
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

19. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer de Feijó
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

20. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Capixaba
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

21. Secretaria Municipal de Educação de Acrelândia (Seme)
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

22. Secretaria Municipal de Educação de Capixaba
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

23. Secretaria Municipal de Educação de Feijó
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

24. Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Tarauacá
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

25. Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Capixaba
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

26. Secretaria Municipal de Gabinete de Plácido de Castro
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

27. Secretaria Municipal de Promoção Social de Tarauacá
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

28. Secretaria Municipal de Saúde de Capixaba
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

29. Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer de Plácido de Castro
Instituição Governamental Municipal
Atua raramente

30. Sindicato dos Guias de Turismo do Acre (Singtur-AC)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Alagoas

31. Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

32. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Amazonas

33. Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC-AM)
Instituição Governamental Estadual
Atua muito frequentemente

Bahia

34. Associação de Capoeira Angola Relíquia de Espinho Reimoso
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

35. Associação Quilombola De Pescadoras E Pescadores E Lavradores(as) (Guaipanema)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

36. Defensoria Pública da União (DPU)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

37. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

38. Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

39. Ministério Público Federal (MPF)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

40. Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

Distrito Federal

41. Associação Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

42. Associação de Forrozeiros do Distrito Federal (Asforró-DF)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

43. Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno (Acrespo)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

44. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

45. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

Espírito Santo

46. Conselho Municipal do Negro da Serra (Conegro)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

47. Fórum Chico Prego
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

Mato Grosso

48. Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Mato Grosso do Sul

49. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

Minas Gerais

50. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

51. Prefeitura de Belo Horizonte
Instituição Governamental Municipal
Atua muito frequentemente

52. Prefeitura de Jaboticatubas
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

53. Prefeitura de Lagoa Santa
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

54. Prefeitura de Ouro Preto
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

55. Prefeitura de Sabinópolis
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

56. Prefeitura de Uberlândia
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

Paraná

57. Escola Municipal Presidente Vargas
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

58. Federação Paranaense de Capoeira (Feparca)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

59. Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

60. Prefeitura Municipal de Guarapuava
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

61. Prefeitura Municipal de Matinhos – Secretaria de Educação
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

62. Secretaria Municipal de Cultura de Guarapuava
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

63. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Dois Vizinhos
Instituição Governamental Municipal
Atua ocasionalmente

64. Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

Pernambuco

65. Pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco (Proexc-UFPE)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

Rio Grande do Norte

66. Escritório do MinC no RN (MinC-RN)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

67. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

68. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

69. Instituto Neoenergia
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

70. Secretaria Extraordinária da Cultura do RN (Secult-RN)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

71. Unimed Natal
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Rio Grande do Sul

72. Editora e Livraria Cirkula
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

73. Secretaria Estadual da Cultura (Sedac-RS)
Instituição Governamental Estadual
Atua ocasionalmente

Tocantins

74. Associação Cultural Chapada dos Negros (ACCN)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua raramente

75. Câmara de Vereadores de Arraias
Instituição Governamental Municipal
Atua muito raramente

76. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Instituição Governamental Federal
Atua muito frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis

Santa Catarina

1. Fundação Senhor dos Passos
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

2. Senado Federal
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

Repente

Distrito Federal

1. Associação Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

2. Associação de Forrozeiros do Distrito Federal (Asforró-DF)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

3. Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno (Acrespo)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

4. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

5. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua ocasionalmente

Rio Grande do Norte

6. Escritório do MinC no RN (MinC-RN)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

7. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua frequentemente

8. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
   Instituição Governamental Federal
   Atua ocasionalmente

9. Instituto Neoenergia
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

10. Secretaria Extraordinária da Cultura do RN (Secult-RN)
    Instituição Governamental Estadual
    Atua frequentemente

11. Unimed Natal
    Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
    Atua ocasionalmente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê

Mato Grosso

1. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente

2. Secretaria de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente

Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá e Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá

Goiás

1. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente

Mato Grosso

2. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

3. Secretaria de Educação de Tocantins (Seduc-TO)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

4. Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua frequentemente

5. Shopping Estação de Cuiabá
   Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
   Atua raramente

Tocantins

6. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente

Samba de Roda do Recôncavo Baiano

Bahia

1. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua muito frequentemente

2. Lindro Amor
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente

3. Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)
   Instituição Governamental Federal
   Atua muito frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

São Paulo

1. Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale)
   Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente
2. Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACone)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente
3. Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua ocasionalmente
4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente
5. Instituto Socioambiental (ISA)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente
6. Serviço Social do Comércio – Unidade Registro (Sesc Registro)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua frequentemente

Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/AM

Amazonas

1. Federação das Organizações indígenas do Rio Negro (FOIRN)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua muito frequentemente
2. Museu da Pessoa
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua ocasionalmente

Tambor de Crioula do Maranhão

Maranhão

1. Secretaria de Estado da Cultura (SEC-MA)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua ocasionalmente

Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani

Rio Grande do Sul

1. Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar)
   Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua ocasionalmente
2. Museu das Missões
   Instituição Governamental Federal
   Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

3. Prefeitura de São Miguel das Missões
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

4. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco

Ceará

1. Prefeitura Municipal de Banabuiú
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

Distrito Federal

2. Associação Candanga de Teatro de Bonecos (ACTB)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

3. Associação de Forrozeiros do Distrito Federal (Asforró-DF)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

4. Associação dos Cantadores Repentistas e Escritores Populares do DF e Entorno (Acrespo)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

5. Ministério da Cultura (Minc)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

6. Rodoviária de Brasília
Instituição Governamental Estadual
Atua raramente

7. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

8. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

9. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

10. Universidade de Brasília (UnB)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

Rio Grande do Norte

11. Escritório do MinC no RN (MinC-RN)
Instituição Governamental Federal
Atua frequentemente

12. Fundação Capitania das Artes (Funcarte)
Instituição Governamental Municipal
Atua frequentemente

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

13. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente

14. Instituto Neoenergia
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua frequentemente

15. Secretaria Extraordinária da Cultura do RN (Secult-RN)
Instituição Governamental Estadual
Atua frequentemente

16. Unimed Natal
Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos
Atua ocasionalmente

Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre

Rio Grande do Sul

1. Cooperativa de Doceiros de Pelotas (Coodopel)
Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos
Atua muito frequentemente

2. Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa)
Instituição Governamental Federal
Atua ocasionalmente



Bandeja de doces com Fatias de Braga. Foto: Marília Kosby, 2008. Acervo: DPI/Iphan.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 7 – DETALHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO COM EXECUÇÃO INICIADA EM 2023

Os planos de ação detalhados na tabela a seguir utilizaram recursos orçamentários do exercício 2023, ação orçamentária 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro), e beneficiaram diretamente pelo menos um dos Bens Culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
1° 8217 Iphan-MT	Seminário sobre o Plano de Manejo de espécies usadas na fabricação da viola de cocho. Realização de um seminário (manhã e tarde) na sede central do IFMT, em Cuiabá, em julho de 2023, com gestores públicos da área de meio ambiente e detentores, com apoio da Diretoria de Extensão do IFMT para discutir a criação do plano de manejo de espécies vegetais usadas na fabricação de viola de cocho. O PA prevê a contratação de empresas jurídicas para fornecer os seguintes produtos e serviços: dois coffeebreak e um almoço para 43 pessoas; dois banners (1,5 m x 1,0 m), cem folders e oitenta sacolas de tecido. Além disso, é prevista dezoito diárias para colaboradores eventuais incluindo detentores e gestores municipais de meio ambiente, e três diárias para o DPI dar apoio técnico durante o evento.	R$ 10.227,15 empenhado R$ 10.227,15 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
2° 8218 Iphan-MT	Reunião de elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens Registrados Karajá. Pagamento de diárias para a realização de uma reunião (manhã e tarde) em São Félix do Araguaia (MT), no mês de junho de 2023, com representantes das aldeias Karajá onde há incidência do Bem Cultural Imaterial Bonecas Karajá. O evento será organizado e conduzido pelos técnicos do Iphan/MT/TO/GO e visa mobilizar os detentores na elaboração do Plano de Salvaguarda.	R$ 1.214,89 empenhado R$ 1.214,89 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
3° 8219 Iphan-MT	Missão às aldeias Enawenê Nawê para a finalização do Plano de Salvaguarda. Diárias para dois servidores e dois colaboradores eventuais para realizar visita às aldeias Enawenê Nawê no mês de outubro de 2023, quando serão executadas rodas de conversas com os sotakatali, coord. e profs. indígenas e não indígenas e parceiros para discutir o alcance da política, concluir a elaboração do Plano de Salvaguarda (01425.000476/2022-36), e executar uma ação-piloto de inclusão dos sotakatali no contexto escolar para transmissão dos saberes tradicionais referente ao Ritual Yaokwa para os mais jovens. Para sua realização, é imprescindível a participação do indigenista Fausto Campoli, que reside no estado de São Paulo. A participação do Coordenador de Educação Indígena da Seduc/MT também é fundamental nessa ação.	R$ 2.986,40 empenhado R$ 2.986,40 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
4° 8235 Iphan-PR	Apoio Institucional a Encontros de Salvaguarda da Capoeira no Paraná / Reuniões do Coletivo Deliberativo Ação destinada à mobilização de detentores e/ou transmissão de saberes de mestres e detentores, em conformidade com o Plano de Salvaguarda da Capoeira no Paraná. Contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (R$ 50.000), via pregão eletrônico ou dispensa de licitação, para execução de atividades de produção cultural, logísticas e técnicas necessárias à organização de reuniões do coletivo de salvaguarda ou Encontro de Salvaguarda da Capoeira no Paraná, em modalidade presencial ou remota. Sete diárias (R$ 22.000), para dois servidores e 22 colaboradores externos/membros do Coletivo de Salvaguarda.	R$ 63.558,74 empenhado R$ 33.588,66 pago R$ 29.970,08 inscrito em RAP
5° 8236 Iphan-PR	Apoio Institucional a Encontros de Salvaguarda do Fandango Caiçara no Paraná / Reniões do Coletivo Deliberativo Ação destinada à transmissão de saberes dos detentores, em conformidade com o Plano de Ação destinado à transmissão de saberes dos detentores, em conformidade com o Plano de Salvaguarda do Fandango no Paraná e discussão da Revalidação do Fandango Caiçara como Patrimônio Cultural do Brasil. Contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (R$ 60.000,00), via pregão eletrônico ou dispensa de licitação, para execução de atividades de produção cultural, logísticas e técnicas necessárias à organização do Encontro de Salvaguarda do Fandango no Paraná, em modalidade presencial ou remota. Diárias (R$ 7.000,00) para servidores e colaboradores, para participação em reunião em Curitiba e Paranaguá ou Guaraqueçaba totalizando 3,5 diárias para dois servidores e dezessete colaboradores externos/membros do Coletivo de Salvaguarda do Fandango caiçara oriundos dos municípios paranaenses de Guaraqueçaba e Paranaguá, conforme planilha (4212630).	R$ 47.575,88 empenhado R$ 47.575,88 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
6° 8281 Iphan-PE	Monitoramento e salvaguarda do Patrimônio Imaterial no âmbito do Iphan-PE Diárias para monitoramento e realização/acompanhamento de ações de salvaguarda do Patrimônio Imaterial no âmbito da Superintendência do Iphan em Pernambuco.	R$ 8.780,00 empenhado R$ 8.780,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
7° 8289 Iphan-PE	Mestres de Fazer-Brincar: transmissão de saberes no Cavalo Marinho por meio da oralidade Contratação de serviço especializado em transcrição de entrevistas segundo o método científico da História Oral para continuidade da execução do Projeto Mestres de Fazer-Brincar: transmissão de saberes no Cavalo Marinho por meio da oralidade. Os registros audiovisuais e orais resultantes do projeto compõem cerca de vinte horas de entrevistas, as quais deverão ser transcritas a partir dos métodos da História Oral com vistas à geração de acervo técnico documental para o Iphan-PE e a comunidade detentora, e à futura publicação de livro para valorização da memória dos mestres e mestras do Cavalo Marinho de Pernambuco: Patrimônio Cultural do Brasil.	R$ 8.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 8.000,00 inscrito em RAP
8° 8303 Iphan-MS	Realizar reuniões para continuidade e conclusão da elaboração dos Planos de Salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso do Sul e do Banho de São João de Corumbá e Ladário Diárias para servidores e combustível destinado ao veículo oficial utilizado em deslocamentos necessários para realizar reuniões junto aos detentores do Modo de Fazer Viola de Cocho em Mato Grosso do Sul, do Banho de São João de Corumbá e Ladário e parceiros, para continuidade e conclusão da elaboração dos respectivos Planos de Salvaguarda. Prevemos ainda recursos para ressarcimento em caso de necessidade de mais servidores apoiarem a ação ou para pagamento de passagens rodoviárias, caso se repita o contratempo registrado no processo 01401.000152/2022-76. O andamento das elaborações dos Planos de Salvaguarda até então podem ser acompanhadas pelos processos 01401.000041/2022-60 e 01401.000042/2022-12	R$ 21.321,83 empenhado R$ 21.321,83 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
9° 8313 Iphan-PR	Realização de Reunião Presencial do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná – Dois Vizinhos (Regão Sudoeste) Contratação de Outros Serviços de Terceiros – PJ (R$ 25.000) para realização de atividades de produção cultural e suporte logístico e operacional, como locação de van e/ou compra de passagens rodoviárias, fornecimento de coffee-break, agenciamento de serviços de alimentação/hospedagem e pagamento de cachês a detentores oficineiros, necessários à reunião presencial do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná, conforme planejamento pactuado com os detentores capoeiristas desde 2019 e suspenso/inviabilizado pela pandemia da covid-19. Diárias (R$ 11.000,00) para servidores e colaboradores que participarão da reunião – 3,5 diárias para dois servidores e onze colaboradores externos/membros do Coletivo de Salvaguarda, conforme planilha (4212630).	R$ 32.354,52 empenhado R$ 4.854,52 pago R$ 27.500,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
10° 8325 Iphan-CE	IV Festival de Cassimiro Coco no Ceará e Seminário para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste do Ceará Os eventos ocorrerão no mês de outubro no município de Banabuiú de forma concomitante. A ação é realizada de forma itinerante, desde o Registro, nos municípios de origem dos mestres bonequeiros identificados no processo de Registro. É um momento singular no qual reunimos a comunidade detentora, tendo em vista que os mestres moram em cidades diferentes e têm pouca possibilidade de interação. A ação conta com o apoio das prefeituras locais e da Rede Cearense de Teatro de Bonecos.	R$ 42.897,00 empenhado R$ 42.897,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
11° 8328 Iphan-CE	Diárias para acompanhamento técnico do IV Festival de Cassimiro Coco no Ceará e Seminário para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste do Ceará	R$ 2.498,73 empenhado R$ 2.498,73 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
12° 8338 Iphan-CE	Mapeamento da Capoeira no Ceará (Segunda Etapa) Contratação de pessoa jurídica para a execução da segunda etapa do Mapeamento da Capoeira no Ceará, envolvendo 58 municípios. Por meio desse plano de ação, será dada continuidade ao processo de mapeamento da capoeira no estado do Ceará, que promoverá a identificação e a produção de conhecimentos sobre a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira no estado, produzindo uma base cartográfica que será utilizada nos processos de licenciamento ambiental e contribuindo com o planejamento e a execução da salvaguarda dos referidos Bens Culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O serviço técnico de Mapeamento da Capoeira no Ceará contempla a identificação dos grupos de capoeira, a descrição sistematizada dos grupos identificados, a produção de uma base cartográfica georreferenciada, a produção de material fotográfico e a apresentação pública dos produtos parciais e finais aos detentores. A primeira etapa do projeto foi executada por meio de emenda parlamentar, em 68 municípios, e os produtos podem ser consultados no processo administrativo 01496.000411/2021-76.	R$ 168.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 168.000,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
13° 8369 Iphan-AC	Continuidade da interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre A Ação visa dar continuidade às reuniões entre detentores locais, representantes do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Acre e gestores públicos, para promover a interiorização da salvaguarda do Bem Cultural no estado do Acre, com a divulgação do Plano de Salvaguarda e o planejamento de ações de salvaguarda nos municípios. Em 2022, foram realizadas ações que abrangeram os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Manoel Urbano, Senador Guiomard, Bujari, Epitaciolândia e Brasileia. Em 2023, pretende-se realizar reuniões nos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Xapuri, Feijó e Tarauacá. As ações realizadas em 2022 no âmbito da Interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre já renderam resultados positivos para a salvaguarda do Bem Cultural nos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Manoel Urbano, Senador Guiomard e Bujari, onde as prefeituras estreitaram o diálogo com os detentores e se comprometeram em promover ações de salvaguarda, inclusive com programas de inclusão da capoeira nas escolas municipais, destinação de espaços para treinos e rodas de capoeira e apoio material e logístico aos grupos de detentores. Nos municípios de Mâncio Lima e Epitaciolândia, foi identificado que as prefeituras já apoiam ações de salvaguarda da capoeira, inclusive nas escolas. A ação tem se mostrado profícua e contribui para as metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura (PNC) ao promover ações de Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural, conforme os objetivos do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (quinta meta do PNC), visando a otimização de recursos humanos e financeiros para a efetiva proteção do Patrimônio Cultural, com o desenvolvimento de ações coordenadas entre as cidades, estado e Governo Federal.	R$ 6.981,27 empenhado R$ 5.990,79 pago R$ 990,48 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
14° 8379 Iphan-AC	Salvaguarda Emergencial das Matrizes Tradicionais do Forró dos seringais acreanos. A ação tem o objetivo de promover o Registro audiovisual de manifestações culturais no "Santinho", no município de Tarauacá/AC, para a salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró em suas formas de expressão tipicamente acreanas, desenvolvidas nos seringais a partir das tradições dos migrantes nordestinos, com a influência da musicalidade indígena da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia). A salvaguarda emergencial se justifica pelo fato inevitável do envelhecimento dos detentores, alguns com mais de 80 anos. Como os detentores têm idade avançada e problemas de saúde, o adiamento da ação pode acarretar perda irreparável de repertório e conhecimentos relacionados ao bem cultural. No Acre, as Matrizes Tradicionais do Forró chegaram junto com os migrantes nordestinos que se instalaram na região nos períodos econômicos conhecidos como Ciclos da Borracha. Assim, as Matrizes Tradicionais do Forró no Acre remetem à própria história do povoamento da região e à identidade dos seringueiros, que deixaram um importante legado na cultura e identidade do povo acreano. Os detentores são os artistas que antigamente animavam as festas nos seringais. Centenas de músicas autorais foram compostas nesse contexto, retratando a vida na floresta e o legado dos seringais acreanos. Os seringueiros também criaram instrumentos musicais únicos, deixando uma rica cultura material associada ao Forró acreano. Esse legado corre o risco de se perder, pois muitos desses artistas são, hoje, idosos, e outros já faleceram sem que houvesse uma pesquisa mais abrangente sobre suas vidas e obras. Assim, essa demanda tem o objetivo de promover a salvaguarda emergencial das Matrizes Tradicionais do Forró no Acre, com o apoio do Instituto Baquemirim, para realização de pesquisas e Registros da musicalidade acreana. O Instituto Baquemirim atua desde 2006 na identificação e salvaguarda do Patrimônio Cultural acreano, mas precisa de apoio para atuar no interior do Acre.	R$ 25.000,00 empenhado R$ 23.000,00 pago R$ 2.000,00 inscrito em RAP
15° 8392 Iphan-AC	Oficinas para detentores de bens registrados no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica com o Sebrae. Realização de oficinas previstas no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica do Iphan com o Sebrae. As oficinas serão voltadas para detentores de Bens Culturais registrados com abrangência no estado do Acre e têm o objetivo de disseminar informações sobre o convênio e promover a mobilização dos segmentos culturais para identificação das necessidades de capacitação dos detentores. Poderão ser realizadas capacitações conforme o Plano de Trabalho a ser construído com os parceiros envolvidos.	R$ 3.862,40 empenhado R$ 0,00 pago R$ 3.862,40 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
16° 8406 Iphan-AM	Oficinas para elaboração do Plano de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins Trata-se de uma ação com vistas à contratação de serviços logísticos para a realização de Oficinas para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins. A ação será desenvolvida por meio da realização de uma reunião com duração de um dia no município de Parintins e com as direções e principais lideranças dos grupos de Boi Bumbá, sobretudo as que participaram das Oficinas realizadas em Itacoatiara (AM), em novembro de 2022, visando medir o cumprimento das ações elencadas e seus impactos. A partir da aferição dos resultados e impactos, proceder-se-á à elaboração de um Plano de Salvaguarda para o referido Bem Cultural, contemplando metas a serem atingidas, dentre as quais: 1. Consolidação de coletivos e/ou instâncias dialógicas locais em cada município do Complexo Cultural do Boi-Bumbá; 2. Fomentar parcerias locais para resgate e revalorização de grupos locais de Boi-Bumbá nos municípios do Complexo Cultural do Boi-Bumbá; e 3. Consolidar parceiras com os municípios do Complexo Cultural do Boi-Bumbá de modo a consolidar um calendário regional dedicado à celebração do Boi-Bumbá. Em conformidade com o Ofício-Circular N° 21/2023/GAB PRESI/PRESI-Iphan (SEI n° 4201707), o atual PA está alinhado às seguintes diretrizes: 1. Diretrizes por plano orçamentário – (3.1): 6; 7; (3.4): 2.	R$ 23.490,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 23.490,00 inscrito em RAP
17° 8410 Iphan-RS	Diárias para servidores ou colaboradores eventuais para o ano de 2023 – Elaboração do Plano de Salvaguarda das Tradições Doceiras Trata o presente Plano de Ação de prever recursos para o pagamento de diárias a servidores e colaboradores eventuais relativos ao deslocamento de técnicos(as) da área de Patrimônio Cultural Imaterial da Superintendência para a realização de reuniões de monitoramento do Bem Registrado com os detentores e parceiros institucionais da salvaguarda. A ação visa dar continuidade às atividades de monitoramento dos processos de salvaguarda das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu), Bem Registrado pelo Iphan, no ano de 2018, no Livro dos Saberes. O objetivo é propiciar a elaboração, ao longo do ano de 2023, dos instrumentos de gestão compartilhada do Bem registrado de forma participativa, resultando no Plano de Salvaguarda das Tradições Doceiras. Conforme orientações emitidas pelo DPI nos termos do Ofício Circular N° 1547/2022/DPI-IPHAN, os deslocamentos e valores se encontram discriminados em Planilha modelo (Sei n° 4020628) anexada ao Processo n° 01450.004022/2022-27.	R$ 662,52 empenhado R$ 662,52 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
18º 8411 Iphan-AM	Oficinas de Salvaguarda do Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira A realização das Oficinas de Salvaguarda do Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira é uma atividade urgente e emergencial, uma vez que é altamente prioritária a construção de um Plano de Salvaguarda do Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira no Amazonas. O Coletivo de Mestres insta constantemente o apoio do órgão, no sentido de viabilizar a promoção, difusão e preservação do Bem Cultural. Faz-se necessário, também, estabelecer um plano de atividades contínuas, com vistas à profissionalização dos Mestres, especialmente a partir do recente ACT celebrado entre Iphan e Sebrae. A presente ação, portanto, visa a contratação de serviços logísticos para a realização de oficinas de salvaguarda, com o objetivo de promover a elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens em tela, registrados em âmbito nacional, com ocorrência em vários municípios do estado do Amazonas. As referidas oficinas terão lugar na cidade de Manaus-AM. Em conformidade com o Ofício-Circular Nº 21/2023/GAB PRESI/PRESI-IPHAN (SEI nº 4201707), o presente PA está em linha com as seguintes diretrizes: 1. Diretrizes programáticas: 1; 3; 2. Diretrizes por plano orçamentário – (3.1): 6; 7; (3.5): 1.	R$ 34.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 34.000,00 inscrito em RAP
19º 8421 Iphan-PA	Primeiro Encontro Presencial do Comitê de Salvaguarda do Carimbó (gestão 2022/2023) A ação tem como objetivo realizar um encontro presencial dos representantes do Comitê de Salvaguarda do Carimbó eleitos no Terceiro Congresso Estadual do Carimbó em 2021. O encontro visa fomentar a discussão acerca do Plano de Salvaguarda do Carimbó entre os novos membros do comitê com o intuito de fortalecer a compreensão sobre a política de salvaguarda em todos os polos do estado (região do Salgado Paraense, Bragantino, Marajó, Metropolitano, Guamá, Sudeste paraense, Oeste paraense). A ação está prevista no Plano de Salvaguarda do Carimbó, pertencendo ao Eixo 2, "Gestão Participativa no processo de salvaguarda", nº 17 "Viabilizar a realização das reuniões do Comitê Gestor da Salvaguarda do Carimbó com passagens, diárias e demais necessidades de estrutura e logística para os encontros". O evento terá duração de dois dias, das 9h às 18h e ocorrerá no auditório da Superintendência do Iphan no Pará.	R$ 59.200,00 empenhado R$ 59.200,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
20º 8432 Iphan-PA	Revalidação: Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó Em 2023, completam-se dez anos de registro da Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó. De acordo com o artigo 7º do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan realizar a "reavaliação dos Bens Culturais registrados, pelo menos a cada dez anos", assim como encaminhá-la "ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de 'Patrimônio Cultural do Brasil' ". Estipula-se, ainda, em parágrafo único, que "negada a revalidação, será mantido apenas o Registro como referência cultural de seu tempo". Desde maio de 2022, temos conversado com detentores da festividade sobre as etapas desse processo e a mobilização necessária para levá-lo adiante (processo SEI nº 01492.000195/2022-80). Igualmente, tivemos reunião com o técnico Rodrigo Ramassote do DPI para organização dos processos de revalidação do ano de 2023 e enviamos um orçamento estimado para a realização dessa ação.	R$ 42.487,25 empenhado R$ 0,00 pago R$ 42.487,25 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
21° 8433 Iphan-MG	Seminários Regionais da Salvaguarda da Capoeira em Minas Gerais – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Zona da Mata Realização de dois Seminários Regionais de Salvaguarda da Capoeira em Minas Gerais, a serem sediados em Uberlândia e Juiz de Fora, envolvendo cerca de 34 municípios da Região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e 29 municípios da Região Zona da Mata, tendo como finalidade: 1. Continuidade da política de salvaguarda, ampliando e descentralizando o processo de salvaguarda dos Bens Registrados "Roda de Capoeira" e "Ofício dos Mestre de Capoeira" no Estado de Minas Gerais, por meio da mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores, bem como de gestores públicos nas regiões citadas acima, com vistas à consolidação do Plano de Salvaguarda da capoeira no estado; 2. Articulação institucional com as instâncias executivas e legislativas nos municípios dessas regiões; e 3. Difusão sobre o universo cultural da capoeira, do ponto de vista patrimonial, nas regiões citadas. Público-alvo: mestres e capoeiristas de aproximadamente 120 grupos de capoeira dos municípios das regiões citadas, além de gestores públicos, pesquisadores e demais atores envolvidos com a salvaguarda da Capoeira no estado. Essa ação se insere nas seguintes diretrizes e eixos estratégicos previstos para 2023 (SEI 4201707): Diretrizes programáticas 1. Ações realizadas em parcerias e em comunidades de matriz africana, trazendo explicitamente as informações desses grupos sociais; 3. Ações de identificação, reconhecimento, apoio e fomento a Bens Culturais diretamente vinculadas à memória de processos culturais e sociais de exclusão e violência; justiça de transição e igualdade étnico-racial Diretrizes por plano orçamentário – 3.1 – 7. Elaboração/revisão Planos Salvaguarda; 8. Ações previstas em Plano de Salvaguarda 3.4 – 2. Ações para Bens Culturais reconhecidos abarcados pelas políticas de salvaguarda de Bens Imateriais; 4. Ampliação do debate sobre educação patrimonial a partir de eventos (seminários e oficinas, por exemplo)	R$ 122.800,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 122.800,00 inscrito em RAP
22° 8434 Iphan-AM	Impressão do livro *Capoeira: O Patrimônio gingado do Amazonas e sua salvaguarda* Trata-se de contratação visando a revisão da editoração e diagramação para impressão de livro sobre a história da Capoeira no Amazonas, intitulado Capoeira: O Patrimônio gingado do Amazonas e sua salvaguarda. O referido livro foi publicado, primeiramente, em versão online, no ano de 2020. Dada, porém, a necessidade de difusão do mesmo livro entre os partícipes dos diversos coletivos de Capoeira do Amazonas, os quais não dispõem de acesso fácil às leituras digitais, faz-se necessária a impressão do material em tela. Trata-se, pois, de importante contribuição da Autarquia à difusão da Capoeira no Amazonas, bem como de uma ação continuada, uma vez que prevê a retomada do projeto, iniciado em 2019, de impressão/editoração do mesmo livro, conforme os autos SEI 01490.000092/2019-34. Em conformidade com o Ofício-Circular N° 21/2023/GAB PRESI/PRESI-IPHAN (SEI n° 4201707), o atual PA está alinhado às seguintes diretrizes: 1. Diretrizes programáticas: 1; 3; 2. Diretrizes por plano orçamentário – (3.1): 6; (3.4): 8.	R$ 46.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 46.000,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
23° 8437 Iphan-PA	Oficinas para a construção do Plano de Salvaguarda da Festividade do Glorioso São Sebastião na região do Marajó O objetivo do projeto é fomentar a discussão sobre a política de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial nas comunidades do Marajó devotas de São Sebastião, focando na construção de um Plano de Salvaguarda da Festividade do Glorioso São Sebastião na região do Marajó, Bem Cultural reconhecido como patrimônio do Brasil desde 2013. A ação prevê a realização de oficinas em algumas localidades do Marajó, como Cachoeira do Arari, Vila de Arapixi, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Salvaterra, Curralinho, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras. O projeto é resultado das reuniões realizadas pelo DPI com as Superintendências ao longo do segundo semestre de 2022, as quais apresentaram como prioridade estratégias para a resolução do passivo de Planos de Salvaguarda.	R$ 62.934,82 empenhado R$ 0,00 pago R$ 62.934,82 inscrito em RAP
24° 8462 Iphan-BA	Seminário 10 anos do título de Patrimônio Imaterial da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim Em 2023, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim completa dez anos de Registro e, com isso, faz-se necessário realizar o processo de revalidação do Bem Cultural. A Festa do Senhor do Bonfim foi registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro no ano de 2013. No entanto, devido a uma série de problemas que se originaram desde o processo de pesquisa para o Registro do Bem, não foi feita uma identificação aprofundada das comunidades detentoras deste, o que dificultou o seu processo de mobilização nos anos subsequentes ao Registro. Considerando o processo de revalidação no ano de 2023, faz-se urgente empreender esforços para produzir informações, mobilizar detentores e avaliar os sentidos, desafios e os impactos do reconhecimento do Bem Cultural como Patrimônio Imaterial Brasileiro. Esse plano de ação será destinado à contratação de pessoa jurídica para realização de um seminário de dois dias para mobilização e discussão sobre os sentidos, desafios e transformações da Festa Nosso Senhor do Bonfim entre seus diferentes segmentos de detentores durante os dez anos de título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Dia 1, manhã: O título de patrimônio e sua revalidação; tarde: Os sentidos da Festa Nosso Senhor do Bonfim entre seus diferentes detentores; Dia 2, tarde: Os desafios e as transformações da festa ao longo do tempo. Representantes que serão convidados: Devoção Nosso Senhor do Bonfim, Baianas de Acarajé, Terreiros de Candomblé, Acadêmicos, Órgãos da Cultura e Preservação, dentre outros.	R$ 39.040,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 39.040,00 inscrito em RAP
25° 8472 Iphan-RN	Balaio do Patrimônio. Evento público de difusão dos patrimônios culturais do Rio Grande do Norte, programação de cinco dias de palestras, mesas redondas, exposições e apresentações temáticas. 01421.000108/2022-28.	R$ 39.000,00 empenhado R$ 39.000,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
26° 8485 Iphan-DF	Encontro distrital de salvaguarda de bens registrados: Seminário e Curso de Formação em projetos culturais. A SE-DF tem seis bens registrados entre aqueles com abrangência regional/nacional (Mamulengo, Literatura do Cordel, Ofício dos Mestres de Capoeira, Roda de Capoeira, Matrizes Tradicionais do Forró e Repente). Em todos os Bens, identificou-se uma demanda de capacitação a respeito da elaboração de projetos culturais, de modo a garantir aos detentores autonomia na busca por recursos. De modo a esclarecer as possibilidades de atuação do Iphan e de otimizar a mobilização dos detentores, sugere-se a realização de um encontro coletivo, voltado ao debate de boas práticas em salvaguarda, seguido de um curso de capacitação em projetos culturais, com foco na estruturação de projetos e na captação de recursos. A realização do encontro será na sede do Iphan. O objetivo do evento é criar as redes necessárias para o desenvolvimento de ações conjuntas de salvaguarda, expor para o público as possibilidades e os limites das atribuições do Iphan e realizar curso de formação para detentores em projetos culturais. A mobilização de detentores feita no Distrito Federal abrange, desde 2019, a articulação de demandas dos Bens Culturais junto a instituições públicas e não governamentais e abrange também a formação de conteúdos em projetos de fomento. As atividades de formação possibilitaram a realização de diversos eventos, como o II Encontro do Mamulengo do DF e o Projeto Cordeliando, ambos ocorridos em 2022. As ações dos projetos atingiram diversos grupos de detentores, estudantes da rede pública de ensino e até gestores e técnicos do Patrimônio Cultural e da educação patrimonial. Diretrizes Atendidas: 1.5 – Ações que envolvam mais de um Bem Cultural reconhecido e/ ou a atuação conjunta entre Superintendências e/ ou unidades especiais 3.4.2 – Ações que tenham como objeto Bens Culturais reconhecidos e estejam abarcados pelas políticas de salvaguarda de Bens Imateriais e de preservação de Bens Materiais 3.5.1 – Ações relacionadas aos ACTs com Sebrae, Museu da Pessoa e CTAV e outras entidades.	R$ 35.000,00 empenhado R$ 35.000,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
27° 8500 Iphan-DF	Exposição fotográfica Pareiada. O fotógrafo Davi Mello, cordelista do Distrito Federal, reuniu fotografias feitas na última década em exposição sobre os Bens Culturais Imateriais do DF. A exposição é composta por fotos de detentores, de celebrações e de lugares relevantes do ponto de vista do patrimônio cultural e da cultura popular local. O material expográfico pode integrar o rol do ciclo de ações de comemoração da Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. O pagamento do valor da exposição é acompanhado de registros fotográficos, mesas e cavaletes auxiliares para exibição do material. Diretrizes Atendidas: 1.5 – Ações que envolvam mais de um Bem Cultural reconhecido e/ ou a atuação conjunta entre Superintendências e/ ou unidades especiais. 3.4.2 – Ações que tenham como objeto Bens Culturais reconhecidos e estejam abarcados pelas políticas de salvaguarda de Bens Imateriais e de preservação de Bens Materiais.	R$ 5.600,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 5.600,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
28° 8503 Iphan-DF	Encontro regional do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste O Plano de Salvaguarda do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste no Distrito Federal, publicado em 2020, prevê a realização de encontros periódicos entre os detentores do Bem, de modo a fortalecer as redes locais e a promover a articulação das instituições parceiras em torno da salvaguarda do mamulengo. Realização de encontro entre os treze grupos detentores do TBPN local, em formato virtual ou presencial. Diretrizes Atendidas: 3.1.8 – Ações previstas em Plano de Salvaguarda. 3.4.2 – Ações que tenham como objeto Bens Culturais reconhecidos e estejam abarcados pelas políticas de salvaguarda de Bens Imateriais e de preservação de Bens Materiais.	R$ 24.977,00 empenhado R$ 24.977,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
29° 8504 Iphan-SP	Patrimônio Imaterial – Encontro de Jongueiros Paulista – Salvaguarda do Jongo no Sudeste Retomar as ações institucionais de salvaguarda do Jongo no Estado de São Paulo. Em comum acordo com os detentores, e com a participação destes, a proposta é colaborar para a realização do Encontro de Jongueiros Paulista e articular, nesse encontro, a Reunião de Salvaguarda do Jongo e o Encontro das Jovens Lideranças Jongueiras – eventos que não puderam ser realizados em 2020, 2021 e 2022 em razão da crise sanitária decorrente da pandemia da covid-19. Ação fundamental para fortalecer a articulação de grupos e comunidades culturais historicamente excluídos e/ou marginalizados das ações do Estado brasileiro, tais como as comunidades de Jongo, detentoras desse significativo patrimônio de matriz africana reconhecido pelo Iphan.	R$ 30.090,00 empenhado R$ 29.337,75 pago R$ 752,25 inscrito em RAP
30° 8506 Iphan-RS	Atividades comemorativas relativas aos 40 anos das Missões Jesuíticas-Guarani como Patrimônio Mundial As Missões Jesuíticas Guarani foram declaradas Patrimônio Mundial como um Bem seriado transnacional em que um dos componentes é o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, popularmente conhecido como Ruínas de São Miguel das Missões, em São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul, juntamente dos sítios de San Ignácio Mini, Sant' Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria La Major, na Argentina. Trata-se de um sítio amplamente acautelado, com valores de dimensões materiais e imateriais atribuídos ao longo de um século de preservação. Tradicionalmente, a celebração do título é comemorada anualmente durante o mês de dezembro, quando é realizada a Semana Missioneira, organizada pelo Município de São Miguel das Missões, e a cada cinco anos, por meio da realização de eventos que contemplam seminários, oficinas e apresentações artísticas promovidas pelo Iphan e parcerias. Considerando a importância de valorizar o Patrimônio Cultural, a realização de eventos dessa natureza é uma forma de difundir os valores atribuídos às Missões Jesuíticas-Guarani, sobretudo ao Sítio de São Miguel Arcanjo, destacando seu valor universal excepcional para a comunidade local, visitantes e turistas. Nesse sentido, propõe-se a realização de evento em 2023, com diversas atividades, a partir das quais se busque valorizar, refletir e promover o debate acerca da preservação do patrimônio missioneiro.	R$ 148.967,24 empenhado R$ 148.967,24 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
31° 8521 DPI	Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, edição 2023. Os editais do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) foram lançados anualmente, de forma ininterrupta, entre 2005 e 2015, tendo se tornado uma verdadeira marca da política de Patrimônio Imaterial e tendo sido o maior instrumento de interlocução do Iphan com os anseios e demandas diretas da sociedade civil e de divulgação da própria política, ainda muito recente, à época do lançamento da iniciativa. Diante das novas diretrizes de retomada das ações voltadas à articulação com a sociedade civil e os detentores dos Bens Culturais, a retomada do Edital PNPI será um ato simbólico de reaproximação do Iphan das pessoas que são parceiras e corresponsáveis diretas pela salvaguarda do Patrimônio Imaterial. O edital promove uma seleção pública de projetos voltados à identificação, documentação e melhoria das condições de sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações e lugares que são referências culturais para os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Após selecionados, os projetos são realizados por meio de parcerias, convênios ou cooperações entre o Iphan e instituições públicas e privadas, contando sempre com a participação e o consentimento prévio e informado das comunidades envolvidas, ou das instituições que as representam. O Edital PNPI 2023 estará dividido em três eixos: 1. identificação – projetos piloto para o novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), incluindo mapeamento de grupos e detentores de Bens Culturais; 2. reconhecimento – estudos para reconhecimento de línguas, promovendo a utilização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL); 3. apoio e fomento – ações voltadas à salvaguarda de bens registrados pelo Iphan, incluindo transmissão de saberes, ações educativas e ações de fortalecimento das condições materiais de continuidade de Bens Culturais registrados. A intenção é selecionar cerca de trinta projetos, com custos entre R$ 150.000,00 e R$ 600.000,00, cada.	R$ 1.991.953,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 1.991.953,00 inscrito em RAP
32° 8538 Iphan-RS	Editoração e Publicação dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul Contratação de serviços de diagramação, editoração e impressão dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Viamão), cuja elaboração decorreu de contratação do Iphan-RS conforme documentação constante do Processo 01512.000183/2018-93, em formato físico (quinhentos exemplares) e digital. A publicação dos resultados do primeiro módulo do Mapeamento da Capoeira no estado do Rio Grande do Sul foi apontada como ação prioritária pelos conselhos da salvaguarda do Ofício dos mestres de capoeira e da Roda de capoeira no Rio Grande do Sul, respaldando a proposta ora apresentada. Ressalta-se, assim, que trata-se de um desdobramento da pesquisa concluída em 2021, reforçando a continuidade das ações propostas e a articulação dos projetos executados, ampliando e qualificando a atuação do Iphan-RS no que concerne à difusão e valorização dos Bens Registrados em observância ao que determina a Política Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.	R$ 33.690,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 33.690,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
33° 8543 Iphan-SP	Patrimônio Imaterial – Cordel de São Paulo na FLIP 2023 Viabilizar a participação do Coletivo de Salvaguarda SP Cordel – instância representativa dos cordelistas do estado de São Paulo junto ao Iphan – na 21ª Edição da Festa Literária Internacional de Paraty, que acontecerá no mês de julho de 2023	R$ 26.249,25 empenhado R$ 26.249,25 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
34° 8544 Iphan-MG	Memórias da Capoeira em Minas Gerais: a voz dos mestres e das mestras Produção de vídeos e digitalização de acervos para a documentação, divulgação e difusão da memória dos mestres e das mestras de capoeira do estado. Objetivos: produzir conhecimento e documentação sobre mestres e mestras de capoeira de Minas Gerais, com vistas à salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira no estado; valorizar e divulgar a memória dos mestres e mestras e das práticas culturais associadas à Capoeira em Minas Gerais; capacitar mestres, mestras e praticantes da capoeira em Minas Gerais para a produção audiovisual e a digitalização de acervos; contribuir para a descentralização e expansão da salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira em Minas Gerais e para a disseminação de informações sobre a prática no estado; fortalecer o Coletivo da Salvaguarda da Capoeira de Minas Gerais, contribuindo para a consolidação da Política Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. A ação será realizada por meio de contratação de pessoa jurídica para capacitação, coordenação/ gerenciamento do projeto, finalização de produtos, assessoria e pagamento de honorários para mestres e mestras de capoeira do estado de Minas Gerais e seus/suas assistentes, com vistas à produção dos vídeos e digitalização dos acervos. Essa ação se insere nas seguintes diretrizes e eixos estratégicos previstos para 2023 (SEI 4201707): Diretrizes programáticas 1. Ações realizadas em parcerias e em comunidades de matriz africana, trazendo explicitamente as informações desses grupos sociais; 3. Ações de identificação, reconhecimento e apoio e fomento a Bens Culturais diretamente vinculadas à memória de processos culturais e sociais de exclusão e violência; justiça de transição e igualdade étnico-racial Diretrizes por plano orçamentário – 3.1 – 5. “projetos piloto” para implementação do novo INRC; 8. Ações previstas em Plano de Salvaguarda 3.4 – 2. Ações bens culturais reconhecidos abarcados pelas políticas de salvaguarda de Bens Imateriais	R$ 350.000,00 empenhado R$ 323.750,00 pago R$ 26.250,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
35° 8545 Iphan-MG	Material de apoio para eventos com detentores de bens registrados e parceiros das salvaguardas Contratação de material gráfico (Forró, Sinos, Capoeira) e *coffee break* (Forró e Sinos) para realização de reuniões, encontros e ações educativas com detentores e parceiros das salvaguardas dos seguintes Bens Registrados: Matrizes Tradicionais do Forró, Toque dos Sinos e Ofício de Sineiro, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal) Essa ação se insere em diversas diretrizes e eixos estratégicos previstos para 2023 (SEI 4201707): Diretrizes programáticas 1. Ações realizadas em parcerias e em comunidades de matriz africana, trazendo explicitamente as informações desses grupos sociais; 3. Ações de identificação, reconhecimento, apoio e fomento a Bens Culturais diretamente vinculadas à memória de processos culturais e sociais de exclusão e violência; justiça de transição e igualdade étnico-racial Diretrizes por plano orçamentário – 3.4 – 2. Ações para os Bens Culturais reconhecidos, abarcados pelas políticas de salvaguarda de Bens Imateriais; 4. Ações que promova a ampliação do debate sobre educação patrimonial a partir de eventos (seminários e oficinas, por exemplo).	R$ 11.861,00 empenhado R$ 5.823,00 pago R$ 6.038,00 inscrito em RAP
36° 8547 Iphan-SP	Patrimônio Imaterial – Promoção do Patrimônio Cultural em São Paulo: material de divulgação Contratação de serviços para a produção de material gráfico (fotografia, diagramação e impressão) com o objetivo de divulgar/difundir o Patrimônio Cultural do estado de São Paulo. O projeto engloba vários processos de salvaguarda conduzidos pelo Iphan em São Paulo: Ofício das Baianas de Acarajé, Literatura de Cordel, SATQ do Vale do Ribeira, Jongo no Sudeste e Matrizes do Forró.	R$ 670,00 empenhado R$ 670,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
37° 8549 Iphan-PI	Realização de fóruns regionais para apresentação do Plano de Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Capoeira do Piauí. Serão realizadas quatro reuniões com a participação de capoeiristas, mestres de capoeira, representantes do poder público estadual e municipal e sociedade civil, objetivando apresentar o Plano de Salvaguarda da Capoeira do Piauí elaborado entre os anos de 2021 e 2022 pelos técnicos da Superintendência do Iphan-PI.	R$ 2.648,28 empenhado R$ 2.648,28 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
38° 8552 Iphan-AC	Semana do Patrimônio A Semana do Patrimônio, proposta para ocorrer em Rio Branco no mês de agosto, busca contribuir com ações voltadas à promoção, difusão e preservação do Patrimônio Cultural, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e continuidade, por meio de atividades de educação patrimonial e da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, resgatando, entre outros, a memória e as manifestações artísticas da cultura popular acreana. O evento prevê um ciclo de palestras e apresentações de três dias com o convite e participação de órgãos e entidades colaboradores na promoção da cultura patrimonial. A demanda visa contratar material de apoio, como pastas, canetas, certificados, água, café, e demais material de apoio necessário para realização do evento.	$ 6.558,50 empenhado R$ 6.558,50 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
39° 8554 Iphan-PI	Mapeamento das fábricas artesanais de Cajuína do Piauí. Tendo em vista a elaboração do Plano de Salvaguarda da Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí, serão realizadas visitas técnicas em fábricas artesanais de Cajuína. O objetivo central é aplicar um questionário com os produtores e conhecer pessoalmente a dinâmica de fabricação desse alimento.	R$ 2.077,29 empenhado R$ 2.077,29 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
40° 8556 DPI	Exposição e lançamento de documentários sobre as comunidades detentoras dos Bens Registrados no Rio Negro – ACT DPI/ Museu da Pessoa Como parte da ação de devolutiva das atividades desenvolvidas junto aos detentores dos Bens registrados Cachoeira de Iauaretê e Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, nos meses de julho e setembro de 2022, no âmbito das atividades de formação do projeto Patrimônios Imateriais do Rio Negro, projeto integrante do Acordo de Cooperação Técnica entre o DPI e o Museu da Pessoa, serão realizados dois eventos em São Gabriel da Cachoeira e em Santa Isabel do Rio Negro. Trata-se de um evento de exposição e lançamento de documentário em cada uma das localidades, com duração de três dias cada. A previsão é de os eventos ocorram no primeiro semestre de 2023. Os documentários apresentam conteúdos de entrevistas e rodas de histórias com anciões-detentores dos citados Bens Registrados.	R$ 27.924,96 empenhado R$ 27.924,96 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
41° 8567 Iphan-PI	Realização de fóruns regionais de apresentação do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró. Serão realizadas quatro viagens a diferentes regiões do Piauí, objetivando apresentar o Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, elaborado entre os anos de 2022 e 2023 a partir da cooperação entre o as superintendências do Iphan e o DPI.	R$ 902,70 empenhado R$ 902,70 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
42° 8579 DPI	Diárias e Passagens aéreas para ações de promoção e sustentabilidade em 2023.	R$ 119.224,19 empenhado R$ 119.224,19 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
43° 8584 Iphan-TO	VI Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins Pela dimensão territorial do estado, a pesquisa de mapeamento da Capoeira no Tocantins foi dividida em etapas. Atualmente, ela avança em direção ao norte do Tocantins, levantando dados sobre os mestres de Capoeira, seus grupos, características de suas gerações e pesquisa documental. A VI etapa da pesquisa abrangerá a microrregião do Bico do Papagaio, composta por 25 municípios. Ressalta-se que a ação de identificação é prioridade para o coletivo Comitê Gestor da Capoeira no Tocantins e é a ação estratégica apontada pelos membros. A ação vem sendo desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade Federal do Norte do Tocantins por meio de TED, fomentando o desenvolvimento de pesquisas e a formação de pesquisadores com experiência no campo do patrimônio cultural.	R$ 109.959,53 empenhado R$ 60.895,80 pago R$ 49.063,73 inscrito em RAP
44° 8604 Iphan-ES	Diárias para monitoramento do Patrimônio Cultural no Espírito Santo Planejamento de recursos necessários à garantia do deslocamento dos técnicos do Iphan-ES para acompanhamento e desenvolvimento de ações com parceiros, detentores e institucionais, que visam a manutenção da mobilização e vínculos que vêm sendo estabelecidos já há tempos e que têm por objetivo a salvaguarda dos Bens acautelados pelo instituto no estado.	R$ 2.860,32 empenhado R$ 2.860,32 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
45° 8612 Iphan-ES	II Encontro Estadual para a discussão da Salvaguarda da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira no Espírito Santo Promover o II Encontro com os capoeiristas, Bem Cultural diretamente vinculado à herança de matriz africana, tendo em vista retomar o diálogo interrompido em razão da pandemia da covid-19 e ampliar o debate dos Grupos de Trabalho articulados com a finalidade de construir o Plano de Salvaguarda do Bem Cultural no estado. De modo geral, pretende-se solicitar recursos para a contratação de alimentação *(coffee break)* e documentação da ação (filmagem e captação de som), para expectativa de um público presente de cem pessoas. O recurso de deslocamento dos quinze delegados (cinco de cada região) será assegurado por meio Plano de Ação próprio de solicitação de diárias aos delegados. Processos n° 01409.000434/2022-01 e 01409.000442/2022-40	R$ 9.461,74 empenhado R$ 8.055,49 pago R$ 1.406,25 inscrito em RAP
46° 8619 Iphan-TO	Salvaguarda Karajá – Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá Desde 2019, as superintendências do Iphan nos estados do Tocantins, Goiás e Mato Grosso iniciaram uma atuação conjunta na salvaguarda dos Bens Culturais Karajá. Juntamente com o DPI, os esforços atuais estão centrados na elaboração do Plano de Salvaguarda dos Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá. Para isso, um plano de ação foi elaborado e apresentado pelo Iphan-GO em 2022, prevendo uma reunião ampliada na cidade de São Félix do Araguaia, reunindo representantes das aldeias Karajá. O plano de ação aqui apresentado é uma complementação do anterior e consiste em apoio logístico para o deslocamento dos indígenas das aldeias até as cidades polo mais próximas. Esses deslocamentos serão feitos por via fluvial (rio Araguaia) e terrestre.	R$ 18.343,08 empenhado R$ 16.089,18 pago R$ 2.253,90 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
47° 8624 Iphan-PB	Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro da Paraíba Esse plano está direcionado à primeira etapa do Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro da Paraíba, ação fundamental para continuação dos trabalhos de mobilização, elaboração e conclusão dos Planos de Salvaguarda no ano de 2023. A referida ação também dará início à identificação e ao georreferenciamento atualizado dos detentores, mestres, grupos e espaços do Patrimônio Imaterial Brasileiro da Paraíba, contribuindo para a proteção e gestão dos Bens Registrados e em processo de Registro no âmbito dos processos de Licenciamento Ambiental. O presente plano contempla os Bens Registrados: Ofício de Mestre de Capoeira, Roda de Capoeira, Literatura de Cordel, Feira Central de Campina Grande, Matrizes Tradicionais do Forró, Repente, Cirandas do Nordeste, TBPN (Babau da Paraíba), Cavalo Marinho, Ofício das Baianas de Acarajé e os Bens em processo de Registro ou mobilização pelo Registro: Coco de Roda, Festa do Rosário de Pombal/PB, Saberes das Parteiras Tradicionais do Brasil, Circo de Tradição Familiar, Ofício do Vaqueiro, Jurema Sagrada e Modo de Fazer Cachaça. A ação objeto desse plano será executada em três etapas: 1. Inicialmente, o levantamento documental acerca no acervo impresso e digital do Iphan-PB e no levantamento de campo junto a municípios-polo e outros de referência para o Patrimônio Imaterial Brasileiro da Paraíba das "regionais" culturais do estado, João Pessoa e litoral, Campina Grande e entorno, Brejo, Curimataú, Cariri, Seridó/Sertão e Alto Sertão, acerca da presença de referências culturais imateriais; 2. Em seguida, sistematizar essas informações em um modelo adaptável a um mapa interativo, digital e virtual da Paraíba que permita uma interface com o banco de dados nacional do "novo INRC". Trata-se, portanto, da contratação de serviços especializados, ou seja, de natureza não comum, de empresa ou profissionais e detentores com experiência no campo da identificação e salvaguarda de Bens Culturais.	R$ 282.400,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 282.400,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
48° 8645 Iphan-TO	Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira – Tocantins: Construção do Plano de Salvaguarda. Seguindo a agenda de trabalhos da Superintendência do Iphan no Tocantins, a salvaguarda da Capoeira para o ano de 2023 terá como prioridade a finalização do Plano de Salvaguarda. Em 2019, foi iniciado o circuito de encontros com os detentores, nas regiões do estado, visando uma construção participativa do plano. Em cada encontro, os participantes, divididos em grupos, apresentavam e discutiam potenciais ações de salvaguarda, suas justificativas, prioridades, além de identificação de parceiros para o desenvolvimento. Foram realizados dois encontros, um em Palmas (região Centro) e outro na cidade de Gurupi (Centro-Sul). Na continuidade desse trabalho, serão realizados encontros regionais nos municípios de Arraias e Araguaína, reunindo cerca de quarenta capoeiristas das regiões sudeste e norte do estado, para, a partir disso, compilar os resultados dos encontros, prosseguindo com a elaboração e apresentação do Plano de Salvaguarda. Também fazem parte desse plano de ação as reuniões do coletivo Comitê Gestor para Salvaguarda da Capoeira no Tocantins, em formato presencial, no município de Palmas. Estão previstas quatro reuniões durante o ano de 2023, de forma a subsidiar o processo de elaboração do Plano de Salvaguarda e discutir demais pautas pertinentes à Capoeira no estado.	R$ 8.066,28 empenhado R$ 8.066,28 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
49° 8654 Iphan-ES	Reunião de Mobilização sobre a Devolutiva do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró Busca-se desenvolver uma reunião Presencial de mobilização dos detentores do Forró para apresentar e discutir os objetivos e ações de salvaguarda previstas no Plano de Salvaguarda Nacional do Forró. Espera-se que, no segundo semestre, já seja materializado o documento formal do Bem Cultural em todo o país, dado que está sendo confeccionado em cada uma das Superintendências estaduais brasileiras. Até o presente momento, em nosso estado, temos cinco reuniões de mobilização realizadas. Destas, uma foi presencial (em Itaúnas), uma em formato híbrido (sendo sediada no Iphan-ES) e outras três em formato virtual. Foram desenvolvidos dez setores temáticos e aventados objetivos para atender as demandas e diagnósticos de cada setor. A Reunião de Mobilização pretendida para o ano de 2023 consiste em uma etapa prévia de alinhamento quanto ao estabelecimento de prioridades na salvaguarda do Bem Cultural e prováveis encaminhamentos quanto à pesquisa de mapeamento dos detentores no estado. Serão necessários apenas recursos de alimentação e documentação (filmagem e som). Processo n° 01409.000450/2022-96	R$ 813,00 empenhado R$ 813,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
50° 8655 Iphan-ES	Oficina de Saberes com o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras A proposta da Oficina de Saberes com Ofício das Paneleiras de Goiabeiras foi acentuada em 2020 pelas detentoras e reiterada pela Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade dos Bens Registrados, própria para tratar do Bem Cultural. A princípio, pretende-se remunerar os detentores pelo trabalho dispensado na atividade e despesas com materiais empregados, alimentação, filmagem e banner. Pretende-se: a) Sensibilizar os participantes quanto à importância do Ofício e a sustentabilidade ambiental em âmbito local; b) Promover transmissão intergeracional, sobretudo, o público mais jovem do bairro (com expectativa de 45 pessoas) quanto à importância do Bem Cultural; c) Reconhecer os detentores como agentes produtores de saberes essenciais à continuidade do Bem Cultural; bem como d) Socializar, discutir e ampliar a divulgação da produção filmográfica da série fílmica Griôs de Goiabeiras – É da mão de quem?, ganhadora do Festival de Cinema de Santa Teresa/ES em 2022. Processo n° 01409.000444/2022-39	R$ 8.222,50 empenhado R$ 2.576,50 pago R$ 5.646,00 inscrito em RAP
51° 8658 Iphan-ES	Publicação do Folheto Mulheres de Ginga – Roda de Capoeira e Ofício de Mestres de Capoeira Busca-se promover a impressão de mil exemplares do folheto Mulheres de Ginga, material produzido pelo Grupo de Trabalho A Mulher na Capoeira. O GT criado no I Encontro Estadual de discussão da Salvaguarda obteve recursos do Edital Funcultura da Secult/ES para a organização da publicação, porém não obteve apoio em relação à impressão. Espera-se, portanto, apoiar o Coletivo Zacimba Gaba na impressão desse material que permite a difusão do Bem Cultural e enfatiza o protagonismo feminino nas rodas de capoeira do estado. Além disso, o apoio ao projeto visa validar o grande esforço de identificação realizado no sentido do mapeamento dos grupos em atuação no estado, produto indireto alcançado por meio da mobilização com relação à atuação feminina na capoeira no estado. Processo n° 01409.000443/2022-94	R$ 11.500,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 11.500,00 inscrito em RAP
52° 8659 Iphan-ES	Ação de apoio para a reconstrução do Ponto de Memória do Jongo de Santa Bárbara A ação visa apoiar o Grupo de Jongo de Santa Bárbara, localizado na Comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, na reconstrução do Ponto de Memória local, dado que foi atingido por um incêndio supostamente decorrente de práticas de intolerância étnico-religiosa. Visa-se apoiar a realização de ação durante a qual o grupo possa arrecadar fundos para custeio da mão de obra necessária para recuperação do espaço referencial ao grupo, uma vez que, por meio de outras ações, conseguiram arrecadar os materiais de construção necessários. Processo n° 01409.000452/2022-85	R$ 2.750,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 2.750,00 inscrito em RAP
53° 8660 Iphan-ES	Ação educativa no Caxambu de Pedra Branca, em Vargem Alta – Jongo no Sudeste Pretende-se realizar uma atividade educativa na Comunidade Quilombola de Pedra Branca com o objetivo de apresentar os procedimentos realizados para o cadastro do Sítio Arqueológico da Comunidade, o qual contempla um muro de pedras empilhadas, alambiques, cemitérios, caminhos de escravizados e duas fazendas senhoriais. Além disso, pretende-se promover um diálogo com a Associação de Moradores da Comunidade Quilombola no intuito de explicar o reconhecimento do Jongo como Patrimônio Cultural Brasileiro e, com isso, reduzir a discriminação étnico-cultural enfrentada pelo grupo de caxambu na localidade. Trata-se apenas de apoio em termos de alimentação e confecção de banner para identificação durante a ação. Processo n° 01409.000451/2022-31	R$ 2.200,00 empenhado R$ 2.090,00 pago R$ 110,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
54° 8662 Iphan-SP	Evento: Balaio do Patrimônio Cultural do Vale do Ribeira/SP. Promover a discussão entre gestores do patrimônio, sociedade civil e universidades relacionados à identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural no Vale do Ribeira/SP.	R$ 59.889,00 empenhado R$ 39.889,00 pago R$ 20.000,00 inscrito em RAP
55° 8669 Iphan-RJ	Segundo REAJUSTE ao contrato N° 04/2020 – Reforma da cobertura e recuperação do sistema de drenagem das águas pluviais do Museu do Samba, situado à R. Visc. de Niterói, 1296 – Mangueira, Rio de Janeiro/RJ 01500.004681/2019-25 = 2° REAJUSTE ao contrato N° 04/2020 – Reforma da cobertura e recuperação do sistema de drenagem das águas pluviais do Museu do Samba, situado à R. Visc. de Niterói, 1296 – Mangueira, Rio de Janeiro/RJ	R$ 56.790,22 empenhado R$ 56.790,22 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
56° 8722 Iphan-MA	Diárias para ações de identificação, registro, promoção e sustentabilidade do Patrimônio Cultural Registrado pelo Iphan no Maranhão Planejamento de recursos necessários à garantia do deslocamento dos técnicos do Iphan-MA para o acompanhamento e desenvolvimento de ações com parceiros, detentores e instituições, que visem a manutenção da mobilização e vínculos que vêm sendo estabelecidos e que objetivam a salvaguarda dos Bens Registrados pelo Iphan no estado do Maranhão.	R$ 6.168,07 empenhado R$ 6.168,07 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
57° 8725 Iphan-MA	Publicação de livro das Matanças do Bumba-meu-boi nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, do Pindaré e do Litoral Ocidental Maranhense A ação corresponde à segunda etapa do projeto Matanças do Bumba-meu-boi nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense, sendo realizados os trabalhos de edição, impressão e publicação de um livro sobre essa ação de Salvaguarda emergencial do ritual de terminação do Bumba-meu-boi, cuja tradição cultural se encontra ameaçada, atualmente, de desaparecimento nos municípios das regiões mencionadas. Com base na pesquisa realizada na primeira etapa do projeto, com os depoimentos de donos de Bumba-meu-boi e dos chamados patrões que conduzem o ritual, além dos Registros audiovisuais das matanças realizadas, serão executados, agora na segunda etapa, os trabalhos de sistematização e transcrição para elaboração do texto do livro. Ainda serão encaminhados os trabalhos de diagramação, editoração, impressão final e sua divulgação para os detentores e detentoras dos grupos de Bumba boi participantes e para toda a comunidade em geral. O livro se constitui como um dos produtos dessa ação de salvaguarda emergencial, reunindo dados sobre aspectos das matanças, com o objetivo de que os detentores e comunidade em geral possam ter conhecimento desse ritual e seja valorizado no âmbito das políticas de salvaguarda locais. Essa publicação também se constitui como um documento importante para chamar atenção da comunidade em geral e do poder público, da tradição das matanças de bumba boi, cuja ocorrência vem sendo drasticamente reduzida nos últimos anos e que encontra sérias dificuldades para a sua realização nos dias atuais. Almejamos que o livro alcance os detentores desse Bem Cultural e junto ao documentário proposto na primeira etapa desse projeto constitua um rico e amplo documento sobre esse aspecto relevante do ciclo do Bumba meu boi maranhense.	R$ 56.300,00 empenhado R$ 4.500,00 pago R$ 51.800,00 inscrito em RAP
58° 8727 Iphan-MA	Mapeamento do Tambor de Crioula do Maranhão O Tambor de Crioula do Maranhão foi registrado em 2007 como Patrimônio Cultural Brasileiro. Desde o Registro, o Iphan atua com o Bem Cultural promovendo ações descritas no Plano de Salvaguarda elaborado com a participação dos detentores. Dentre as ações previstas, consta a identificação do Tambor de Crioula e de seus aspectos culturais nos municípios do interior do Maranhão. A identificação consistirá na realização de pesquisa etnográfica e de mapeamento nos municípios maranhenses com o objetivo de localizar os grupos, descrever as variadas formas de praticar o Tambor de Crioula e identificar aspectos culturais. O trabalho exigirá a produção de registros audiovisuais e fotográficos e da confecção de mapas. Objetiva gerar o seguinte produto: relatório de pesquisa, banco de dados virtual; entrevistas; vídeos; fotografias sobre os aspectos culturais dos grupos de Tambor de Crioula; e mapas de localização nos municípios do interior do Maranhão.	R$ 150.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 150.000,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
59° 8729 Iphan-MA	Oficinas de Bordados e Indumentárias de Bumba-meu-boi O Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão reúne uma variedade de expressões artísticas, dentre as quais se destaca o artesanato com a confecção de indumentárias da capoeira do boi e dos instrumentos musicais. Em visitas aos grupos de regiões de ocorrência do Bumba meu boi, estabelecidos em municípios do interior do Maranhão, realizadas em 2014 e 2019, verificou-se grande carência de recursos para a obtenção de materiais destinados à confecção das roupas dos brincantes, o que configura uma grave ameaça à continuidade desses grupos. Com o objetivo de suprir essa carência, foi programado para o ano de 2022 a realização de oficinas de bordado e confecção de indumentárias com a distribuição de kits de materiais (veludo, cetim, fitas e penas) para grupos que vêm apresentando vulnerabilidade no tocante à produção de suas indumentárias, a exemplo dos Bois de Orquestra da Região do Munim; dos Bois do sotaque da Baixada das regiões de Viana e Pindaré; dos Bois de Costa de mão da Região de Cururupu; e dos Bois de Zabumba das regiões de Guimarães e Caxias. Com carga horária de vinte horas e emissão e certificados, as oficinas têm o objetivo de incentivar os detentores no aprendizado do ofício de bordador de Bumba-meu-boi e do modo de fazer as indumentárias, possibilitando a transmissão do modo de fazer o artesanato de tradição cultural do Bumba meu boi. A ação prevê, ainda, o registro das distintas técnicas de bordado dos Bois das regiões contempladas com as oficinas.	R$ 269.979,00 empenhado R$ 44.996,59 pago R$ 224.982,41 inscrito em RAP
60° 8730 Iphan-MA	Concurso de Toadas de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim O Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil em 2011, ano em que foram iniciadas as primeiras ações de salvaguarda do Bem Cultural. Em levantamento de demandas de salvaguarda, realizado em municípios da região do Munim, no ano de 2014, foi identificada vulnerabilidade na manutenção dos grupos da região em virtude de fatores diversos, dentre os quais a carência de cantadores de toadas características dos Bois desse sotaque na sua região de origem. A isso se agrega a concorrência com Bois do mesmo sotaque sediados em São Luís, o que vem desestimulando os grupos do Munim a manterem os grupos de Bumba meu boi. Com essa ação, pretende-se fomentar o surgimento de novos compositores e cantadores, dando visibilidade às suas composições. O festival será realizado com a inscrição dos participantes, seguida do evento no qual as toadas serão mostradas ao público. Pretende-se que o festival seja realizado no município de Rosário, onde surgiu o primeiro Boi de Orquestra, com o apoio dos gestores públicos dos municípios da região. Haverá premiação dos vencedores do concurso para os cinco primeiros colocados e menção honrosa, com distribuição de certificados de participação a todos os concorrentes. Uma Comissão Julgadora composta por músicos de notório saber será responsável pela classificação dos participantes vencedores.	R$ 80.999,36 empenhado R$ 0,00 pago R$ 80.999,36 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
61° 8797 DPI	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar apresentação de forró tradicional durante a Cerimônia de posse do Presidente do Iphan e da Diretoria Colegiada Demanda solicitada pela Assessoria de Comunicação do Iphan, conforme documento SEI n° 4139563, o qual solicita apoio para a contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar apresentação de forró tradicional durante a Cerimônia de posse do Presidente do Iphan e da Diretoria Colegiada em evento a ser realizado em 31 de janeiro de 2023, a partir das 19h, no Palácio do Itamaraty, Sala Brasília, localizada na Zona Cívico-Administrativa BL H – Brasília, DF, 70170-900. A escolha pela forma de expressão em questão é uma forma de valorização dos detentores de Bens Imateriais. As matrizes tradicionais do forró foram registradas como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Iphan em 2021, apresentando abrangência nacional e forte atuação no Distrito Federal. Cabe dizer que a cerimônia posse também será transmitida pelo canal oficial do Iphan no YouTube, o que auxilia na promoção e difusão do Patrimônio Cultural em todo o âmbito nacional. Além disso, o momento celebra o retorno do Iphan ao Ministério da Cultura, sendo coerente a valorização de detentores de bens registrados por meio de contratação em eventos institucionais. As especificações técnicas estão disponíveis no Projeto Básico (documento SEI n° 4140048).	R$ 3.000,00 empenhado R$ 3.000,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
62° 8813 Iphan-CE	Solicitação para reajuste do contrato N° 003/2021 – Contratação de pessoa jurídica capacitada para execução da atividade do Mapeamento da Capoeira no Ceará (Etapa 1) Solicitação para reajuste do contrato N° 003/2021 – Contratação de pessoa jurídica capacitada para execução da atividade do Mapeamento da Capoeira no Ceará (Etapa 1)	R$ 3.760,61 empenhado R$ 3.760,61 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
63° 8878 Iphan-MA	Apoio ao Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba e Concurso de Toadas de Bumba-meu-boi do Sotaque da Baixada e de Costa de mão A ação propõe o apoio a dois eventos de Bumba-meu-boi realizados em São Luís no mês de julho: o XXVIII Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba e o III Concurso de Toadas de Bumba-meu-boi dos Sotaque da Baixada e Costa de mão. Os eventos se constituem em ações de salvaguarda promovidas pelos próprios detentores por meio das entidades Clube Cultural de Bumba meu Boi de Zabumba e Central de Bumba meu boi dos Sotaques da Baixada e de Costa de Mão. O festival reúne há mais de duas décadas os grupos de Bois de Zabumba, no segundo sábado do mês de julho, com o objetivo de promover e divulgar os Bois desse sotaque; e o Concurso de Toadas, realizado há dois anos, vem revelando novos cantadores dos Bois da Baixada. O Iphan, como órgão responsável pela patrimonialização do Bumba meu boi, tem a missão de promover ações de preservação do Bem Cultural Registrado. Considerando a iniciativa dos detentores em realizar eventos de salvaguarda e a importância de fortalecer tais iniciativas, o apoio aos eventos Festival e Concurso favorece o diálogo do Iphan com as entidades de detentores e promove a valorização do Bem Cultural.	R$ 38.700,00 empenhado R$ 27.200,00 pago R$ 11.500,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
64° 8879 Iphan-MA	Oficina de Escavação de Tambor Em conformidade com o Plano de Salvaguarda do Tambor de Crioula, elaborado pelo Comitê Gestor da Salvaguarda do Tambor de Crioula e lançado em 2014, a realização de oficinas de escavação de tambores de madeira foi diagnosticada como uma ação de salvaguarda premente em virtude da substituição da tradicional parelha de madeira pela parelha confeccionada com canos de policloreto de vinil, mais conhecido pela sigla PVC. Os detentores asseguram que os conhecimentos associados ao modo de fazer artesanal da parelha estão desaparecendo e há necessidade de que as técnicas sejam repassadas, notadamente, porque o saber do artesão vai além do talhe da madeira, guardando relação com a natureza e com a leitura dos astros quando da retirada da madeira para a confecção da parelha. A demanda remete ao início do processo de patrimonialização com a pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais do Tambor de Crioula, realizado entre 2004 e 2007, e tem sido reivindicada pelos detentores em reuniões do Comitê Gestor. Na ação, está prevista a documentação "com recursos audiovisuais que possibilitem o repasse dos conhecimentos relativos a essa prática artesanal", conforme define o Plano de Salvaguarda. A oficina terá quinze vagas destinadas a membros de comunidades onde a prática do Tambor de Crioula é exercida.	R$ 40.900,00 empenhado R$ 40.900,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
65° 8881 Iphan-MA	I Feira Poética do Cordel e do Repente no Maranhão A partir da realização do II Seminário para a Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente no Maranhão, em dezembro de 2022, os detentores e detentoras solicitaram a realização de feiras próprias para a divulgação do Cordel e do Repente, venda de livros e produtos associados e para suas apresentações, de modo a promover suas produções junto à comunidade em geral e, ao mesmo tempo, difundir o conhecimento sobre essas artes. Ressaltaram também a importância de fortalecer as bases de produção e trajetória histórica desses Bens por meio da valorização e circulação de suas artes em espaços, como as feiras, de acesso amplo ao público em geral. A realização da I Feira Poética do Cordel e do Repente no Maranhão, com previsão para ocorrer durante um dia, em espaço público, em São Luís/MA, objetiva, principalmente, ampliar a divulgação desses Bens no Maranhão, promovendo seus detentores e detentoras com a realização de recitais de poesias e cantorias de viola, saraus, apresentações, exposições e venda de cordéis e livros. A criação da feira busca dar início à constituição de um espaço próprio para as atividades relacionadas à promoção do Cordel e Repente, visto que a existência de locais específicos para a divulgação dessas artes ainda é escassa ou mesmo inexistente no contexto maranhense, o que deixa seus detentores limitados e inclusos em programações genéricas, como feiras de livros. Será também uma oportunidade para tornar a feira um evento anual e constante no calendário de atividades desses Bens no estado. De modo a promover o Cordel e Repente com essa ação, convidaremos o corpo discente, professores e gestores de três escolas localizadas no Centro Histórico de São Luís, para participação nas atividades programadas e visitas aos stands de divulgação e comercialização das produções dos cordelistas e repentistas.	R$ 38.300,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 38.300,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
66° 8884 Iphan-MT	Visita técnica de mobilização de grupos de capoeiras nos municípios-polos de Mato Grosso Diárias para o servidor de patrimônio imaterial realizar visitas de mobilização dos capoeiristas de alguns municípios-polos de Mato Grosso, nos meses de maio e junho de 2023, com o objetivo de divulgar e mobilizá-los sobre a importância do Mapeamento da Capoeira do estado. Os formulários online destinados à produção de informação sobre o Bem Cultural foram disponibilizados nas redes sociais e grupos de WhatsApp em setembro de 2022. A pesquisa é executada pelo Iphan-MT, Fórum de Capoeira de Mato Grosso, Federação Mato-grossense de Capoeira em parceria a Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer (Secel/MT), por meio do Observatório da Cultura. Em fevereiro de 2023, o Grupo de Trabalho formado por integrantes das entidades e instituições públicas envolvidas na execução do Mapeamento se reuniu e traçou algumas estratégias; uma delas é a permanência dos formulários online durante o primeiro semestre e, paralelamente, a realização de visitas aos locais de rodas de capoeira e grupos de Cuiabá e região metropolitana e a alguns municípios-polos, com o objetivo de mobilizar os detentores a participarem da pesquisa. Pelo fato de os capoeiristas só terem disponibilidade para se reunirem no turno noturno, é imprescindível que o técnico pernoite no município.	R$ 1.027,50 empenhado R$ 1.027,50 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
67° 8887 Iphan-SP	Despesas com diárias e passagens Recursos destinados a custear diárias e passagens dos técnicos do Iphan e colaboradores externos em ações de monitoramento dos processos de salvaguarda no estado de São Paulo (exercício 2023).	R$ 12.112,19 empenhado R$ 8.762,74 pago R$ 3.349,45 inscrito em RAP
68° 8903 Iphan-SP	Apoio ao segundo fórum estadual de salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró – São Paulo Existe a expectativa, por parte dos detentores, de realização do II Fórum de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no estado de São Paulo. Nessa ocasião, será apresentado e discutido o Plano de Salvaguarda, finalizado em 2023. Para que o evento aconteça, os detentores precisam do apoio do Iphan com despesas relacionadas ao deslocamento de convidados, transmissão ao vivo e registro do evento.	R$ 23.578,96 empenhado R$ 22.755,96 pago R$ 823,00 inscrito em RAP
69° 8905 Iphan-SP	Capacitação de detentores para a elaboração e gestão de projetos culturais Trata-se de uma demanda generalizada dos detentores de vários Bens Culturais no estado de São Paulo, que desejam conhecer metodologias para elaborar e gerir os projetos culturais passíveis de captação de recursos junto aos editais de fomento. O curso será composto por oficinas pontuais, com duração variável e temas que serão definidos a partir das demandas trazidas pelos próprios participantes. Pretende-se também que o curso seja transmitido online.	R$ 19.300,00 empenhado R$ 19.300,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
70° 8907 DPI	Curso Formação Básica em Facilitação de Processos Participativos (ENAP) – Passagens e diárias para técnicos das Superintendências que trabalham com Patrimônio Imaterial. Recursos de diárias e passagens para viabilizar a participação dos técnicos das Superintendências que trabalham com Patrimônio Imaterial no curso de Formação Básica em Facilitação de Processos Participativos, oferecido pela ENAP, já contratado e pago pelo Iphan em 2022.	R$ 113.798,55 empenhado R$ 113.798,55 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
71° 8969 Iphan-RJ	Contratação de PJ para organização de ciclo de oficinas visando a trocas de saberes do Ofício das Baianas de Acarajé Ao longo das reuniões para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé no Rio de Janeiro (previsto para ser finalizado no início de 2023), as detentoras demonstraram que uma das fragilidades do ofício era a sua descaracterização por fatores tais como a não utilização da indumentária tradicional para sua realização, gerando intensa preocupação entre as Baianas. Com essa ação (prevista no Plano de Salvaguarda em elaboração), espera-se valorizar os aspectos ritualizados do Acarajé, para além de seu significado como produto mercadológico. Nesse sentido, a ação prevê a contratação de PJ de organização de eventos para execução de três oficinas temáticas no município do Rio de Janeiro, visando a transmissão de saberes e diálogos intergeracionais, realizando atividades de educação patrimonial destinadas a difundir os saberes relativos à dimensão ritualizada do Ofício das Baianas de Acarajé (enfatizada no Dossiê de Registro deste Bem Cultural) vinculada à preparação do alimento, do tabuleiro e ao uso das indumentárias tradicionais. Dentro desse ciclo de Oficinas também haverá um momento reservado para a troca de saberes sobre a preparação do Acarajé, com o seu preparo prático. Ao final de uma dessas oficinas, espera-se a realização da missa em celebração ao Dia Nacional das Baianas de Acarajé, de modo a difundir os aspectos ritualizados do ofício. A ação prevê também um serviço de Buffet e a produção de material gráfico de difusão sobre o Bem Cultural (banner e cardápio), que será distribuído às detentoras que participarem das oficinas.	R$ 66.320,00 empenhado R$ 26.528,00 pago R$ 39.792,00 inscrito em RAP
72° 8971 Iphan-RJ	Diárias e passagens para a realização de ciclo de reuniões com detentores da Festa do Divino de Paraty, visando a Revalidação do Título de Bem Cultural e a elaboração do Plano de Salvaguarda. A Festa do Divino Espírito Santo de Paraty-RJ foi inscrita no livro de Registro das Celebrações em 2013. Assim, conforme os termos da Resolução n° 5, de 12 de julho de 2019, em 2023, passados dez anos do Registro do Bem, será aberto o processo de Revalidação do Bem Cultural, cabendo à Superintendência a elaboração do Parecer de Reavaliação, que deverá diagnosticar os processos de produção, reprodução e transmissão da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, vislumbrando eventuais transformações e apontando os avanços e desafios para sua Salvaguarda. Aproveitando o diagnóstico resultante, após a escrita do parecer será elaborado, em diálogo com os detentores, o Plano de Salvaguarda do Bem Cultural, de modo a melhor planejar os objetivos a serem alcançados no processo de Salvaguarda. Tendo em vista o princípio de participação social, para a Revalidação do Título e a elaboração do Plano de Salvaguarda, será necessária a ida de técnicos ao município de ocorrência do Bem, visando a realização de ciclo de reuniões e entrevistas para a escuta sistematizada dos detentores/as.	R$ 4.024,99 empenhado R$ 4.024,99 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
73° 8973 Iphan-RJ	Contratação de PJ para execução de oficinas sobre Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, com foco no Jongo no Sudeste. As preocupações apresentadas pelos detentores ao longo das reuniões de elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste, no Rio de Janeiro (com previsão de finalização no início de 2023), apontaram para a necessidade de encontros mais frequentes, visando o fortalecimento dos vínculos entre as comunidades jongueiras e a sensibilização dos poderes públicos municipais para a salvaguarda compartilhada do Jongo. Desse modo, formulou-se uma ação de salvaguarda (considerada prioritária pelos detentores) a ser realizada de maneira periódica, que consiste na realização de visitas de jongueiras/os e técnicos a cada uma das comunidades jongueiras participantes da salvaguarda no estado, com caráter de articulação e apoio a demandas locais, com prioridade para os grupos em situação de maior fragilidade. Vale salientar que nos últimos anos esse tipo de ação precisou ser descontinuada tendo em vista a pandemia da covid-19, de modo que tal demanda, a qual depende de encontros presenciais (tendo em vista as dificuldades de acesso aos meios virtuais por parte de vários dos detentores), não foi atendida até o momento. Como primeira etapa dessa ação, prevemos a realização de oficinas sobre a salvaguarda do Jongo no Sudeste, a serem realizadas nos territórios de três comunidades jongueiras (a serem selecionadas conforme o critério de maior vulnerabilidade ou desafios a serem enfrentados), com participação de gestores/as e detentores/as dos grupos participantes da Salvaguarda, visando o fortalecimento de vínculos entre as comunidades e a articulação institucional para viabilizar apoios voltados ao enfrentamento de dificuldades específicas a cada grupo jongueiro. A ação está sendo inserida nesse momento porque foi fruto do amadurecimento do diálogo com detentores/as ao longo do ano de 2022. A ação prevê contratação de empresa organizadora de eventos, buffet, alimentação e transporte para os detentores, bem como diárias e passagens para a participação dos técnicos.	R$ 72.986,46 empenhado R$ 0,00 pago R$ 72.986,46 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
74° 8979 Iphan-RJ	Contratação de consultoria para mapeamento das Matrizes Tradicionais do Forró no Rio de Janeiro (etapa 1). : O Dossiê de Registro das Matrizes Tradicionais do Forró se baseou principalmente em pesquisas de campo realizadas nos estados da região Nordeste do Brasil. No que se refere ao Rio de Janeiro, traz informações detalhadas do ponto de vista histórico. Não ocorreu, porém, pesquisa de campo no estado, tendo em vista o contexto de pandemia da covid-19. As reuniões para a elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, no Rio de Janeiro, evidenciaram a demanda, por parte dos detentores, da elaboração de um mapeamento que produza uma sistematização de informações sobre os grupos, lugares importantes e necessidades dos detentores/as em cada região do estado. A ação visa, portanto, obter informações sobre a distribuição do Bem Cultural no estado, principais referências e características, constituindo também um diagnóstico do cenário vivenciado atualmente pelos detentores. A pesquisa deve recorrer ao uso de diferentes técnicas adequadas ao alcance do objetivo e que promovam a participação ativa dos detentores. Além disso, prevê a realização de uma reunião local com detentores/as em cada uma das quatro regiões abrangida por essa etapa do mapeamento. Trata-se de ação prioritária da salvaguarda, a fim de que se tenha uma visão panorâmica da realidade dessa prática cultural no estado. Contribuirá também para o planejamento da salvaguarda e mobilização dos detentores, bem como para a articulação com instituições parceiras nos diversos municípios do estado, resultando na maior representatividade do coletivo da Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no Rio de Janeiro, que poderá ter representantes de cada região, promovendo uma Salvaguarda descentralizada e mais democrática. A ação está sendo inserida nesse momento, porque foi fruto do amadurecimento do diálogo com detentores/as ao longo de 2022, consistindo na ação prioritária formulada para o Plano de Salvaguarda do Bem Cultural.	R$ 199.934,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 199.934,00 inscrito em RAP
75° 8980 Iphan-RJ	Participação de cordelistas na Feira Literária Internacional de Paraty – Flip, com fornecimento de diárias e passagens para detentores e técnicos durante os cinco dias de realização da Feira. Em 2019, foi realizada ação de Salvaguarda da Literatura de Cordel na Feira Literária Internacional de Paraty – Flip, utilizando o espaço do Escritório Técnico da Costa Verde para exposição e divulgação de cordéis, declamações e rodas de conversa sobre o Bem Cultural. Na ocasião, a ação de salvaguarda foi considerada um sucesso pelos detentores ao permitir que, pela primeira vez, a Literatura de Cordel tivesse um espaço de quatro destaque na Flip. Nos anos posteriores, porém, a ação precisou ser descontinuada devido ao contexto pandêmico da covid-19, tendo sido retomada apenas em 2022 (a ocorrer em novembro). Assim, considerando a importância da participação de cordelistas na Flip, a ação visa viabilizar a presença de até oito detentores e dois técnicos nos cinco dias de duração do evento. A ação justifica-se por promover a difusão e valorização da Literatura de Cordel em um evento literário dessa relevância, algo que vem sendo conquistado a partir de sua titulação como Patrimônio Cultural Brasileiro. O evento consistirá em exposição e divulgação de cordéis, declamações e rodas de conversa sobre o Bem Cultural.	R$ 11.925,56 empenhado R$ 11.925,56 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
76° 9017 Iphan-BA	Literatura de Cordel Contratação de pessoa jurídica para realização de encontro para a construção do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel e Primeiro Festival da Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia. A construção do Plano Nacional de Salvaguarda da Literatura de Cordel faz parte do planejamento anual para 2023 da CGPS/DPI, devendo ser realizadas reuniões em cada estado para elaboração participativa do plano. A realização de um festival de cordelistas junto a esse processo foi uma demanda da comunidade detentora e faz parte das diretrizes do PNPI (eixos "difusão e valorização" e "produção e reprodução cultural") Processo 01502.001542/2022-25	R$ 120.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 120.000,00 inscrito em RAP
77° 9034 Iphan-BA	Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado Contratação de pessoa jurídica para realização de encontros para construção do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado. Objetivo geral: Mobilização das comunidades detentoras responsáveis pela produção e reprodução cultural do Bembé do Mercado para realizar encontros de discussão e formulação do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado. Justificativa: O Bembé do Mercado de Santo Amaro, na Bahia, é um bem registrado pelo Iphan, reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro. A celebração é realizada anualmente no dia 13 de maio, nela, imbricam-se as dimensões religiosas, políticas, culturais e sociais, extremamente importantes para o povo de santo e os Santo-amarenses em geral. Após o registro no Livro de Registro das Celebrações, em 13 de junho de 2019, a proposta é realizar o Plano de Ação de Salvaguarda do Bembé do Mercado, segundo as categorias de Registro dispostas no Decreto 3551/2000, de forma a ampliar o conhecimento produzido para o Registro e seus desdobramentos de garantias de salvaguarda. A salvaguarda dos Bens Imateriais Registrados é de suma importância para o desenvolvimento e continuidade das expressões populares tradicionais, fortalecendo a prática autônoma e a participação dos detentores de Bens na definição dos caminhos que, de fato, consolidam a ação e, consequentemente, levam à continuidade histórica dessas expressões culturais. Para alcançar o objetivo de ampla representatividade, o Iphan busca promover o estabelecimento de ações coletivas, com caráter deliberativo, para garantir que o planejamento e a elaboração das ações sejam realizados de forma democrática, dialógica e consensual entre os detentores dos Bens Registrados e outros órgãos e instituições parceiras. Processo 01502.000277/2023-49	R$ 37.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 37.000,00 inscrito em RAP
78° 9036 Iphan-BA	Diárias para acompanhamento e apoio técnico de reuniões e oficinas do projeto Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar (Promoção e sustentabilidade Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres) O projeto de manejo e reflorestamento de matérias-primas da capoeira Biriba é pau, é madeira, biriba é para plantar está em curso e tem previsão de término em outubro de 2023. O projeto é uma parceria com a UFBA, via TED, e conta com apoio do ICMBio. O Iphan, além de órgão proponente da ação, tem atuado com grande parte do apoio técnico e logístico para realização das oficinas, reuniões e atividades de monitoramento do TED, sendo de fundamental importância a presença dos técnicos nas atividades. Essa é, portanto, uma ação de prioridade alta para o setor de Patrimônio Imaterial do Iphan-BA. Processo 01502.001068/2021-51 Diárias para acompanhamento e apoio técnico das reuniões e oficinas do projeto Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar	R$ 3.403,26 empenhado R$ 3.403,26 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
79° 9081 Iphan-AC	Salvaguarda da Capoeira no Acre: Documentário sobre a Capoeira no Acre A continuidade do processo de salvaguarda da capoeira no Acre pretende realizar a produção de um documentário sobre esse Bem, aproveitando os materiais coletados para o Acervo da Capoeira e os dados levantados pela pesquisa e mapeamento da capoeira no Acre, bem como a gravação de novas cenas e entrevistas. Trata-se de uma ação que pretende dar continuidade às ações realizadas nos anos de 2021 (tratamento de imagens e vídeos históricos da Capoeira no Acre e cursos de formação para detentores) e 2020 (pesquisa histórica e etnográfica da capoeira no Acre e formação de acervo documental, fotográfico e audiovisual da capoeira no Acre). Assim, a ação tem o objetivo de contribuir para a promoção, valorização e difusão do Bem Cultural, garantindo a continuidade do processo de salvaguarda deste no estado	R$ 35.500,00 empenhado R$ 35.500,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
80° 9094 DECOF(Até 2023)	Evento de lançamento do Edital de Projetos de Educação, com contratação de serviço de apresentação de Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (Mamulengo) e serviço de coffee break para 100 pessoas. Evento de lançamento do Edital de Projetos de Educação Patrimonial, na data de 10/08/2023. Trata-se de atividade de Educação Patrimonial que deve incluir apresentação de expressão cultural Registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro em escola pública. Contratação de serviço de uma apresentação cultural de Teatro de Bonecos Popular do Nordeste (Mamulengo) com duração média de trinta minutos. Contratação em parceria com o Iphan – DF de serviço de alimentação para até cem pessoas.	R$ 2.750,00 empenhado R$ 2.750,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
81° 9108 Iphan-RJ	Terceiro Reajuste ao Contrato 04/2020 – Reforma da Cobertura e recuperação do sistema de drenagem das águas pluviais do Museu do Samba situado à Rua Visconde de Niteroi 1296 – Rio de Janeiro/RJ 01500.004681/2019-25 – Terceiro Reajuste ao Contrato 04/2020 – Reforma da Cobertura e recuperação do sistema de drenagem das águas pluviais do Museu do Samba situado à Rua Visconde de Niteroi 1296 – Rio de Janeiro/RJ	R$ 16.500,00 empenhado R$ 5.777,99 pago R$ 10.722,01 inscrito em RAP
82° 9112 DPI	Mostra Iphan-Sebrae no Centro de referência do Artesanato Brasileiro (CRAB) Realização de exposição sobre o Patrimônio Cultural Imaterial Registrado no Centro de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), o escopo do ACT entre o Iphan e o Sebrae. Contratação de Pessoa Jurídica especializada para montagem da mostra, incluindo cessão de peças expositivas, produção cenográfica, logística de transporte, montagem e desmontagem da exposição. Além disso, prevê-se a contratação de grupos de detentores de Bens Culturais Registrados (Ofício das Baianas de Acarajé, Matrizes Tradicionais do Forró, Jongo no Sudeste, Literatura de Cordel e Matrizes do Samba no Rio de Janeiro) para realização de apresentações culturais durante a abertura, o fechamento e o período de vigência da amostra.	R$ 81.306,00 empenhado R$ 81.306,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
83° 9126 Iphan-RN	Realização do encontrão de detentores no RN. Realização do encontrão de detentores no RN, um evento com recitais, rodas de conversa e apresentações culturais envolvendo detentores do Cordel, Capoeira, Repente, Teatro de Bonecos e Forró, a ser realizado no centro histórico de Natal.	R$ 54.890,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 54.890,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
84° 9129 Iphan-BA	Segunda etapa do projeto Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar Nos anos de 2021 e 2022, essa Superintendência vem desenvolvendo o projeto Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar que previa a implementação de um modelo de reflorestamento e manejo sustentável de matérias-primas da capoeira no território quilombola do Guaí, em Maragogipe-BA. Realizado por meio de um TED com a UFBA e já em vias de finalização, o projeto previu oficinas de SAF, construção de viveiros, manejo sustentável e produção de instrumentos. Como o valor previsto na primeira etapa do projeto foi muito baixo (R$ 70.000,00) e tornou-se ainda mais deficitário com a inflação, sobretudo, dos insumos agrícolas, nessa segunda etapa, pretende-se realizar oficinas para ampliação das áreas de SAF, continuar a realizar monitoramentos das áreas de SAF e manejo, realizar oficinas de educação patrimonial para capacitação da comunidade, criação de trilhas interpretativas e outras capacitações que têm como objetivo o fortalecimento da economia comunitária em relação às matérias-primas da capoeira, de forma a aproximar o quilombo da comunidade da capoeira, fortalecendo a sustentabilidade e efetividade do projeto. A ação será efetivada por meio de TED com a UFBA.	R$ 176.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 176.000,00 inscrito em RAP
85° 9142 Iphan-RR	Caravana do Patrimônio Primeira Etapa: Cordelistas de Roraima Tendo em vista que o Cordel foi reconhecido como Patrimonio cultural do Brasil e está inscrito no Livro das Formas de Expressão criado pelo decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, propomos nesse plano de ação a identificação dos cordelista de Roraima. Pretendemos percorrer os quinze municípios do estado de Roraima. A primeira ação da pesquisa está agendada para o dia 9 de setembro. Pretendemos com esse PA produzir material sobre a presença do cordel em Roraima, bem como suas especificidades, tais como indígenas que produzem cordel sobre as cosmogonias das suas comunidades. A ação será realizada por meio de um TED de curso junto à UFRR, uma vez que já temos experiências anteriores de sucesso nesse tipo de parceria.	R$ 70.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 70.000,00 inscrito em RAP
86° 9155 Iphan-CE	V Festival de Cassimiro Coco no Ceará – 2024 Desde o Registro, a ação é realizada de forma itinerante nos municípios de origem dos mestres bonequeiros identificados no processo de Registro. É um momento singular no qual reunimos a comunidade detentora, tendo em vista que os mestres moram em cidades diferentes e têm pouca possibilidade de interação. A ação conta com o apoio das prefeituras locais e da Rede Cearense de Teatro de Bonecos. O festival será realizado na cidade de Pindoretama.	R$ 69.900,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 69.900,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
87° 9159 Iphan-AC	Apoio à produção fonográfica – Matrizes Tradicionais do Forró no Acre O Instituto Baquemirim solicitou apoio para a produção fonográfica e registros audiovisuais do repertório autoral de Txai Macedo, detentor das Matrizes Tradicionais do Forró no Acre. Txai Macedo nasceu numa colocação de seringal de nome Bagaceira, cresceu junto aos povos indígenas e foi seringueiro a partir de 8 anos de idade. Faces de uma existência legitimamente acreana, sua música é uma mensagem das emoções vividas ao longo de muitas caminhadas nos rios que banham a imensa floresta amazônica. O trabalho autoral traz a essência do indígena seringueiro, mesclando português com Hatxá Kuin, língua da etnia Huni Kuin, nos ritmos nativos de samba e marcha, legitimamente acreanos, conhecidos por alguns como baques, por outros como valsas, compondo o universo das matrizes tradicionais do forró no Acre. Txai Macedo está vindo a Rio Branco para realizar a captação primária de faixas de áudio no estúdio Tutak, do instituto Baquemirim. Para isto, o Instituto Baquemirim está promovendo a organização de logística para a captação das faixas de áudio com músicas inéditas do mestre Txai Macêdo, envolvendo nos processos de trabalho o traslado do artista desde Cruzeiro do Sul/AC até Rio Branco/AC, já custeado pelo Baquemirim. O Instituto Baquemirim solicitou ao Iphan-AC, em carta (SEI nº 4673561), o fornecimento de cinco diárias para custear a hospedagem e alimentação de Txai Macedo durante sua estadia em Rio Branco. A ação resultará nos seguintes produtos: 1. Sessões de gravação das faixas musicais, na quais serão captadas a voz do compositor/intérprete e guia instrumental (violão); 2. Assinatura de contratos de direitos autorais e uso de imagem e voz; 3. Edição corretiva e seletiva das Faixas de Áudio Captadas em Estúdio, resultando em arquivo pronto para posteriormente ser utilizado em futuros álbuns fonográficos; 4. Ensaios para apresentação musical; e 5. Gravação audiovisual de um show desse artista acreano.	R$ 3.580,71 empenhado R$ 3.580,71 pago R$ 0,00 inscrito em RAP
88° 9169 Iphan-AP	Ação de salvaguarda do Marabaixo nos municípios do interior do estado do Amapá Continuidade à Primeira Ação de Salvaguarda do Marabaixo, que em 2019 (Processo SEI nº 01424.000022/2020-1) realizou atividades pedagógicas relacionadas ao marabaixo em sete dos dezesseis municípios do Amapá, a saber: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Serra do Navio e Tartarugalzinho. Para o segundo semestre de 2023, está prevista a realização de três viagens com as detentoras e os detentores do marabaixo para outros cinco municípios do interior: Cutias, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pracuúba e Vitória do Jari. O objetivo das missões é promover e divulgar o marabaixo como Patrimônio Cultural do Brasil em regiões do estado onde não há ocorrência do Bem Registrado, tal como acontece em Macapá, Mazagão e Santana. O público-alvo são as escolas públicas, municipais e estaduais das localidades e institutos federais onde há campus. Nessas oportunidades, serão tratadas questões sobre os aspectos históricos, sociais e culturais do marabaixo.	R$ 53.205,29 empenhado R$ 51.553,29 pago R$ 1.652,00 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
89° 9224 Iphan-RR	Ações para a Salvaguarda da Capoeira em 2023 Considerando a complementação aos resultados do Termo de Colaboração N° 888966/2019, firmado entre a Federação Roraimense de Capoeira e o Iphan-RR, o presente Plano de Ação objetiva fomentar e apoiar as ações do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira, com a produção de material de divulgação produzido pelos detentores, com acompanhamento do Iphan, por meio de três ações: 1) Contratação de empresa especializada em registro sonoro, para gravação das músicas da Salvaguarda da Capoeira; 2) Contratação de empresa especializada em serviços de impressão gráfica, para impressão do Plano de Salvaguarda da Capoeira em fase de finalização; 3) Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeição pronta para o lançamento do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima e do CD de Músicas da Salvaguarda da Capoeira em Roraima.	R$ 47.690,00 empenhado R$ 8.650,00 pago R$ 39.040,00 inscrito em RAP
90° 9235 Iphan-SC	Execução de obras de infraestrutura dos sistemas prediais no imóvel histórico da Fundação Senhor dos Passos (sistemas elétrico, luminotécnico e preventivo de combate a incêndio); O casarão, sede da Fundação Senhor dos Passos, construído na década de 1850, teve sua importância reconhecida por meio do tombamento como Patrimônio Histórico de Florianópolis. Além disso, a Procissão do Senhor dos Passos é registrada como Patrimônio Cultural do Brasil e está inscrita no Livro das Celebrações, desde 20 de setembro de 2018, durante a 90° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ata disponível aqui: http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/documentos-do-process/ata-de-reuniao-do-conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural-registro-procissao-do-senhor-dos-passos-de-santa-catarina/. Dotar a sede da Fundação Senhor dos Passos de infraestrutura e mantê-la aberta à população, possibilitará as atividades de organização da procissão e disseminação dessa memória, garantindo a segurança da edificação e de seu acervo.	R$ 300.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 300.000,00 inscrito em RAP
Total:		R$ 6.591.362,99 empenhado R$ 1.787.204,14 pago R$ 4.804.158,85 inscrito em RAP

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

ANEXO 8 – DETALHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO DE ANOS ANTERIORES EXECUTADOS COM RAP

Os planos de ação detalhados neste anexo são de anos anteriores, isto é, utilizaram recursos orçamentários dos exercícios 2020, 2021 e 2022. Contudo, parte de sua execução financeira foi realizada no ano de 2023. A tabela a seguir detalha respectivamente (na coluna "Execução") o montante que estava inscrito em restos a pagar (RAP); o que foi pago em 2023; e o que foi reinscrito em RAP para execução financeira em ano subsequente.

Os recursos pertencem à ação orçamentária 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro) e os projetos elencados beneficiaram diretamente pelo menos um dos Bens Culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.



Violas de cocho do mestre Lourenço à venda. Foto: Olavo Catunda, 2022. Acervo: Iphan-MT.

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
1ª 6406 Iphan-MG 2020	Salvaguarda do Jongo em Minas Gerais – Pesquisa, documentação e capacitação: memórias e olhares futuros A ação, que dá continuidade ao programa de Salvaguarda do Jongo em Minas Gerais, será estruturada em quatro eixos, valendo-se de diferentes ferramentas do audiovisual, contemplando aspectos de preservação, documentação, formação/capacitação, mobilização e difusão. A ação se desdobra em: levantamento e organização de acervo audiovisual; registro e documentação; oficina de capacitação em produção audiovisual; produção de quatro curtas e um longa com exibição pública nas cidades das comunidades jongueiras. Público-alvo: comunidades jongueiras de Minas Gerais	R$ 139.016,67 RAP inscrito R$ 41.522,08 RAP pago R$ 90.177,93 RAP reinscrito
2ª 7060 Iphan-AC 2021	Continuidade da Salvaguarda da Capoeira no Acre. A Salvaguarda da Capoeira no Acre em 2021 pretende: o tratamento de imagens e vídeos históricos da Capoeira no Acre e a realização de cursos de capacitação para detentores. Em 2020 o PA ID 6494 permitiu a realização de pesquisa histórica e etnográfica da capoeira no Acre (proc. nº 01423.000052/2020-20) e a formação de acervo documental, fotográfico e audiovisual da Capoeira no Acre (proc. nº 01423.000056/2020-16), com a coleção de materiais como fotos e vídeos históricos, preservados em acervos particulares. Esse material comporá o acervo digital e será também utilizado na produção de um documentário acerca da História da Capoeira no Acre, que pretendemos realizar no ano de 2022, após a finalização da pesquisa histórica e etnográfica. Para isso, é necessário tratar as mídias analógicas que não se encontram em bom estado de conservação e converter o material em formato analógico (VHS) para o formato digital. Assim, a ação pretende dar continuidade à formação do acervo histórico da capoeira no Acre, viabilizando a futura edição para a produção de documentário. Pretende-se também a realização de três cursos de capacitação para detentores, a saber: curso de formação em associativismo e cooperativismo; curso de formação em elaboração de projetos socioculturais inovadores; e curso de formação em captação de recursos e gestão de projetos culturais. Cada um dos cursos terá a duração de vinte horas/aula e serão oferecidos na modalidade à distância (online). Estima-se a participação de até cem detentores do Bem Cultural em cada curso. A proposta dos cursos contempla a ação prioritária prevista no Plano de Salvaguarda da Capoeira no Acre e atende à demanda dos detentores para o ano de 2021 (proc. nº 01423.000015/2021-01), sendo possível sua realização no contexto da pandemia da covid-19. A ação contribuirá para melhorar as condições de produção e reprodução do Bem Cultural, fomentar sua continuidade e sustentabilidade e capacitar detentores a liderar e gerir processos de salvaguarda.	R$ 960,00 RAP inscrito R$ 0,00 RAP pago R$ 960,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
3ª 7143 Iphan-MA 2021	Lançamento do Kit de Material Paradidático do Projeto O Boi vai à Escola. Em 2015, a Superintendência do Iphan no Maranhão iniciou o projeto O Boi vai à Escola na comunidade de Tajipuru, na qual estão sediados os dois grupos de Bumba-meu-boi do sotaque de Costa de Mão em São Luís. Ali está também localizada a Unidade de Ensino Básico (UEB) Honório Odorico Ferreira, escola de rede pública municipal de ensino, onde se desenvolveu o projeto. Como parte do projeto, foram realizadas oficinas, com os alunos do 1° ao 5° anos do ensino fundamental da UEB, mini formações em Patrimônio Cultural do corpo docente em Patrimônio Cultural e produção de material paradidático a ser utilizado pelos alunos na fase final do projeto. Ainda em fase de produção, o material, composto de um desenho animado, um livro de estórias, uma revista em quadrinhos, um caderno passatempo e uma cartilha, tem previsão de ser entregue no mês de outubro, quando deverá ser entregue à escola para aplicação em sala de aula. O lançamento do kit expressa os esforços empreendidos pela Superintendência do Iphan no Maranhão para a realização das ações de salvaguarda do Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão, voltadas para o sotaque de Costa de Mão, atualmente sob risco pelo reduzido número de grupos existentes. Com o lançamento, busca-se dar visibilidade ao projeto que associa ações de salvaguarda às ações de educação patrimonial voltadas para o Patrimônio Cultural Imaterial. A divulgação dos resultados do projeto terá efeito sobre toda a rede pública municipal de ensino, podendo estimular outras escolas e mesmo a administração pública municipal na ampliação do projeto a outras escolas. Com o lançamento do kit haverá, ainda, a promoção dos Bois de Costa de Mão, visto que todo o material do kit tem enfoque nos grupos desse sotaque.	R$ 17.330,88 RAP inscrito R$ 17.330,88 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
4ª 7437 Iphan-CE 2021	Emenda Iphan 20700008 – Deputado Gorete Pereira – (PL/CE) – Realização de Pesquisa Participativa sobre a Capoeira no Ceará Realização de pesquisa participativa sobre a capoeira no Ceará, de forma a obter informações relativas à sua distribuição no estado, às diversas trajetórias de sua difusão no território cearense, às suas principais referências e características, constituindo também um diagnóstico do cenário vivenciado atualmente pelos detentores. A capoeira está presente nas diversas regiões do Ceará, contudo não existe nenhum mapeamento relativo à sua distribuição no estado, sendo essa uma das principais reivindicações apresentadas pelos detentores cearenses para a salvaguarda desse Bem Cultural no estado. Essa ação visa atender à necessidade de levantar informações acerca da capoeira do Ceará e de seus detentores, constituindo um diagnóstico sobre a distribuição, características e os desafios enfrentados. Além de ser fundamental no processo de identificação do Bem Cultural no estado, o mapeamento contribuirá para o planejamento da salvaguarda e mobilização dos detentores. O trabalho será importante também para a divulgação do Cadastro Nacional da Capoeira. A pesquisa deve recorrer ao uso de diferentes técnicas: entrevistas, história oral, história de vida, inventários participativos, levantamento bibliográfico e documental, pesquisa etnográfica, produção de material fotográfico e audiovisual, cartografia afetiva, dentre outras estratégias adequadas ao alcance do objetivo. É fundamental que a metodologia tenha em vista a participação ativa dos detentores em todas as etapas, integrando, inclusive, as equipes de pesquisa, propiciando o compartilhamento horizontal de saberes.	R$ 54.450,00 RAP inscrito R$ 54.450,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
5ª 7547 DPI 2022	Diárias e passagens – Apoio e Fomento a bens registrados (CGPS/DPI) Representação institucional, articulação de ações que se relacionam com as competências da Coordenação-Geral, bem como monitoramento e apoio às atividades de salvaguarda de bens registrados.	R$ 4.021,33 RAP inscrito R$ 4.021,33 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
6ª 7615 Iphan-AC 2022	Ações de Salvaguarda da Capoeira no Acre: Documentário sobre a Capoeira no Acre A continuidade do processo de Salvaguarda da Capoeira no Acre pretende realizar a produção de um documentário sobre a capoeira no Acre, aproveitando os materiais coletados para o Acervo da Capoeira e os dados levantados pela pesquisa e mapeamento da Capoeira no Acre; bem como a gravação de novas cenas e entrevistas. Trata-se de uma ação que pretende dar continuidade às ações realizadas nos anos de 2021 (tratamento de imagens e vídeos históricos da Capoeira no Acre e cursos de formação para detentores) e 2020 (pesquisa histórica e etnográfica da capoeira no Acre e formação de acervo documental, fotográfico e audiovisual da Capoeira no Acre). Assim, a ação tem o objetivo de contribuir para a promoção, valorização e difusão do Bem Cultural, garantindo a continuidade do processo de salvaguarda no estado.	R$ 35.500,00 RAP inscrito R$ 0,00 RAP pago R$ 35.500,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
7ª 7631 Iphan-CE 2022	Registro Audiovisual referente ao modo artesanal de fazer o instrumento musical Zabumba no município de Barbalha e sobre a Tipografia Lira Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte. ITEM I – Um Vídeo Documentário de média metragem, cuja duração será de 25 a 30 minutos, e um Registro Fotográfico Profissional sobre o processo de construção artesanal do instrumento musical denominado Zabumba, utilizado pelas Bandas Cabaçais de um modo geral, inclusive as que atuam no município de Barbalha/CE, durante a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio. A filmagem do documentário deverá ser, no mínimo, em FULL HD (High Definition), captação digital, formato 1920 x 1080, qualidade broadcast, com três CCD de ½ polegada ou maior; ITEM II: Um Vídeo Documentário de média metragem, cuja duração será de 25 a 30 minutos, e um Registro Fotográfico Profissional sobre a Tipografia Lira Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte, CE: A filmagem do documentário deverá ser, no mínimo, em FULL HD (High Definition), captação digital, formato 1920 x 1080, qualidade broadcast, com três CCD de ½ polegada ou maior;	R$ 44.800,00 RAP inscrito R$ 44.799,98 RAP pago R$ 0,02 RAP reinscrito
8ª 7641 Iphan-AC 2022	Interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre Pretende-se realizar encontros e reuniões entre detentores, representantes do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Acre e gestores públicos para promover a interiorização da salvaguarda do Bem Cultural no estado do Acre, com a divulgação do Plano de Salvaguarda e o planejamento de ações de salvaguarda nos municípios. Ao todo, serão realizadas três reuniões regionais (nas cidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Brasileia) que reunirão detentores de diversas cidades do entorno, e a visita aos municípios da regional Baixo Acre (Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre e Senador Guiomard). Serão destinados recursos para o pagamento de diárias e passagens para detentores e técnicos do Iphan.	R$ 1.971,18 RAP inscrito R$ 1.971,18 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
9ª 7698 Iphan-RJ 2022	Contratação de PJ para realização de quatro Oficinas de transmissão de saberes da Folia do Divino de Paraty A Folia do Divino de Paraty, historicamente, já ocupou um lugar de grande importância na Festa do Divino Espírito Santo que ocorre todo ano na cidade, mas ao longo do tempo esta centralidade se enfraqueceu. Em virtude desse contexto, atualmente, uma das grandes dificuldades da Folia é a transmissão de saberes aos mais jovens. Em virtude disso, propomos a realização de quatro oficinas de transmissão de saberes, como cantos, toques e modo de construção de instrumentos utilizados, como a caixa, viola, pandeiro e Rabeca	R$ 14.820,00 RAP inscrito R$ 14.820,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
10ª 7711 Iphan-AL 2022	Salvaguarda da Capoeira em Alagoas: continuidade na mobilização de detentores e na elaboração do Plano de Salvaguarda. A Salvaguarda dos Bens Culturais registrados é definida pelo Decreto n° 3.551/2000 e pela Portaria n° 299/2015. O Ofício dos Mestre de Capoeira e a Roda de Capoeira são Bens Culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2008, respectivamente registrados no Livro de Registro dos Saberes e no Livro de Registro das Formas de Expressão. Para a Capoeira – denominação utilizada para fazer referência conjunta aos referidos Bens –, o dossiê de Registro foi realizado nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Diante disso, nas demais unidades federativas se faz necessária a complementação do Dossiê com mapeamento e identificação de detentores e pesquisas qualitativas para subsidiar a elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira. Esse trabalho vem sendo desenvolvido em Alagoas desde 2019 e já foi possível concluir o mapeamento de detentores e avançar em algumas ações de salvaguarda, juntamente com a continuidade no processo de mobilização de detentores e articulação institucional. Ainda que o Plano de Salvaguarda não esteja formalmente constituído, tais ações são definidas pelo Grupo de Trabalho de detentores da Capoeira em Alagoas, incluindo a demanda pela construção de redomas para as rodas de capoeira nas praças e espaços públicos de Maceió e a definição de estratégias para incluir os mestres mais velhos como forma de valorização e reconhecimento de seu trabalho pela Capoeira em Alagoas. Por meio do presente Plano de Ação busca-se conferir continuidade a essas ações, as quais serão sistematizadas pelo Plano de Salvaguarda que vem sendo elaborado. Conjuntamente, será mantida a continuidade do processo de mobilização de detentores e articulação institucional conforme preconizado pela Portaria n° 299/2015.	R$ 107.085,00 RAP inscrito R$ 107.085,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
11ª 7735 Iphan-PB 2022	Salvaguarda Emergencial do Fole de oito Baixos (Segunda Etapa): oficinas de formação de jovens aprendizes Recentemente, o Iphan reconheceu as Matrizes Tradicionais do Forró (baião, xote, xaxado, arrasta-pé, chamego, miudinho etc.) como Patrimônio Cultural brasileiro. Em meio às matrizes, o Fole de Oito Baixos se destaca como uma das referências mais citadas nos encontros e debates em torno das demandas dos forrozeiros. Nas últimas décadas, a presença de mestres folistas de Oito Baixos é cada vez mais rara, mesmo nos sertões nordestinos. A situação socioeconômica e idade avançada de muitos praticantes ligados ao Fole de Oito Baixos são preocupantes – requerendo atenção do poder público. São mestres e aprendizes folistas e especialistas na afinação/manutenção do Fole em busca de identificação, valorização e sustentabilidade de suas práticas que compõem uma das fundamentais referências culturais do forró. Entre 2017 e 2018, o Iphan, em Convênio com a Associação Cultural Balaio Nordeste, realizou as seguintes ações na primeira etapa da Salvaguarda Emergencial do Fole de Oito Baixos na Paraíba: a) Pesquisa documental sobre as matrizes do forró na Paraíba envolvendo saberes populares, etnomusicológicos e de outras áreas do conhecimento; b) Identificação e mapeamento de mestres e aprendizes folistas e de afinação/manutenção do Fole de Oito Baixos na Paraíba; e c) Realizar ações de promoção e divulgação dos saberes mapeados organizando um processo dialógico-expositivo das referências culturais relacionadas ao Fole de Oito Baixos na Paraíba. Tais ações necessitam, em caráter de urgência, de um trabalho de continuidade dessa salvaguarda, concentrando atenção, desta feita, na formação de jovens aprendizes nas artes do fole com a contribuição fundamental dos mestres folistas identificados e valorizados na primeira etapa.	R$ 49.479,00 RAP inscrito R$ 22.760,34 RAP pago R$ 26.718,66 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
12ª 7763 Iphan-MA 2022	Ação de Salvaguarda emergencial – Registro audiovisual das Matanças do Bumba-meu-boi nas regiões da Baixada Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense A proposta de registro audiovisual das Matanças do Bumba-meu-boi nas regiões da Baixada Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense corresponde a uma ação de Salvaguarda emergencial a fim de discutir e documentar os aspectos dessa tradição cultural ameaçada, atualmente, de desaparecimento. Tal proposta retoma o trabalho realizado desde 2014, quando a Superintendência do Iphan no Maranhão realizou um seminário com grupos de Bumba-meu-boi nos municípios de Viana, Matinha, Cajari e Penalva, identificando, à época, demanda dos detentores pela necessidade de registro das matanças que ainda ocorriam na região. Posteriormente, em 2019, a equipe de técnicos do Patrimônio Imaterial do Iphan-MA realizou novas viagens àqueles municípios e a mais nove cidades, incluindo as regiões da Baixada Maranhense e do Pindaré, constatando que os detentores idosos estão falecendo e, aqueles ainda vivos, esquecendo a prática, de modo que não conseguem mais transmitir os modos de realização dessa encenação versificada da morte do Boi aos mais jovens. Ressaltamos que o problema foi agravado com a pandemia da covid-19, que provocou a suspensão da prática, já precarizada, por dois anos consecutivos. Para este ano, planejamos a realização de duas etapas, conforme descritas abaixo: 1 – Pré-produção e roteiro, serão desenvolvidos os seguintes serviços: a) Definição dos locais de gravação; b) Definição do roteiro do documentário; c) Escolha da equipe de profissionais, incluindo cinegrafista, fotógrafo, câmera man e assistente, técnico de som, roteirista; d) Levantamento dos equipamentos e materiais; e 2 – Filmagem e registros Serão realizados seguintes serviços: a) Viagens para contato e identificação dos grupos de Bumba-Meu-Boi nos municípios; b) Filmagem dos grupos e das encenações; c) Captação de áudio; d) filmagem com os Mestres da Matança detentores da prática cultural; e) Registros fotográficos.	R$ 63.200,00 RAP inscrito R$ 12.640,00 RAP pago R$ 50.560,00 RAP reinscrito
13ª 7765 Iphan-TO 2022	V Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins Pela dimensão territorial do estado a pesquisa de mapeamento da Capoeira no Tocantins foi dividida em etapas. Atualmente, avança em direção ao norte do Tocantins, levantando dados sobre os mestres de Capoeira, seus grupos, características de suas gerações e pesquisa documental. A V etapa da pesquisa abrangerá a microrregião de Araguaína, composta por dezessete municípios. Ressalta-se que a ação de identificação é prioridade para o coletivo Comitê Gestor da Capoeira no Tocantins e é a principal ação do plano de salvaguarda (a ser finalizado no ano de 2021). A ação vem sendo desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Tocantins por meio de TED, fomentando o desenvolvimento de pesquisas e também na formação de pesquisadores com experiência no campo do Patrimônio Cultural.	R$ 99.976,04 RAP inscrito R$ 98.948,60 RAP pago R$ 1.027,44 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
14ª 7778 Iphan-MA 2022	II Seminário para a Salvaguarda da Literatura do Cordel e do Repente no Maranhão Em 2021, a Superintendência do Iphan no Maranhão realizou, na modalidade virtual, o I Seminário para a Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente no Maranhão, cujo objetivo foi a identificação dos detentores e o levantamento de suas demandas e propostas de ações para a elaboração do seu Plano de Salvaguarda. Dando continuidade a esse processo, planejamos para o ano de 2022 a realização do II Seminário, tendo como objetivo central a apresentação do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente, com a exposição e definição das ações de preservação, promoção e fomento desses Bens Culturais no estado do Maranhão. O evento será realizado de modo presencial, conforme demanda dos próprios detentores, buscando avançar na mobilização dos cordelistas e repentistas maranhenses, além de promover um espaço de debate democrático e amplo sobre as propostas encaminhadas por detentores do Cordel e do Repente e suas instituições.	R$ 17.124,10 RAP inscrito R$ 17.124,10 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
15ª 7796 Iphan-MS 2022	Realizar reuniões de Elaboração do Plano de Salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho Processo administrativo n° 01401.000041/2022-60 – Realização de reuniões junto aos detentores do modo de fazer viola de cocho e parceiros, visando a articulação de um coletivo deliberativo e a elaboração do respectivo Plano de Salvaguarda, conforme Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (Iphan, 2015). Estão previstos encontros mensais, de abril a dezembro, pensados de modo progressivo, envolvendo detentores e parceiros, desde reuniões com grupos e pautas específicas até reuniões ampliadas de consolidação e deliberação. Dada a dispersão territorial dos detentores tradicionais, a previsão orçamentária inclui combustível para deslocamento e apoio logístico em veículo oficial, além de diárias para servidores. As pesquisas que subsidiaram a solicitação de Registro do modo fazer a viola de cocho já evidenciavam o risco iminente de seu desaparecimento em Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, pela idade avançada dos, então, únicos detentores dos saberes a ela relativos. Não obstante as ações de transmissão de saberes realizadas desde então, nota-se que não houve incremento significativo de novos detentores e grupos de cururu e siriri. Por outro lado, as tentativas de articulação de um coletivo gestor e elaboração de um Plano de Salvaguarda tampouco tiveram êxito e continuidade. Nos anos recentes, detentores tradicionais faleceram, inclusive em razão da pandemia da covid-19, configurando um cenário alarmante no que se refere à continuidade e vitalidade do Bem Registrado. Deste modo, trata-se de uma ação prioritária e emergencial.	R$ 2.606,75 RAP inscrito R$ 813,95 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
16ª 7797 Iphan-AM 2022	Oficinas para ações de salvaguarda do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins O Complexo Cultural do Boi-bumbá do Médio Amazonas e Parintins recebeu o título de Patrimônio Cultural do Brasil em 2018. Após o Registro, as ações não foram viabilizadas e/ou contempladas em razão da restrição orçamentária dos últimos anos. Em consequência da pandemia da covid-19, houve a morte de detentores antigos, o que impactou diretamente na salvaguarda no aspecto transmissão dos saberes e da memória dos modos de celebrar, fazer e brincar de boi na região. Outro fator intensificado foi o enfraquecimento e até o desaparecimento de alguns grupos de boi de terreiro e de rua, como no caso do município de Itacoatiara. As preocupações apresentadas pelos detentores demonstram a necessidade de ações emergenciais que permitam dinamizar os conhecimentos dessas práticas culturais ligadas ao Boi Bumbá, a fim de mitigar as perdas, principalmente em relação aos espaços onde ocorrem as manifestações. Nesse sentido, propõe-se a execução de três oficinas temáticas, visando a difusão do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o fomento à participação em editais de cultura, por meio de atividades a serem realizadas pelos técnicos do Iphan, bem como a transmissão de saberes e diálogo intergeracional, realizando atividades de educação patrimonial destinadas a documentar memórias e histórias dos mestres falecidos pelas narrativas de seus sucessores e/ou outros mestres. As oficinas serão realizadas no município de Itacoatiara. O contexto pandêmico restringiu a possibilidade do encontro e das celebrações do boi-bumbá nos terreiros e ruas, o que impactou as vivências e a transmissão de saberes, sem contar o falecimento de detentores mais antigos. Como resultado, espera-se que com as oficinas a retomada da mobilização dos detentores e detentoras para a elaboração do Plano de Salvaguarda, tendo como base as recomendações constantes no Dossiê de Registro. Além disso, as atividades têm o propósito de construir dados sobre a atual situação das práticas culturais vinculadas ao Bem.	R$ 15.000,00 RAP inscrito R$ 15.000,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
17ª 7805 Iphan-MS 2022	Realizar reuniões de Elaboração do Plano de Salvaguarda do Banho de São João de Corumbá e Ladário Processo administrativo n° 01401.000042/2022-12 – realização de reuniões junto aos detentores do Banho de São João de Corumbá e Ladário e parceiros, visando a articulação de um coletivo deliberativo e a elaboração do respectivo Plano de Salvaguarda, conforme o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (Iphan, 2015). Estão previstos encontros mensais, de abril a dezembro, pensados de modo progressivo, envolvendo detentores e parceiros; serão realizadas desde reuniões com grupos e pautas específicas, até reuniões ampliadas de consolidação e deliberação. Dada a dispersão territorial dos detentores tradicionais, a previsão orçamentária inclui combustível para deslocamento e apoio logístico em veículo oficial, além de diárias para servidores. Conforme o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (Iphan, 2015), o Iphan é responsável pela elaboração e execução de ações de salvaguarda imediatamente após o Registro do Bem Cultural, a partir das recomendações de salvaguarda indicadas no Dossiê de Registro, e sempre em diálogo com os detentores e eventuais instituições parceiras já contatadas. Assim, logo após o Registro, deverão ser previstas, nas Superintendências de ocorrência do Bem, ações orçamentárias ou não-orçamentárias para a implementação da salvaguarda, assim como para o acompanhamento e monitoramento dessas atividades. Segundo o mesmo Termo de Referência, considera-se que a implementação da salvaguarda de um bem registrado ocorre com a execução das primeiras ações de mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores, apoio à criação e manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda, eixos de ação contempladas pelo presente Plano de Ação.	R$ 2.606,75 RAP inscrito R$ 813,95 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
18ª 7855 Iphan-GO 2022	Elaboração de livro tipo e-book lúdico paradidático para uso escolar Pautado no diálogo com o Coletivo Deliberativo da comunidade detentora, considerando o Plano de Salvaguarda elaborado e em consonância com as políticas de salvaguarda dos Bens registrados desempenhadas por este Iphan, propõem-se como Plano de Ação para 2022 a elaboração de livro tipo e-book lúdico, material paradidático acerca da educação patrimonial para ser usado nas escolas. Elaborar um material paradidático lúdico sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO para ser usado nas escolas públicas municipais e estaduais do município em questão. O livro produzido deverá contar uma história curta que utilize a celebração do Divino como base da narrativa. A linguagem deverá ser apropriada ao público infanto-juvenil, tendo ao final propostas de atividades pedagógicas como jogos e brincadeiras que tratem da temática e dos saberes associados à festa. Todo o e-book deverá conter em entre quarenta e sessenta páginas.	R$ 14.500,00 RAP inscrito R$ 14.500,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
19ª 7860 Iphan-GO 2022	Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá – Construção do Plano de Salvaguarda Considerando a demanda apresentada pelos detentores e em consonância a continuidade da Salvaguarda em execução conjunta com as Superintendências do Iphan de Tocantins e de Mato Grosso, sob a coordenação do Departamento de Patrimônio Imaterial deste Iphan, propõem-se como plano de ação para 2022 a primeira etapa da elaboração do Plano de Salvaguarda dos Bens associados à cultura Karajá. Ressaltamos que a proposta acordada é para uma ação conjunta entre as Superintendências envolvidas e o DPI, tendo como finalidade a formação de interlocutores na comunidade Karajá. Nessa formação, pretende-se familiarizar os interlocutores com as diretrizes da política nacional do Patrimônio Imaterial, a fim de construir as tratativas do Plano de Salvaguarda para Gestão compartilhada dos Bens em questão. Como estamos em um cenário pandêmico, indicamos que esse curso de formação com o tema Gestão do Patrimônio Cultural, deverá ser na modalidade de Educação à Distância. Por se tratar de uma comunidade indígena, que pode não ter fácil acesso à internet, essa ação já deve prever a disponibilização de internet móvel aos interlocutores que farão o curso. Desse modo, o Plano de Ação de 2022 para os Bens Registrados associados à cultura Iny propõe um Curso de Formação Remota que dará subsídio de informações e de conhecimentos para os interlocutores da comunidade detentora participarem da elaboração do Plano de Salvaguarda no fim desse processo.	R$ 60.000,00 RAP inscrito R$ 60.000,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
20ª 7895 Iphan-RJ 2022	Contratação de serviço especializado para gravação de depoimentos dos cirandeiros caiçaras e elaboração do produto audiovisual final – pen card e plataformas digitais do Iphan. A Ciranda Caiçara é um Bem associado à Festa do Divino Espírito Santo, e nos últimos dois anos alguns mestres cirandeiros faleceram, sem que houvesse meios para preservar suas memórias a respeito da Ciranda e seus saberes. Nesse sentido, propomos a contratação de equipe especializada para gravação de depoimentos de mestres cirandeiros como ferramenta de preservação e transmissão de seus saberes tradicionais relacionados ao Bem. A equipe especializada será responsável pela condução e gravação dos depoimentos com os detentores do Bem e pela posterior edição para a elaboração do produto audiovisual final. Este será disponibilizado para cada detentor em formato de pen card. O Iphan se responsabilizará pela difusão desse material por meio de plataforma digitais.	R$ 9.500,00 RAP inscrito R$ 9.500,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
21ª 7939 Iphan-ES 2022	Confecção de Folheto *Diagnóstico sociocultural do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras* Pretende-se diagramar, editar e imprimir, sob forma de um folheto, o terceiro relatório referente à pesquisa de revalidação do Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Tal relatório foi intitulado Diagnóstico Sociocultural – Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, empreendido pela equipe de pesquisa coordenada por Carla Arouca Belas e concluído em dezembro de 2015. Estipula-se uma tiragem de trezentos exemplares. As tratativas para a elaboração do material foram delineadas nos últimos anos junto ao CGPS, porém ainda não foi executada a impressão dos materiais. (Proc. 01409.000076/2020-67)	R$ 4.941,00 RAP inscrito R$ 4.941,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
22ª 7944 Iphan-MT 2022	Aquisição de passagens terrestres e diárias em hotel para três detentores e três acompanhantes, para ministrarem Oficina de Viola de Cocho na sede da AMFMT/Várzea Grande (MT) Aquisição de passagens terrestres e diárias para três mestres artesãos de viola de cocho e para três acompanhantes, durante a permanência em Várzea Grande/MT, no período de realização da oficina de transmissão de saberes ministrada pelo mestre Alexandre Paes, por meio da Associação das Manifestações Folclóricas do Mato Grosso – AMFMT. As participações dos metres ocorrerão em momentos distintos, uma no início da oficina, outra no meio e outra no final. Será necessária a aquisição de seis passagens terrestres (ida e volta de seus municípios de origem) e nove diárias, bem como a aquisição de coffee-break (chá com bolo) para sessenta convidados (formandos/as aprendizes, detentores de municípios da Baixada Cuiabana e representantes de instituições parceiras) que participarão do evento de encerramento da oficina.	R$ 2.021,12 RAP inscrito R$ 2.021,12 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
23ª 8023 Iphan-RS 2022	Reuniões de Elaboração do Plano de Salvaguarda da Tava – Lugar de Referência para o Povo Guarani, em São Miguel das Missões/RS O objetivo desse plano de ação é realizar reuniões junto aos detentores do Bem Registrado, tendo em vista a elaboração do seu Plano de Salvaguarda. O processo de elaboração do Plano de Salvaguarda da Tava – Lugar de Referência para o Povo Guarani teve início em 2016 com a constituição do Conselho Gestor do Bem Registrado. Em 2017, atendendo às reivindicações da comunidade, o Iphan realizou obras de recuperação na Casa da Quinta, destinando-a para uso do Conselho Gestor. Desde 2018, no entanto, as tratativas para a elaboração e consecução do Plano de Salvaguarda sofreram uma série de dificuldades, dentre elas aquelas desencadeadas pela pandemia da covid-19. Desse modo, trata-se de uma ação prioritária e emergencial, considerando a elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda da Tava antes do início do processo de revalidação em 2024. A ação destina-se a viabilizar o deslocamento e a estadia do técnico da área de Patrimônio Cultural Imaterial do Iphan-RS de Porto Alegre em São Miguel das Missões, contabilizando quinze diárias nacionais no primeiro semestre (a serem utilizadas entre maio e julho) e quinze diárias nacionais no segundo semestre (a serem utilizadas entre novembro e dezembro), aproveitando os eventos locais da Semana Missioneira. Inclui-se também a viabilização de dois deslocamentos aéreos ida e volta entre Porto Alegre e Santo Ângelo (aeroporto mais próximo), visando a otimização do tempo de deslocamento.	R$ 1.391,71 RAP inscrito R$ 1.391,71 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
24ª 8183 Iphan-GO 2022	Contratação de ações de Salvaguarda para os Bens Registrados: Roda de Capoeira, Ofício de Mestre de Capoeira e Romaria dos Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO (aditivo) Trata-se da "Primeira ação de salvaguarda do Plano de Salvaguarda que está sendo finalizado da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO", ID 7232, que está em execução, na elaboração do Manual do Modo de Fazer dos Carros de Bois, no qual há a solicitação de alteração contratual quali-quantitativa (3911240).Considerando a riqueza dos desenhos do detentor, entendendo a importância desse saber para a manutenção da manifestação cultural da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO, e ciente de que o detentor em questão dedicou grande parte da sua vida à elaboração manual e empírica dos seus desenhos, com raízes na tradição oral passada desde seu bisavô, torna-se importante, como memória, que esse material original seja disponibilizado junto com o e-book.	R$ 11.652,00 RAP inscrito R$ 11.652,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
25ª 8185 Iphan-BA 2022	Comemoração da revalidação dos títulos de Patrimônio Cultural do Brasil. Atribuído ao ofício das baianas de acarajé. Esse Bem Cultural de natureza imaterial, inscrito no Livro dos Saberes em 2005, é uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia. Dentre as comidas de baiana, destaca-se o acarajé, bolinho de feijão fradinho preparado de maneira artesanal, na qual o feijão é moído em um pilão de pedra (pedra de acarajé), temperado e posteriormente frito no azeite de dendê fervente. Sua receita tem origem no Golfo do Benim, na África Ocidental, tendo sido trazida para o Brasil com a vinda de escravos dessa região mencionada. Os aspectos referentes ao Ofício das Baianas de Acarajé e sua ritualização compreendem o modo de fazer as comidas de baianas, com distinções referentes à oferta religiosa ou à venda informal em logradouros soteropolitanos; a venda como a indumentária própria da baiana; e a preparação do tabuleiro e dos locais onde se instalam.	R$ 17.300,00 RAP inscrito R$ 17.300,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
26ª 8187 Iphan-BA 2022	Continuidade do TED 01/2021, firmado entre Iphan e UFBA, no projeto Biriba é pau é madeira, Biriba é para plantar. Processo 01502.001068/2021-51 Plano-piloto de reflorestamento e manejo sustentável de madeiras relacionadas à produção de instrumentos musicais da Capoeira no Recôncavo Baiano, objeto do processo nº 01502.001068/2021-51, no valor de R$14.000,00. O valor será utilizado para arcar com os aumentos substanciais nos preços dos insumos agrícolas previstos no projeto e nos valores da contratação de serviços, especialmente de alimentação para as oficinas estipuladas, assim como o valor das diárias dos servidores federais – com o objetivo de manter as propostas e a qualidade do projeto em execução.	R$ 14.000,00 RAP inscrito R$ 14.000,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
27ª 8189 Iphan-MG 2022	Salvaguarda do Jongo: Documentação Audiovisual Mestres e Comunidades Jongueiras de Minas Gerais: Memórias e Olhares Futuros Realizar a ação de documentação audiovisual dos mestres, grupos e comunidades jongueiras em Minas Gerais, visando a produção de acervo sobre o Jongo/Caxambu nessa região, contribui para a produção de conhecimento sobre esse Bem Registrado no estado. Além da constituição de acervo fílmico com registros orientados pela metodologia de história oral e narrativas de vida, a ação também irá produzir dois vídeos-documentários, de cunho etnográfico, com os mestres jongueiros/caxambuzeiros dos municípios de Bias Fortes e Recreio, documentando suas histórias, e também com as rodas de Jongo, contribuindo para a preservação, difusão e promoção do conhecimento sobre o Bem no estado.	R$ 48.000,19 RAP inscrito R$ 45.600,00 RAP pago R$ 2.400,19 RAP reinscrito
28ª 8190 DPI 2022	Impressão manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda Contratação de pessoa jurídica especializada para realizar o serviço de impressão de mil exemplares do Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda. A contratação justifica-se com base no Decreto nº 5.753/2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003) no Brasil. O Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda é uma publicação desenvolvida pela equipe da Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade, que tem como objetivo apresentar orientações para a construção de Planos de Salvaguarda de Bens Registrados pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil. A intenção é de que a publicação, um instrumento para subsidiar a gestão compartilhada do patrimônio imaterial, alcance detentores, parceiros e técnicos do Iphan para melhor orientá-los no processo de construção dos Planos de Salvaguarda. A impressão da publicação visa amplificar o alcance da publicação, tornando possível que seja manuseada pelos agentes da salvaguarda (detentores, parceiros, técnicos do Iphan) em reuniões presenciais para a elaboração desses planos.	R$ 7.600,00 RAP inscrito R$ 7.600,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito

Introdução
Informações gerais
Detalhamento das Ações de Salvaguarda
Produtos
Responsáveis pelas Ações de Salvaguarda
Parceiros Institucionais
Recursos utilizados
Avaliação das Ações de Salvaguarda
Considerações Finais
Anexos

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR, UNIDADE E ANO	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
29ª 8199 Iphan-MA 2022	Oficinas de Produção de Cordel e Desafios de Repente da Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente no Maranhão Nas reuniões mensais, realizadas no ano corrente, junto aos detentores e detentoras de diferentes regiões do estado do Maranhão e, no âmbito da preparação para o II Seminário, os cordelistas e repentistas residentes em municípios do interior do estado demonstraram interesse em uma participação mais efetiva no evento, objetivando apresentar e discutir as condições nas quais vêm produzindo suas artes nos diferentes municípios. Eles solicitaram a realização de oficinas de produção de Cordel e desafios de Repente, a serem realizadas por eles próprios, visando divulgar os saberes e conhecimentos possuídos ao mesmo tempo que difundem os trabalhos que realizam em suas regiões de origem. Por meio das oficinas, eles consideram também importante ter a oportunidade para construir redes de contatos entre detentores de diferentes regiões do Maranhão, criando condições para que possam reproduzir as informações acessadas no seminário para suas comunidades de origem. A realização das oficinas será em um espaço dedicado à apresentação de seus trabalhos, da troca de conhecimentos entre os detentores e da possibilidade de acesso ao saber desses produtores provenientes de diferentes regiões no Maranhão. Considerando que a Superintendência do Iphan no Maranhão está iniciando o processo de salvaguarda, os detentores estabelecidos nos municípios do interior do estado são poucos conhecidos, e alguns deles, conforme manifestaram em reuniões já realizadas, encontram dificuldades para a divulgação de suas artes fora de suas regiões de origem. As oficinas serão uma oportunidade para que seus trabalhos sejam mostrados, ao mesmo tempo em que possibilitarão ao público do evento ter acesso a esse saber, conhecendo-os e promovendo a divulgação de sua arte.	R$ 17.560,00 RAP inscrito R$ 17.560,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
30ª 8314 Iphan-PR 2022	Impressão e distribuição do catálogo do projeto Paisagens Caiçaras e Folders de divulgação sobre o Fandango Caiçara Contratação de PJ para impressão de mil exemplares do catálogo do projeto Paisagens Caiçaras, com textos e imagens referentes a materiais selecionados para a exposição homônima entre janeiro e abril de 2021, a fim de difundir narrativas sobre temas relacionados à cultura, território e povo caiçara. A publicação se encontra em estágio avançado de produção, haja vista que já possui o serviço de criação de projeto gráfico contratado por meio do PA 6285 e da NE 800115. Os exemplares serão distribuídos para os grupos locais participantes, além de bibliotecas do Iphan e das entidades parceiras do projeto, a exemplo da UFPR e dos municípios inseridos na região do Lagamar (Paranaguá, Guaraqueçaba, Cananéia, Iguape, etc.). Já o folder foi produzido pelo DPI e está pronto para impressão.	R$ 15.360,00 RAP inscrito R$ 15.360,00 RAP pago R$ 0,00 RAP reinscrito
	Total:	R$ 893.773,72 RAP inscrito R$ 675.527,22 RAP pago R$ 207.344,24 RAP reinscrito

Este livro foi composto com a
família da fonte Montserrat para
títulos e corpo de texto.

Edições IPHAN